

Abordagens do Campo na Literatura Portuguesa no Século XIX

Maria Inês Falcão Porto

Abordagens do Campo na Literatura Portuguesa no Século XIX

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2010

Abordagens do Campo na Literatura Portuguesa no Século XIX

Maria Inês Falcão Porto

Abordagens do Campo na Literatura Portuguesa no Século XIX

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2010

Maria Inês Falcão Porto

Abordagens do Campo na Literatura Portuguesa no Século XIX

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa
como parte de requisitos para obtenção do grau de Mestre
em Literatura, especialização em Literaturas de Língua
Portuguesa, sob a orientação do Professor Doutor Pedro
Reis.

RESUMO

Este estudo pretende ser uma reflexão em torno do romance rústico, um caminho novo surgido na literatura nos fins do século XIX, mais precisamente, na segunda metade dos anos oitenta, que tinha a pretensão de moralizar, edificar e educar, envolvendo, de modo especial, a vida do campo, na observação exacta do seu *modus vivendi*, quer a nível social, quer a nível familiar, através da observação exacta do meio que considera parte integrante das personagens, uma vez que a interacção de ambientes e caracteres é indissociável.

Neste estudo, tentamos reflectir e tirar ilações que nos pudessem ajudar a compreender o minhoto, como reflexo da paisagem viridente que o cerca, ou o alentejano enquadrado nas planícies monótonas e ardentes, imbuídas da dormente influência árabe.

A sucessão de cenários – Minho, Alto Douro, Alentejo – simultaneamente reais e imaginários, cria ambientes que podem ou não revelar as particularidades de alguns dos suportes existenciais do povo, já que a paisagem que não é uma coisa inanimada, mas com alma, actua constantemente com amor ou dor, sobre as ideias ou sentimentos do Homem.

Contudo, este “retrato” do mundo rural que começa no Minho e se estende até ao Alentejo, dá-nos a visão ampla de um país que num espaço tão reduzido, oferece numa enorme diversidade de experiências, na identidade simples e sem pose de um povo que ama e trabalha a terra, reza e baila nas romarias, namora junto à fonte e sendo capaz das maiores heroicidades, pode também matar ou trair.

Se as representações espaciais das organizações humanas cabem num mapa dividido com linhas e cores, a cartografia das memórias e vivências campestres, retrata-se nas obras do romance rústico.

Em suma, esta reflexão procura contribuir para a constatação de que uma comunidade humana, organizada dentro de um espaço geográfico delimitado, é construída por uma sucessão de ideias e sonhos realizados e por realizar que se solidificam numa língua, em paisagens, sítios e gentes, daí que o mundo rural seja uma simbiose de Natureza, Sentimentos, Experiências e Ideias.

ABSTRACT

This study aims to be a reflection on the rural romance, which was a new path that emerged on literature in the late nineteenth century, in the second half of the 1880's. s. It intended to moralize, to edify and to educate, involving above all, an exact observation of country's life modus vivendi either socially or at household level surroundings which is considered to be a component of people and environments inextricably linked.

We try to follow the authors included in this study rigorously, trying to consider and taking hints how to understand the Minho man, who reflects the green landscape that surrounds him, as well as the Alentejo man, who lives in the hot plains, imbued of an Arab touch.

This sequence of real or imaginary sceneries – Minho, Alto Douro, Alentejo – may reveal the singularities of one people's existential support of living. The landscape is not lifeless, it has its own soul and interacts constantly either with love or with pain on man feelings or ideas.

However, this "portrait" of the countryside that begins in Minho and goes to Alentejo, gives us a wide sight of a country. It is a small geographic area, but it offers us an enormous variety of experiences, whether in its identity, warmth and modest way of living. People love and work the land, pray and dance in festivals and flirt by the fountain. They can do the most heroic acts. On the other hand, they can also kill or betray as well.

If the territorial areas of human organizations are contained in a map divided by lines and colours, the memory map drawing and countryside experiences is documented in the rural romance writings

In short, this reflection seeks to contribute to the perception that a human organized community in a geographic restricted area is built by a chain of ideas and dreams only the most of times based on the language, landscapes, places and people. So, a country is a symbiosis of Nature, Feelings, Experiences and Ideas.

SOMMAIRE

Cette étude vise à être une réflexion sur le roman rustique, une nouvelle voie qui a émergé dans la littérature de la fin du XIXe siècle, plus précisément, dans la seconde moitié des années quatre-vingt, qui avait pour but de moraliser, d'édifier et d'élever, en impliquant, en particulier la vie de la campagne par l'observation exacte de leur *modus vivendi*, soit au niveau social, soit au niveau des foyers, en observant la façon exacte qu'il considère comme une partie intégrante des personnages, puisque l'interaction des personnages et des environnements est inextricablement liée.

Nous avons essayé de suivre les auteurs inclus dans cette étude, en réfléchissant et en déduisant des leçons qui pourraient nous aider à comprendre le Minho, comme réflexe du paysage verdoyant qui l'entoure, et l'Alentejo encadré dans les plaines monotones et ardentes, imprégnées de la dormeuse influence arabe.

Cette succession de scénarios – Minho, Alto Douro, Alentejo – simultanément réaux et imaginaires, crée des «ambiances» qui peuvent révéler ou pas les particularités de quelques-uns des supports existentiels du peuple, puisque le paysage n'est pas une chose inanimée, mais avec une âme, qui agit toujours amoureuxment ou douloureusement sur les idées ou les sentiments de l'Homme.

Cependant, ce «portrait» de la campagne qui commence au Minho et s'étend jusqu'à l'Alentejo, nous donne une vision d'ensemble d'un pays que dans un espace si petit, offre une grande diversité d'expériences, par l'identité et la façon simple et sans artifice d'un peuple qui aime et travaille la terre, qui prie et danse dans les pèlerinages, qui flirte près de la fontaine et qui, étant capable des plus grands gestes d'héroïsme, peut aussi tuer ou trahir.

Si les représentations spatiales des organisations humaines peuvent tenir place dans une carte divisée par des lignes et couleurs, la cartographie des mémoires et des expériences rurales est présente dans les écrits du roman rustique.

Enfin, cette réflexion cherche à démontrer qu'une communauté humaine, organisée dans un espace géographique donné, est construite par une succession d'idées et de rêves, accomplis ou non, et qui se solidifie dans une langue, en paysages, endroits et personnes. Donc, la campagne est une symbiose de Nature, de Sentiments, d'Expériences et d'Idées.

AOS MEUS PAIS.

ÍNDICE

I. Introdução	1
II.O Espaço	3
1. O Lugar / O Não-Lugar	8
III.O Campo na Literatura Portuguesa no Século XIX	14
1. O Espaço Campo – exemplos demonstrativos	14
1.1.Rodrigo Paganino (n. 1835 – m. 1863)	14
1.1.1. <i>Os Contos do Tio Joaquim</i>	14
1.2.Fialho de Almeida (n. 1857 – m. 1911)	39
1.2.1.Contos	39
1.2.1.1. “Sempre Amigos”	39
1.2.1.2. “A Ideia da Comadre Mónica”	43
1.2.1.3. “Quatro Épocas”	45
1.2.1.4. “O Milagre do Convento”	46
1.2.2.A Cidade do Vício	50
1.2.2.1.”A Sinfonia de Abertura”	50
1.2.2.2. “Os Novilhos”	51
1.2.2.3. “O roubo”	52
1.2.2.4. “Mater Dolorosa”	53
1.2.3.O País das Uvas	54
1.2.3.1. “Ao Sol”	54
1.2.3.2. “Os Pobres”	55
1.2.3.3. “O Filho”	57
1.2.3.4. “A velha”	58
1.3.Trindade Coelho (n. 1861 – m. 1908)	60
1.3.1. Os Meus Amores	60
1.3.1.1. “Idílio Rústico”	60
1.3.1.2. “Sultão”	62
1.3.1.3. “Última Dádiva”	63
1.3.1.4. “Prelúdios de Festa”	65
1.3.1.5. “Vae Victoribus”	66

1.3.1.6. “A Lareira”	67
1.3.1.7. “Vae Victis”	70
1.3.1.8. “António Fraldão”	71
1.3.1.9. “Manhã Bendita”	72
1.3.1.10. “Manuel Maçores”	73
1.4. Júlio Dinis (n. 1838 – m. 1871)	75
1.4.1. <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	75
1.4.2. <i>A Morgadinha dos Canaviais</i>	78
1.4.3. <i>Os Fidalgos da Casa Mourisca</i>	86
1.4.4. <i>Serões da Província</i>	90
1.4.4.1. “As Apreensões de Uma Mãe”	92
1.4.4.2. “O Espólio do Senhor Cipriano”	93
1.4.4.3. “Os Novelos da Tia Filomela”	94
1.5. Eça de Queirós (n. 1845 – m. 1900)	97
1.5.1. <i>A Cidade e As Serras</i>	97
IV. Conclusão	107
V. Bibliografia	116
1. Bibliografia Primária	116
2. Bibliografia Secundária	116

Introdução – O Porquê de uma escolha

Nos nom somos nados a nos mesmos,
porque hūua parte de nos tem a terra, e
Outra os parentes.¹

O facto de ter nascido em Trás-Os-Montes e de, há muitos anos a esta parte, transportar quotidianamente a memória de uma terra que me é cara e de que não abduco, por muito que os meus olhos se afastem da minha terra natal, propus-me percorrer o caminho da escrita que me conduz ao telurismo que herdei dos Meus e que, ainda hoje, me é grato.

Falar da minha terra e do campo faz parte dos meus costumes. Escrever sobre os que da minha terra foram importantes e lhe deram o nome, apodando-a de Reino Maravilhoso, como Miguel Torga o fez no segundo congresso transmuntano (1942, pp. 274-280), é oportunidade única para, em forma de tese, desbravar o que muitos já disseram, e que pretendemos acrescentar algo de diferente, se à arte e ao engenho tiver a capacidade necessária de ir buscar o alimento para a escrita que anseio.

O campo e o espaço vasto a perder de vista, lembrando um mar de fragas com as suas gentes laboriosas, será o tema de uma escrita que ambiciono transportada a bom porto, homologado por aqueles que ao estudo chegaram primeiro que eu, e se propõem neste contrato ensino/aprendizagem, servirem-nos de farol para que esta tarefa seja conseguida.

É, pois, este trabalho uma oportunidade maior para me debruçar sobre duas figuras gratas do berço onde nasci e que transmitiram o tema transmuntano pelo mundo onde viveram. Refiro-me a Trindade Coelho, à vida subtraído de modo inopinado, e que em *Os Meus Amores*, escreveu páginas referentes às gentes que ao campo foram buscar o sustento, a paz e a alegria de viver e que na obra póstuma *O Senhor Sete* deu a conhecer um pouco do que Trás-os-Montes deu ao mundo português e que ainda hoje faz parte da gastronomia do nordeste desta terra tão distante do litoral.

¹ Fernão Lopes (1977). *Crónica del Rei Dom João I, da Boa Memória*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p.1 [1644].

Falar do campo no século XIX, tentando fazer a ligação com o século XX, no âmbito de um trabalho da natureza deste que agora iniciamos, obriga-nos, naturalmente, a falar de figuras que correm o risco de resvalar no olvido, se às suas obras não dermos a atenção que o estudioso deve dedicar. São muitos os que neste século XIX convulso, afastadas que foram as lutas liberais e apaziguados os ânimos em Évora-Monte se dedicaram à escrita sobre a sua terra. Sendo o autor, Almeida Garrett, de *As Viagens na minha terra*, livro saído em 1843, um romântico e a sua obra enquadrada naquela escola, não nos debruçaremos sobre *As Viagens na minha terra*, uma vez que procuraremos falar de escritores para além da escola onde o sentimento é dominante. Abordaremos alguns textos onde domine o campo e que tenham contribuído para a “introdução” do rústico no dealbar do século XX.

Debruçar-nos-emos sobre alguns contos escritos por Rodrigo Paganino, escritor-médico, desaparecido tão precocemente, cuja obra tem estado tão arredada do conhecimento e do estudo dos curiosos. Fialho de Almeida, por coincidência, também, escritor-médico, será objecto de uma apreciação, estudo e análise na obra que dedicou ao campo, mormente, no livro que consagrou ao Alentejo, *O País das Uvas*. Posteriormente, Trindade Coelho, escritor-jurista, natural de Mogadouro, retrata nos seus contos a lembrança saudosa da vida na sua aldeia, por isso o conteúdo dos seus contos baseados em flagrantes da vida real é cem por cento campestre. Sendo de destacar, na sua linguagem, o característico falar do povo transmontano. Seguidamente, Júlio Dinis merecerá, também, da nossa parte, uma leitura e um estudo atento na parte da sua obra onde a componente telúrica representa um eixo fundamental na sua temática. Já em Eça de Queirós que sente a Natureza, como algo purificador e sagrado, a visão do mundo rural, fruto do seu nacionalismo e saudosismo, é marcada simultaneamente pelo maravilhamento idílico da paisagem e a nota realista da miséria, feiura, desmazelo e sujeira.

II – O Espaço

Que espaço não ocupam os anos inúteis da inexperiência?
Metade da vida passamo-la a dormir. Junta a isto os
sofrimentos, as dores, os perigos e verás como, mesmo numa
vida assaz longa, é muito pouco aquilo que vivemos.²

Um trabalho da natureza que nos propomos levar a cabo, obriga-nos ao primado da componente espaço sobre as outras categorias da narrativa. Sem as descurar, procuraremos, no entanto, entrar nos meandros de uma matéria que é sustentáculo de grande parte da narrativa.

São muitos os estudos levados a cabo sobre o espaço³, sendo também, muitos os sentidos que encontramos em páginas escritas por especialistas que a esta matéria se dedicam há muitos anos, quer no âmbito da filosofia e da física, passando pela geometria e pela literatura.

Sendo a diegese constituída por personagens e objectos, ela é, também, constituída por um universo espacial (Aguiar e Silva, 1991, p. 170), que aliado ao tempo constituem elementos descritivos indispensáveis para a construção do significado do romance, a que Baktine (1978, p.384) deu o nome de “chronotope”:

Le chronotope détermine l’unité artistique d’une oeuvre littéraire dans ses rapports avec la réalité (...). En art et en littérature toutes les définitions spatio-temporelles sont inséparables les unes des autres, et comportent toujours une valeur émotionnelle.

Adicionando o valor emocional ao binómio espaço/tempo, o termo traduz bem a especificidade da relação existente entre o sujeito, o espaço e o tempo que constituem o seu suporte comportamental, provocando o desenvolvimento da narrativa. E é em torno desta tríade que se gera uma dinâmica que conduz à exibição do acto de escrita, forçando, muitas vezes, a ausência de unidade espacial, provocando um deslocamento físico, tendente a desmonotonizar a acção, levando a criar no narrador a possibilidade de o tornar senhor absoluto da geografia ficcional, conduzindo e dominando as

² Séneca (1991). *Cartas a Lucílio*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 542 [s/d]

³ Butor (1995), Blanchot (1955), Claval (1995), Augé (2007), Genette (1966), Lefebvre (2000), Goyanes (1995), Bourneuf e Réal (1976) e Bachelet (1998).

personagens por caminhos distantes e variados, desobedecendo à verosimilhança das leis, estabelecendo um processo sintagmático que visa corresponder, ou mesmo ultrapassar, o gosto imaginativo do leitor, como sucede no romance fantástico, como por exemplo, na série Harry Potter.

Se é verdade que o tecido narrativo se desenvolve em pontos geográficos onde alguma coisa de novo pode acontecer, podemos afirmar que o espaço é o sustentáculo de uma narrativa onde a acção tem um papel fundamental e onde a progressão textual predomina sobre a observação dos fenómenos psíquicos normais.

A propósito do espaço já os pré-socráticos discutiam a relação do espaço com a matéria numa perspectiva de cheio/vazio, ser/não ser para, posteriormente, Platão e Aristóteles, bem como os escolásticos e os filósofos do século XVII e XVIII, como Newton e Leibniz se debruçaram sobre o assunto (Gordo, 1995).

Platão e Aristóteles concebiam o espaço como um campo onde as coisas são particularizações, não sendo possível conceber as coisas sem o seu espaço, ao mesmo tempo que o espaço não pode ser um mero receptáculo puro é um espaço contínuo sem qualidades, um habitáculo e nada mais.

Durante a Idade Média, especialmente entre os escolásticos, os principais problemas levantados relacionavam-se com a dependência ou independência do espaço relativamente aos corpos.

No Renascimento, os filósofos e os homens da ciência concebem o espaço como uma espécie de “continente universal” dos corpos físicos. Para Descartes, o espaço é considerado uma coisa extensa que constitui a essência dos corpos, cujas propriedades são a continuidade, a exterioridade, a reversibilidade, a tridimensionalidade.

Nos séculos XVII e XVIII mereceram especial atenção os contributos polémicos de Newton e Leibniz. O espaço é para Newton uma medida absoluta, ao mesmo tempo que uma entidade absoluta, representando a ideia do espaço, uma realidade em si, independente em princípio, dos objectos nele situados e dos seus movimentos. Para

Leibniz, em oposição a Newton, o espaço não é um absoluto, não é uma substância, não é um acidente de substâncias, mas uma relação. Como relação, o espaço é uma ordem, a ordem da coexistência, a ordem dos fenómenos coexistentes. Para Kant, o espaço é uma forma *a priori* da sensibilidade. É uma representação necessária *a priori* que serve de fundamento a todas as intuições externas, sendo condição da possibilidade da existência dos fenómenos. Em suma, o espaço não representa nenhuma propriedade das coisas, não sendo mais que a forma dos fenómenos dos sentidos externos, a única condição subjectiva da sensibilidade, mediante a qual não é possível a intuição externa.

A ideia de espaço tem ocupado um lugar de destaque nos estudiosos do século XIX, sustentando muitas discussões sobre absoluto ou relativo, objectivo ou subjectivo, bem como sobre o problema das relações do espaço com o tempo e a matéria.⁴

Com esta breve abordagem sobre o espaço, para além de pretender mostrar a importância que este assunto tem merecido da parte dos estudiosos, importa relevar a ligação existente entre o espaço e o sujeito, para além do que se apresenta no binómio espaço/tempo.

Para o sujeito, o cidadão comum, o espaço é a realidade objectiva onde se processa a existência, e onde o sujeito se identifica, existe e se relaciona. É no espaço que o sujeito se adapta e é no espaço que, através da sua inteligibilidade, ele a transforma e cria as condições necessárias para poder progredir e melhorar o seu ambiente. É no espaço que o homem se sedentariza, chamando a si os meios suficientes para poder subsistir, predominando na tríade espaço/tempo/sujeito, embora não seja de apoucar a vertente espaço.

Georges Matoré (1976, p. 286) em *L'espace humain* afirma:

L'espace, plus docile que le temps aux exigences naturelles de l'esprit, est un facteur d'intelligibilité et un appel au concept. C'est lui qui impose son monde aux choses ou plutôt qui les réalise, qui permet de dépasser la zone du rêve et la contemplation des virtualités; c'est grâce à lui que le monde accède à l'existence et à l'objectivation.

⁴ Esta síntese de carácter diacrónico que abarca o período que vai dos pré-socráticos ao século XIX, foi extraída de José Ferrater Mora (1982). *Dicionário de Filosofia*. Publicações Dom Quixote. 5ª ed., pp. 128-131.

Vivemos em plena época de globalização, porém, o homem, apesar de se sentir cada vez mais cidadão do mundo, não deixa de procurar o *locus amoenus* onde lhe apraz viver, em detrimento do espaço onde é “posto a trabalhar”, pois vive a angústia do espaço. Gérard Genette (1966, p.101), a propósito, escreveu: “L’homme aujourd’hui éprouve sa durée comme “une angoisse”, son intériorité comme une hantise ou une nausée; livrée à l’absurde et au déchirement, il se rassure en projetant sa pensée sur les choses”.

Sendo o espaço, bastantes vezes, condição de sobrevivência para homens e animais, podemos afirmar que o homem não é distinto do seu espaço. A literatura que hoje concebemos, acaba por não ser distinta da que a Poesia Trovadoresca produziu nos primeiros séculos da nacionalidade, delimitativa, quantas vezes, pelo espaço e pelo tempo. O tempo e o espaço marcaram de forma indelével a transversalidade em vivências recuadas que hoje servem de estudo aos especialistas na área da literatura, sociologia, antropologia e etnografia e outras ciências consideradas pertinentes.

O espaço é pretexto para muita da literatura que o século XVI produziu, mormente no âmbito da literatura de viagens, razão para Luís de Camões, Fernão Mendes Pinto e João de Barros, entre outros, escreverem das mais belas páginas da literatura portuguesa.

O conceito de espaço, pela sua pluralidade epistémica, tem sido abordado e valorizado ao longo dos tempos. Os finais do século XVIII, com a queda da monarquia francesa, trouxeram para o homem o gosto por um espaço que lhe serviu de refrigério por muito tempo. Desgastado por uma governação que não lhe ofereceu o prometido, é a natureza o último recurso para o homem em busca do isolamento e da paz para um desassossego que não acabava por o atormentar. Modernamente, o espaço é o palco onde se desenvolvem muitos dos romances que fazem parte de uma escrita que começa por ter o seu ponto alto com os românticos do princípio do século XIX.

Importa relevar o facto de Wolfgang Kayser (1970, pp.276-284) ter considerado em *Análise e Interpretação da Obra Literária*, num dos géneros dramáticos, o drama de espaço, a par do drama de personagens e do drama de acção. Esta tipologia é o resultado da valorização de uma componente em que os quadros históricos formam um cunho especialmente marcado pelo drama do espaço, citando como exemplos romances de Tolstoi, Flaubert ou Stendhal.

Não cabendo nesta introdução um estudo exaustivo da categoria da narrativa espaço, tarefa que tentarei abordar em pormenor em cada um dos textos que nos propusemos analisar, julgamos pertinente relevar o que Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes conceptualizaram, no *Dicionário de Narratologia* (1996), uma vez que fundamentaremos aí as nossas opções metodológicas.

Neste sentido, consideramos o espaço físico, necessário à movimentação das personagens e ao desenrolar das acções, constituído por cenários geográficos, interiores, objectos, etc.; social, indissociável do físico, abarcando ambientes ou atmosferas sociais, geralmente definidas por personagens figurantes de dimensão típicas, e ainda o espaço psicológico, o do interior das personagens dotadas de capacidades de auto-análise, impreciso, mas revelador da sua visão do universo de atmosferas densas e perturbadoras, projectadas sobre o comportamento, normalmente, conturbado das personagens. Para Carlos Reis e Macário Lopes, a representação do espaço jamais é exaustiva, não evitando a existência de pontos de indeterminação e objectos não mencionados que ficam em aberto para complemento do leitor.

Há, ainda, a considerar três níveis de representação do espaço que se repartem pelo topográfico, cronotópico e textual, de acordo com aspectos fundamentais da elaboração estético-verbal desta categoria da narrativa:

- 1.a selectividade essencial ou a incapacidade da linguagem para esgotar todos os aspectos dos objectos em causa;
- 2.a sequência temporal ou o facto de a linguagem transmitir informação somente ao longo de uma linha temporal;
- 3.o ponto de vista e a inerente estrutura perspectivada do mundo reconstruído.

Acrescente-se, por outro lado, o espaço que explicita atributos de natureza social, económica, histórica que adquirem uma contextura ideológica: os camponeses que lutam por melhores salários e que acabam vítimas das suas reivindicações, como por exemplo, *Levantar do Chão*, de Saramago; ou as crianças que nunca o foram para passarem à categoria de homens, explorados em fábricas, como Soeiro Pereira Gomes, em *Os Esteiros*. Não distante deste espaço narrativo, há que atentar à leitura de feição

regionalista que representa um espaço próximo do espaço rural pacífico, mesmo idílico, apostando na conservação de cenários do agrado dos narradores, sublimando vidas vividas só repetidas através de páginas escritas (Reis e Lopes, 1996, pp. 135-140).

1 - O Lugar / O Não-Lugar

“Os portugueses de quinhentos deixavam padrões nos lugares que descobriam. Eu deixo pedaços de mim”.⁵

Esta epígrafe extraída do *Diário VII* de Miguel Torga, mostra-nos de uma forma clara a relação que o escritor manteve com os lugares por onde passava. Não lhes sendo indiferentes, sentia que cada um fazia parte de si. Aí ficaria um pouco do seu ser e daí transportaria alimento para a sua história. Com efeito, nos dezasseis Diários que deixou publicados, o lugar é determinante na sua escrita diarística, devidamente identificada não só pelo lugar, como também pela cronologia. E como se essa marca cronotópica não fosse suficiente, utiliza na primeira página de cada livro a frase de Amiel “Chaque jour nous laissons une partie de nous-mêmes en chemin”. Ciente da importância dos lugares por onde passa, a epígrafe surge-nos como uma advertência para um texto devidamente anotado, onde não faltam as marcas das vivências que transportou pelo mundo e que compartilhou com leitores, não só porque os publicou, mas também porque, ao servir-se de Amiel, não deixou de pluralizar a citação “nous-mêmes”. Um eu com um ou mais destinatários.

Os lugares, para Miguel Torga como para os escritores que nos propusemos estudar, são espaços marcantes nas suas vidas. Todos eles lhes conferiram identidade quer através da recusa ou da adesão. É à terra onde viveram, coexistiram e nasceram que foram buscar o húmus para os seus livros, situando-os num contexto histórico. Produto da terra, do meio, da sociedade, da casa e da educação, o homem formatou a sua idiossincrasia, quantas vezes transportada para livros que serviram de conforto, consolação e evasão a um público leitor. Se os costumes foram alimento da muita obra literária, bem como disputas entre países, pretexto para temas belicosos, a terra é razão de ser de textos notáveis dos finais do século XIX e grande parte do século XX, época de grandes transformações na sociedade portuguesa com a república a espreitar por uma monarquia

⁵ Torga, Miguel (1961). *Diário VII*. Coimbra, Edição do Autor. p.144

agonizante, a assistir ao assassinato de D. Carlos e D. Luís Filipe, em 1908, e ao posterior homicídio de Sidónio Pais, em 1918.

Da importância dos lugares na literatura, parece-me importante sublinhar o que Paul Claval (1995, p. 41) escreveu em *La Géographie Culturelle*:

Les lieux n'ont pas seulement une forme et une couleur, une rationalité fonctionnelle et économique. Ils sont chargés de sens par ceux qui y habitent ou qui les fréquentent. Les recherches sur la perception de l'espace et de l'environnement menées par les psychologues sont mises à profit. Le roman devient parfois un document: l'intuition subtile des romanciers nous aide à ressentir le pays par les yeux de leurs personnages et à travers leurs émotions.

O indivíduo, o escritor, o produtor da obra de arte é um ser social, jamais uma realidade autónoma. Fazendo parte de um todo onde ele se funde ou não, é verdade que, na medida do possível, ele tem um papel a representar e é essa função que ele transporta para o texto, onde as marcas da sua vivência se plasmam no branco tipográfico das folhas onde ele traça a geometria do tecido narrativo. Reagindo às condições de vida, tira partido da sua experiência e transmite aos outros, saberes e práticas de que beneficiou no seu trajecto vivencial, embora possa afirmar, como Fernando Pessoa, que “o poeta é um fingidor”.

Embora vivendo em pleno período de marcada globalização, é verdade que o ser humano não abdica das suas raízes identitárias muitas vezes desvalorizadas por processos que lhe escapam. Lutando contra a agressividade de meios que reduzem o homem a uma individualidade cada vez mais subalterna, cabe às pessoas concertar métodos para se identificarem com qualquer referência que lhes seja exterior mas que lhes diga respeito. Paul Claval (1995, p. 333) afirma:

Les nouveaux riches s'expriment à travers la marque de leur voiture; des milieux plus cultivés redécouvrent les cultures ethniques ou régionales d'autrefois; ils en adoptent les interdits alimentaires en redécouvrant les arts martiaux ou les artisans d'art; pour montrer qu'ils ont vraiment pénétré la logique des groupes qu'ils ont choisis comme références, ils dépensent des fortunes à restaurer les résidences secondaires qu'ils ont achetées et à courir brocanteurs ou antiquaires pour trouver de vieux meubles.

Marc Augé (2007, p.24), citando Pierre Nora, no primeiro volume dos *Lieux de mémoire*, afirma:

o que procuramos na acumulação religiosa dos testemunhos, dos documentos, das imagens, de todos os “signos visíveis do que foi” (...) é a nossa diferença, e “no espectáculo dessa diferença o fulgor súbito de uma identidade inencontrável. Já não uma génese, mas a decifração do que somos à luz do que já não somos.

Ao mesmo tempo que o homem procura as suas raízes identitárias, buscando no lugar a identidade do grupo a que pertence, depara-se com as alterações aceleradas que se processam no mundo contemporâneo. A percepção que, hoje, temos do tempo e de nós próprios, não se compagina com as alterações que se têm processado no mundo arrastado por uma tecnologia cada vez mais aperfeiçoada em que o que é moderno hoje já é antiquado amanhã. Se é possível inteligir o tempo devido às suas transformações constantes e apressadas, o mesmo se pode imaginar em relação ao homem ser “compósito e amassado de alteridade” (Augé, 2007, p.24). O que é hoje, provavelmente, não será no dia seguinte.

No século XVI, já Luís de Camões (1973, p.162) dava conta de mudanças que se processavam com alguma irregularidade. Transcrevo duas estrofes que registam a impossibilidade de uma reflexão metódica que explicasse a vida em função do antes e do depois

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança;

Todo o mundo é composto de mudança,

Tomando sempre novas qualidades.

(...)

E, afora-se este mudar-se cada dia,

outra mudança faz de mor espanto,

que não se muda já como saía.

A superabundância de acontecimentos torna impossíveis qualquer previsão a economistas, historiadores ou sociólogos, o que congestionava qualquer estudo sobre o presente bem como do passado próximo.

Nesta época de “sobremodernidade”, conforme considerou Marg Augé (2007, p. 29), o facto de actualmente coexistirem quatro gerações, em vez de três, devido ao aumento da esperança de vida, alargando, assim, a memória colectiva, genealógica e histórica, faz com que o homem se sinta protagonista de uma história que se cruza com outra História maior, isto é, o homem assistente e actor de tanto acontecimento em muito ou pouco tempo da sua existência. Poderemos afirmar que em termos relativos assistimos à dilatação do tempo porque tudo se passou de forma abrupta e repentina.

Simultaneamente, assistimos à amplificação do espaço, na medida em que, paradoxalmente, diminuiu perante o nosso olhar porque podemos assistir, ao mesmo tempo, a variados acontecimentos nos mais variados cantos do globo. Paralelamente ao espaço e ao tempo que se dilatam, há o sujeito, a figura do ego (Augé, 2007, p.34) que beneficiou na razão directa dos acontecimentos que se processou. A visão do mundo é-lhe diferente e o seu enquadramento passa a articular-se de outro modo.

Todas estas alterações provocadas por parâmetros espaciais e temporais criam dificuldades ao ser humano que, embora estimulado por estas contínuas modificações, tem que reaprender a pensar o espaço e o tempo, traçando na sociedade em que se integra os seus próprios cenários e os seus itinerários adequados, de maneira a que não se torne um ser alienado, isto é, estranho às variadas instituições. Neste aprendizado e nesta afinidade com o que o cerca, há elementos adjacentes à sua existência que se alteraram sobremaneira. Para além das modificações de carácter físico, processadas no espaço da sua existência e do seu meio, outras de maior vulto aconteceram. A desqualificação do lugar de nascimento, o esvaziamento de todo o conteúdo do torrão natal, a partida para uma outra cidade, ou quando os outros se instalam no local que nos pertence, é aí que se apagam todos os pontos de referência do território ou de identidade.

E, assim, são criados os espaços nos quais o indivíduo se sente espectador sem verdadeiramente se importarem com a natureza do espectáculo. A desqualificação de um lugar para dar lugar a outro, despojando-o de tudo o que ele continha, é uma forma sobremoderna de solidão num mundo em que se deixou de nascer num local onde se tem residência fixa e se morre num hospital onde ninguém nos conhece. Preocupado com o que se está a passar e ultrapassando, afinal, o seu cepticismo quanto a previsibilidades, assegura que o século XXI será antropológico.

Neste século que ainda dá os primeiros passos e que traz como bandeira a crise fomentada e alimentada pelo grande capital, não me parece que o indivíduo de forma isolada ou integrada na sociedade, seja alvo das preocupações das elites político-sociais, numa altura em que a globalização e a precariedade vivem exclusivamente preocupadas com o lucro em detrimento da preocupação pelo ser humano.

Servindo-nos do livro de Marc Augé que temos vindo a citar, a propósito da dicotomia Lugar/Não-Lugar, podemos definir lugar antropológico, como aquele que ocupam os indígenas que aí vivem, ou, de outro modo, aquele que confere ao homem uma identidade, define a sua relação com o meio, bem como o situa num contexto histórico.

Nascer é nascer num lugar, ter residência fixa, sendo o lugar de nascimento constitutivo de identidade individual. O lugar antropológico é histórico, na medida em que escapa à história como ciência, constituída por antepassados, que os mortos recentes povoam de sinais que é necessário saber esconjuram ou interpretar.

Afirma ainda Marc Augé (2007, p. 49):

a sua recordação não nos fala simplesmente, como outras recordações de infância, do tempo que passa ou do indivíduo que muda; efectivamente desapareceram ou antes transformaram-se: celebra-se ainda a festa de vez em quando, para fazer como outrora, do mesmo modo que se ressuscita a debulha à moda antiga todos os verões.

Segundo o autor, o lugar antropológico é o lugar geométrico, isto é, itinerários de eixos ou de caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens e ainda por encruzilhadas e praças onde os homens se cruzam, se encontram, se reúnem e onde funcionam mercados que servem para comerciar e que embora não definindo os grandes espaços políticos ou económicos, definem o espaço rural e o espaço doméstico.

Outro elemento a considerar no lugar antropológico é a história, porque todas as relações inscritas no espaço se inscrevem também na duração e as formas espaciais simples não se concretizam senão no e pelo tempo.

Os lugares consagrados aos cultos e reuniões, políticas ou religiosas, só por momentos despertam da sua letargia, em geral em datas fixas, pela criação de condições acalentadoras de memórias capazes de contribuir para reacender o espírito sagrado do espaço.

A identificação do poder com o lugar em que se exerce ou com o monumento que alberga os seus representantes é a regra constante no discurso político dos Estados modernos. A Casa Branca e o Kremlin são exemplo disso.

A alusão ao passado complexifica o presente. As placas toponímicas criam uma dimensão histórica mínima ao contemplarem nomes de pessoas que foram ilustres no país.

Confrontando-se com o espaço, encontramos a definição no Petit Robert “portion déterminée de l’espace considérée de façon générale et abstraite”, a sobremodernidade é geradora de não-lugares. Instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e dos bens, como vias rápidas, auto-estradas, bem como os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, as cadeias de hotéis, os campos de refugiados, os bairros de lata prometidos à destruição, caixas automáticas, dos cartões de crédito, os aeroportos, as grandes superfícies de distribuição.

Através do não-lugar se descortina um mundo provisório e efémero, comprometido com o transitório e a solidão.

O não-lugar é o espaço onde se contratualizam obrigações em que o cliente tem uma necessidade e a entidade oferece a facilidade de a cumprir sob determinadas condições contratuais. É também o lugar periférico ou o lugar periférico do lugar periférico que não é campo nem cidade, é considerado não-lugar por ser um sítio onde apenas se passa, numa fugaz retirada, para um descanso nocturno de algumas horas. São, ainda, espaços que criam uma espécie contratualizada de solidão, não criando sociabilidade orgânica em locais abandonados ou em ruínas.

De forma exemplar, vale a pena lembrar um lugar antropológico descrito por Vergílio Ferreira (2003, p. 2), em carta que escreveu ao Presidente da Câmara Municipal de Gouveia, em 19 de Abril de 1986:

Eu tenho pela minha aldeia uma afeição que é mais do que isso, porque é essa forma profunda com que se moldou a minha sensibilidade. Na pessoa que sou, o ambiente em que me criei deixou uma marca que com essa pessoa se confunde. Não sei, pois, como ser possível separá-las. Nada pois, mais encantador do que expressar a ligação do meu destino à aldeia em que nasci e me criei.

III – O Campo na Literatura Portuguesa no século XIX

“Este é um século democrático; tudo o que se fizer há-de ser pelo povo e com o povo ... ou não se faz”.⁶

1. O espaço campo – exemplos demonstrativos

No âmbito das referências às obras/bibliografia primária, as obras terão a seguinte denominação a partir deste momento, por motivos de ordem prática: *Os Contos do Tio Joaquim* (CTJ), de Rodrigo Paganino; *Contos* (C), *A Cidade do Vício* (CV), *O Paiz das Uvas* (PU) de Fialho de Almeida, *Os Meus Amores* (MA) de Trindade Coelho; *As Pupilas do Senhor Reitor* (PSR), *A Morgadinha dos Canaviais* (MC), *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (FCM) e *Serões da Província* (SP), de Júlio Dinis e *A Cidade e as Serras* (CS), de Eça de Queirós.

1.1 Rodrigo Paganino

1.1.1. *Os Contos do Tio Joaquim*

O conjunto de onze contos inicia-se pela apresentação do tio Joaquim, grande contador de histórias. Localizando-o num espaço distante de Lisboa, a uma légua, o narrador não é parco na apreciação que faz do local para onde foi, procurando a cura para os seus males. O campo que “é sempre belo” (CTJ, p. 13) distancia-se da cidade de Lisboa, onde corre perigo de vida. Numa primeira abordagem, o narrador marca a clivagem entre o espaço urbano e o rústico: o campo, local da cura, a cidade o espaço onde se desenvolve a doença.

Não localizando o espaço rural, designa-o por quinta, onde não falta a adjectivação que ele considera pertinente [“uma conversa singella, e innocente“ (CTJ, p. 14), “um bom lume e uma boa ceia (...) e narrações cheias de verdade e de moral” (CTJ, p. 15)]. Narrador e personagem parecem comungar dos mesmos sentimentos. Narrador doente que procura cura para os seus males, ao escrever que os dias passavam facilmente, vai transmitindo uma informação repleta de melancolia, tristeza e escuridão.

⁶ Garrett, Almeida (s/d). *Frei Luís de Sousa*. Porto, Porto Editora, p.12

À noite, à lareira, a natureza humanizava-se com o encontro tranquilo entre os trabalhadores, por contraste ao viver folgazão da cidade.

Num macro-espço, definido pela quinta onde predominam as cores soturnas, a cozinha é o *locus-amoenus*, espaço de todos conhecido, onde o lume crepita e a ceia espera. É aí que nos é apresentado o tio Joaquim, figura tutelar do conto que tem o seu nome. O acrescentar ao nome da personagem, o epíteto de tio, dá-lhe uma grandeza e uma dimensão mais credível e, por isso, mais ouvido e aceite. Como se fosse uma figura envolta em mistério, o narrador apresenta-o como proveniente de espaços diferentes [“aparecido depois das nossas guerras civis” (CTJ, p. 15)]. A utilização dum espaço, onde a guerra imperou, confere à personagem uma auréola de misticismo, heroicidade e força pouco comuns, o que cimenta a sua credibilidade. Por outro lado, ao considerar “as nossas guerras civis”, o narrador liga-se ao narratário através do determinante “nossas”. Nesta comunhão, os dois elementos da narrativa, “narrador” e “narratário”, identificam-se na “história” através de algo que é comum à guerra civil que efectivamente existiu, terminando com a Convenção de Évora-Monte (1834).

Num país retalhado pelas diferenças sociais, o tio Joaquim, figura misteriosa, que não conhecemos, é introduzido pela pergunta – “Quem era o tio Joaquim” (CTJ, p. 15) –, cuja resposta é adiada, para aumentar a curiosidade, sabendo-se apenas que vai trabalhar em casa de “um dos fazendeiros mais ricos” (CTJ, p. 15).

Num espaço social definido pela ruralidade, onde não abunda a riqueza, antes a humildade e a simplicidade, o tio Joaquim é a figura-primeira de uma terra “onde dava sota e ao barbeiro do lugar e ao mestre de meninos” (CTJ, p. 15), ele é ainda educador da mocidade, escrivão de juiz de paz, escanhoador e tentando fotografar o *modus-vivendi* deste espaço, o narrador acentua a “maledicência sem igual” (CTJ, p. 16).

Tentando cativar o narratário, não o desligando da sua capacidade de dialogar, o narrador formula perguntas às quais vai respondendo. Numa tentativa de perfeita comunhão, o tecido narrativo vai-se desenvolvendo de acordo com os propósitos do produtor da obra literária.

Tratando-se de um conto que apresenta a personagem que legitima o livro, o narrador é parco em informação acerca do espaço, centrando a sua escrita num processo descritivo que conduz à morte do tio Joaquim e à confissão do seu analfabetismo, valorizando o “Saber-Fazer” do rústico em oposição ao “Ter” do cidadão.

Ignorando objectivamente, onde se desenvolve o local da acção, todos os lugares nos remetem para espaços rústicos, definidos por quintas ou sítios, onde as personagens se movimentam. Se os nomes dos locais são omitidos, na sua generalidade, as personagens apresentam-se com nomes próprios, devidamente definidos, a que muitas vezes é acoplada a actividade profissional como melhor identificação das personagens, como por exemplo, o Zé da Adega, o Chico Barbeiro, o Quim Carteiro. De notar que o nome “maltês” aparece com frequência nos contos, denunciando a existência de trabalhadores não qualificados que laboram no campo e mantêm com o tio Joaquim uma relação de amizade “estimavam deveras o velho narrador” (CTJ, p. 22).

A igreja, a paróquia, o adro são locais de encontro e pontos de referência das pessoas que habitam o macro-espço onde se desenvolve a vida das personagens que animam a narração, acontecendo, ainda, nestes núcleos populacionais dar-se conta da existência dos barbeiros, homens, naquela época “qualificados” para os mais variados misteres. As lojas são espaços onde o comércio se movimenta e onde se fala dos outros, não faltando o substantivo “freguês” (CTJ, p. 22) que é, afinal, quem anima o negócio.

Para dar credibilidade à narrativa, tenta em geral localizar a acção no tempo, usando na sua ausência, a expressão dubitativa “Há-de haver dez anos” (CTJ, p. 22). São constantes as perguntas ao longo dos contos que não se tratando de perguntas de retórica, à maneira do sermão, acabam por ser fórmulas para manter o destinatário preso ao texto.

Os locais públicos, a loja, o barbeiro e o adro são espaços onde as personagens dialogam comungando ou não dos pontos de vista, mas aparecem outros locais onde a língua tem oportunidade de dar asas à sua imaginação, como por exemplo, a azinhaga onde todos começam “a desenferujar a língua” (CTJ, p. 24).

A psicologia das personagens vai sendo retratada através de apreciações que todos fazem de todos, comentando comportamentos e atitudes. O narrador não deixou passar em claro os “fait-divers” característicos de todas as terras, relevando-se, contudo, nas aldeias, onde todos se conhecem e discutem, sobretudo, defeitos, esquecendo virtudes, se bem que essas apreciações menos elogiosas, não vão além das palavras. Por vezes, o elogio também serve para falar do padre e do fazendeiro “o sr. padre prior, o padre mais santo, que tenho conhecido e a melhor aluna que Deus tem deitado a este mundo de Cristo” (CTJ, p. 22). Se as quezílias manifestadas pelas palavras são uma constante, a

espiritualidade está presente através do recurso a Deus pela oração, invocação, ou mesmo espírito contrição “Grandes foram os meus pecados” (CTJ, p. 27).

Sendo todo o ambiente que serve de palco aos contos caracterizado pela ruralidade distante da grande urbe, a província do Minho aparece, contudo, como arquétipo do que o narrador conta.

É o Minho, região perfeitamente identificada, caracterizada por uma flora verdejante, onde predomina vinha, pinheiro bravo, milho, pastos e árvores de fruto que o narrador entende acrescentar para dar mais verosimilhança à narração “Têm visto lá para o Minho” (CTJ, p. 27).

A natureza, madrinha daqueles que com ela convivem, é a justificação para questões comportamentais de difícil resposta. Tentando justificar os amores de uma mulher por um homem, à primeira vista, atribuirá à natureza tamanho mistério “São mistérios da natureza, que ninguém pode devassar” (CTJ, p. 31).

A natureza justifica ainda o estreitar das relações entre as pessoas, através das plantas “Começaram a estreitar-se as nossas relações, como duas plantas que uma à outra ligadas mais se apertam com o crescer” (CTJ, p. 31). Pessoas e plantas no mesmo pé de igualdade.

Caracterizando as personagens que, movidas pela espiritualidade, fazem da missa um acto social de carácter obrigatório, o narrador distingue-as pelos seus fatos domingueiros, em dias de lazer, em que todos desejam ser diferentes na grande montra que é a igreja e no adro não falta o melhor fato e a melhor arma, sinónimo de poder e força “De fatos domingueiros e varapaus ferrados, discorriam pelas novidades do logar” (CTJ, p. 38), caracterização indirecta a definir as personagens para além do seu local de trabalho. A aldeia não é só esforço, é também momentos de ócio e divagação acerca do que aos espíritos interessa “as novidades do logar” (CTJ, p. 38).

E porque a aldeia não é só o espaço andrógono, em que os homens dominam e se passeiam ao domingo, melhor caracterizando a urbe, as mulheres, de forma indiferenciada, jovens ou mais idosas, também constituem a população activa, interessando-se pelo que se vai passando no tecido social: “Diga-se a verdade: as Marias e as Joanas não deixavam de influir naquelas reuniões” (CTJ, p. 38).

O adro, para além de ser o local de confraternização e diálogo é também o espaço da discórdia onde se dão as maiores contendidas. No adro, espaço exterior, as personagens dão asas à sua liberdade e pujança física: “Do outro lado do adro uma floresta de paus se

levantava no ar, e já as navalhas estavam fora das algibeiras” (CTJ, p. 41). Espaço de vida e de morte, daí o adro poder ser um espaço de vida, onde se conversa, se namora, se brinca, mas também um lugar de discórdia, de rixa, quando as opiniões divergem e que no calor da discussão, tantas vezes conduzem à morte.

A aldeia sofre as vicissitudes da época. O campo a braços com a crise vigente, tem os seus reflexos no espaço urbano, ao ponto do comércio não prosperar: “João era mais pobre do que Job” (CTJ, p. 44). “Assim iam os tempos e o negócio corria-lhe por água abaixo” (CTJ, p. 44).

Prosseguindo a análise dos vários contos, vários são os proprietários abastados. Sem o denunciar, os outros que não são abastados e compartilham do mesmo espaço social, económico e financeiro são de escassos recursos, o que permite dizer que há uma incorrecta distribuição da riqueza, amortecida pelo facto dos mais pobres não se queixarem e viverem numa aparente paz só interrompida por alguns comentários de circunstância. A má divisão do espaço físico não obsta a que todos vivam bem e não se degladiem.

Exemplo frisante da boa relação entre latifundiários e assalariados rurais é o facto de André Pimenta ter devolvido ao Sr. Manuel Fernandes a propriedade que este lhe tinha dado, por incapacidade de gerir. A Chibanta era de mais para ele. E neste mundo de pobres e ricos, distingue-se na forma de tratamento, a escala social, o facto de haver o Sr. Manuel Fernandes e o André Pimenta é a prova inequívoca de diferenças que o conto não apaga, exemplificado através de “A galinha da minha vizinha”.

No microespaço da aldeia, onde era comum existir apenas uma loja, a do João, que abastecia os “freguezes” (CTJ, p. 44), veio instalar-se o José Fernandes de “cara alegre” (CTJ, p. 44), para ganhar “vontades” (CTJ, p. 44) dos clientes, a fim de tratá-los “ás mil maravilhas e desfazendo-se em bons serviços” (CTJ, p. 44). Deparamo-nos com um problema, não muito usual no meio rústico, a concorrência comercial, através da prática duma mão cheia de serviços aos outros e duma postura atenta, solidária em prol de boas receitas.

No meio rural, porque toda a gente se conhece e as ocupações diárias, apesar da sua multiplicidade, permitem momentos de pausa, sobretudo após as refeições, é vulgar, as pessoas sentarem-se no banco de pedra, à porta das casas e meter conversa com todos os que passam, comentando, bisbilhotando, sentenciando sobre os pequenos ou grandes acontecimentos locais, a que não escapam os romances dos jovens das aldeias em redor,

tomando-se partidos e fazendo futurologia como se constata em “A propósito da missa do dia”, quando se lê “não há bem que sempre dure e, o d’elles por isso havia de acabar em pouco tempo” (CTJ, p. 45).

Na sequência do namoro, constatamos que o *modus vivendi* dos casamentos da época, no meio rural, se pautava pela riqueza dos partidos e o estatuto profissional do rapaz: “pae de Domingos (...) era um fazendeiro abastado dos sítios, que contava para cima de vinte geiras de terra de pão, fora umas seis conrellas de trincadeira, duas hortas valentes, e um pomar de caroço de mais de trezentos pés de fructa” (CTJ, p. 45). Por isso, o narrador conclui que Domingos “era um bom casamento para a rapariga” (CTJ, p. 45), daí que o pai de Joaquina “fazia a vista grossa” (CTJ, p. 45) sobre o referido namoro.

Outro aspecto a considerar, na época, neste espaço rústico, é a força do poder paternal exercido sobre a escolha dos noivos, para evitar problemas, de carácter financeiro, quer por inimizades, ou ódios de estimação que, muitas vezes, se prolongavam ao longo de gerações:

Domingos (...) tinha escondido do pae os seus amores com Joaquina. Uma vez por outra procurou sondalo a tal respeito, porém, como visse que era tempo perdido, (...) ia tentando o namoro com esperanças em que ou o velho cedesse da birra, ou o outro do vício (CTJ, p. 46).

O local de encontro, neste espaço rural, quer humanizado, quer natural era para Joaquina e Domingos, na “haste da cruz de pedra que está defronte dos Ouriços, vestida comas braçadas flexíveis da hera, que lhe nasceu ao pé” (CTJ, p. 45). Este lugar foca a “cruz de pedra”, o “cruzeiro”, bastante usual nas aldeias portuguesas e que, muitas vezes, são marcos da História dum povo profundamente cristão, evocando factos que se querem perpetuar: a memória de alguém que ali foi morto, votos formulados, e outros. Podemos acrescentar que “a cruz” identifica um local, uma rua, um caminho, espaços naturais ou humanizados.

Uma das tradições bastante característica, a feira de gado, é um dos espaços descritos em *Contos do Tio Joaquim*, local fechado público, onde os interessados se deslocavam, a fim de comprar “gado” como investimento ou objectivo de rentabilizar a agricultura “tio Fernandes recolhia-se de uma feira de gado onde fora comprar uma junta de bois, de que precisava para a lavoira” (CTJ, p. 46).

O cemitério, espaço aberto público, onde o povo vai rezar pelas almas dos entes queridos ou amigos e tirar ilações de vida, como no exemplo que a seguir citamos “uma

mentira pôde deitar a terra uma reputação por mais antiga que seja (...) quando se apanha um homem que não falle verdade, e quando se perde o credito, perde-se em pouco dinheiro e honras. Felizes ainda dos que não pagam com a vida como o pobre João da Tenda” (CTJ, p. 47).

A toponímia aldeã, nascida do povo, a maior parte das vezes, nomeava os lugares pela actividade aí desenvolvida. Deste modo, a quinta do tio Joaquim de Mattos era identificada pelos bons petiscos e boa bebida “bom vinho que vendia, e pelos bons peteos” (CTJ, p. 49). Este local, como outros, eram espaços de encontro, convívio, confraternização, lazer e divertimento constituindo, portanto, a alavanca, a lufada de ar fresco, a âncora para viver em comunidade.

Esta quinta incluía uma adega, um espaço fechado humanizado, muito característico da aldeia, pois constitui uma grande honra ter uma boa adega, com vinho feito pelo proprietário, ora para vender, ora para oferecer aos amigos e convidados. Como todos sabemos, o estado físico e mental de um embriagado não admite conselhos, por isso, o tio Joaquim, como bom psicólogo e experiente em lidar com clientes bêbados, sabia que “fazer-lhes pregações n’aquellas alturas era o mesmo que chover no molhado” (CTJ, p. 51), portanto, a melhor atitude seria dar-lhes a mão, contar-lhes histórias, lições de vida em momentos de lucidez, como por exemplo, o conto *Os domingos fora da terra*. Um local, como a adega, se for público, como é o caso, frequentada por habitantes da aldeia e por cidadãos lisboetas – estes “tinham por intuito de armar trapaçadas e jogatinas” (CTJ, p. 50) – o que implica o Bom Senso no consumo e na gestão, evitando consequências nefastas, a nível de prejuízos físicos e morais: “era uma lastima ve-los” (CTJ, p. 50) face a “um numero infinito de quartilhos de vinho” (CTJ, p. 50). Constatava-se “Uns a cair, outros cheios de escalavradellas, e todos elles sem real da feria da semana” (CTJ, p. 50). A empregada, a tia Josepha, “já não tinha mãos a medir” (CTJ, p. 50) e “quando os via mais carregados aliviava-lhes a mão, e esvasiava-lhes os copos” (CTJ, p. 50) e o dono da casa também “tratava de pôr cobro” (CTJ, p. 50). Daí conclui-se e louva-se a atitude do proprietário da adega que mais que o lucro valorizava a vida dos clientes, preocupando-se com o excesso de álcool, ou o jogo, para que ninguém fosse explorado, por exemplo, pelos “burlões” da cidade, defendendo e chamando a atenção.

O mundo rural conotado com o trabalho esforçado da terra “agarrados ao cabo da enxada ou rabiça do arado” (CTJ, p. 51), cuja compensação será, por um lado, a pausa

pelos “domingos e dias santos” (CTJ, p. 51), para “descanço do corpo e recobro de forças” (CTJ, p. 51) e, por outro, colher o fruto do seu suor para sobrevivência sua e dos seus e, ainda, como moeda de troca com outros agricultores. O narrador destaca aos olhos do(s) narratário(s), “os maltezes”, *o modus vivendi* nas aldeias minhotas, cumprindo o dever dominical com a ida à missa, surgindo, posteriormente, as horas vazias dedicado ao lazer, preenchidas pelas “velhas onzeneiras” (CTJ, p. 51) a “bisbilhotarem as vidas alheias e darem cresta às colméas dos outros” (CTJ, p. 51), os homens “passam-n’os na ociosidade” (CTJ, p. 51) e os “mal comportados” (CTJ, p. 51) empregam o seu tempo nas tabernas, dizendo que estão a descansar, mas “Qual descanso nem meio descanso!” (CTJ, p. 52). Tal como a terra, necessita de posio, também o homem precisa de repousar, mudando de actividade, com o intuito de recuperar energia física e mental, não sendo nas tabernas, nem a “armar distúrbios e levantar rixas” (CTJ, p. 52) que se atinge os objectivos de “guardar os domingos e festas de guarda, e que trabalhar nestes dias era pecado” (CTJ, p. 54), adquirindo, nomeadamente, conhecimentos que os valorizassem, apontando como exemplo do que dizia as histórias edificantes dos “bem comportados”, Pedro e Anastácio, que dando força ao ditado “muda de terra, mudarás de fortuna” (CTJ, p. 55), foram para Lisboa, onde prosperaram à custa do seu trabalho, sentindo-se felizes e, por oposição, a de Roberto, o “mal comportado” que, pelo seu mau carácter, ociosidade e vícios se viu envolvido num crime que o levou à prisão perpétua: “foi condenado às galés por toda a vida” (CTJ, p. 57).

As judiciosas palavras do tio Joaquim não as levou o vento, no ambiente rural, pois os seus contos encerram uma lição de vida, relativamente às ocupações, ao *modus vivendi* e lembram a necessidade de sonhar e lutar diariamente pela vida, tal como corroboram os nossos poetas Fernando Pessoa – “Deus quer, o homem sonha e a obra nasce” – no poema O Infante, na *Mensagem*, e António Gedeão, na *Pedra Filosofal*: “O sonho comanda a vida/ que sempre que o homem sonha/, o mundo pula e avança/ como bola colorida/ entre as mãos de uma criança”.

Entre os trabalhos agrícolas, a vindima é, sem dúvida, uma das maiores tradições na vida campestre, não só por implicar a contratação de mais trabalhadores, visto que eram “sessenta geiras de terra” (CTJ, p. 59) a vindimar, mas, também, pela importância da actividade vinícola relativamente à exportação de perto de “quinhentas caixas para embarque” (CTJ, p. 59).

A barbearia, local de reunião cavaqueira e má língua dos homens na aldeia, se bem que não “havia tenda nem barbeiro, onde se não desse á taramella” (CTJ, p. 64), visto que os assuntos eram falados abertamente, independentemente da natureza, como por exemplo, histórias de vidas passadas a fim de compreender a vida no momento presente – um retrato de família que foi oferecido a António Tavares que exigiu “(...) fazer um caixilho muito bonito para o retrato de seu pae” (CTJ, p. 62) que não conheceu, mas que o seu progenitor pediu que lho entregassem. Esteve no hospital e “(...) conservava á cabeceira da rabeca, onde dormia, como se fossem imagens do Senhor dos Passos ou orações do Justo Juiz” (CTJ, p. 62). Verifica-se nestes meios rústicos o hábito de “Honrar pae e mãe”, baseado no quarto mandamento da Lei de Deus.

O elogio à quinta dos Fuis, como uma “quinta modelo” (CTJ, p. 66), pela ordem, pelo bom gosto que ali reinavam, pela abertura à modernidade de instrumentos, técnicas inovadoras, funciona também como crítica aos fazendeiros “afferrados á rotina” (CTJ, p. 66), aos lavradores sem espírito de iniciativa, que persistiam em trabalhar a terra nos moldes tradicionais herdados dos seus antepassados. A casa da quinta “com as paredes revestidas d’azulejo até meio, e o tecto em osso, com as grossas vigas de castanho do emmadeiramento á mostra (...)” (CTJ, p. 67), muito aberta à luz por “três rasgadas janellas” (CTJ, p. 67), decorada com mobília de “pau santo torneado” (CTJ, p. 67), com “boa louça da India, e algumas peças d’uma baixella de prata” (CTJ, p. 67) que reflecte o gosto aburguesado dos donos e está longe de simbolizar as casas de lavoura da época, em que não havia gastos com coisas supérfluas, nem luxos, nem sequer, por vezes, higiene, pois todo o tempo disponível era gasto no amanho da terra e no trato do gado, fonte de rendimento e não limpar ou embelezar a casa, geralmente nua de adornos e em que a cozinha era o centro da casa, onde se cozinhava, comia, recebia convidados e até se dormia. Portanto, como diz o povo, a casa como espelho de quem lá vive.

É de salientar que todas as casas usufruem um lugar muito especial que é dedicado aos entes queridos. O “logar de honra” da referida quinta continha quer “o retrato a lápis” de Antonio, dono da casa, quer outro retrato “mais moderno, a óleo que devia ser do sogro” (CTJ, p. 67), quer “uma santa”, quer um par de quadros que “ornavam as paredes” da “casa de jantar”. Constata-te, nesta sala, o modo como são recebidos os convidados, oferecendo a bebida de “um copo de vinho da lavra” (CTJ, p. 67), as histórias de vida

que servem de base às lições de vida “Fui rapaz, fiz o que todos fazem, emendei-me a tempo (...) – disse-me olhando para Maria e para os pequenos” (CTJ, p. 67).

A ambição do lavrador conota-se com a compra sucessiva de terras e mais terras. O fascínio pela terra em detrimento dos interesses pessoais e sentimentais dos filhos, revelam o autoritarismo do poder paternal nas decisões do quotidiano, agindo em prol dos seus interesses, sem olhar a meios para atingir os fins, nomeadamente na imposição da sua vontade aos filhos, a nível do casamento, como acontece com Rosa, filha de Feliciano Gomes.

A quinta do Valle do Freixo é o local onde Rosa e Estevam conversam, “no dia de S. João, ao amanhecer” (CTJ, p. 71). O diálogo no pátio da quinta versou sobre a impossibilidade do namoro, visto que o pai de Rosa “Trocára, a filha por uma courella dez alqueires de sementeira” (CTJ, p. 76). Como Rosa e Estevam foram habituados a comungar de um mesmo espaço, sempre juntos, partilhando juntos as tarefas, as novidades de cada dia, as brincadeiras, as primeiras emoções, os segredos “as primeiras palavras ditas (...), as primeiras letras lidas” (CTJ, p. 72), os caminhos a pé para a escola, “passavam as noites brincando no campo” (CTJ, p. 72), as orações, os estudos.

A atitude de pulso do pai de Rosa, na decisão tomada, demonstra não respeitar os sentimentos e as emoções mais profundas da filha, pois ela e o Estevam passavam a “reverem-se um no outro e a casarem torrentes de luz” (CTJ, p. 73). Saliente-se a reacção do Feliciano Gomes ao responder ao futuro genro (CTJ, p. 76)

– E se a rapariga não quizer?

– Era o que faltava, compadre, deitava-lhe os braços abaixo e nunca mais lhe punha a vista em cima!

– (...)

– (...) não quero que a rapariga padeça por minha causa!

– (...)

– Parece-lhe por conseguinte que serei seu genro?

– (...) Já o é desde hoje, toque lá e deixe tudo por minha conta.

Concluindo, a filha de Feliciano Gomes foi trocada por “olival das queimadas, e a quinta da cortiça, e o casal do petisco, e as terras do Penetra, e a horta da allamóia, e tantos outros bens e haveres, que constituíam a fortuna de Januário!” (CTJ, p. 76). Este facto identifica a mentalidade do povo, de um núcleo populacional, em que as terras, as propriedades, os campos valem ouro, dinheiro e correspondem a um tesouro

preciosíssimo, ou seja, o material sobrepõe-se ao ser, o interesse ao respeito, a razão ao coração. Daí que a felicidade equivale à equação de propriedade vezes propriedade sobre propriedade ao quadrado, ao cubo, por isso, quanto mais aumentassem o património, mais felizes se sentiriam no dia-a-dia. O olhar a extensão das propriedades era sinónimo de posse, de autoridade. Ora, deduzimos ainda que, por um lado, as tarefas prioritárias dos proprietários incluíam, durante o dia “o granjeio das fazendas, o amanho das terras, os cuidados da agricultura” (CTJ, p. 88) e, por outro, no lar, as refeições, “uma cama de pau santo lusidia com os lençóis alvo de neve a estenderem-lhe os braços” (CTJ, p. 88), independentemente de “a esposa a sorrir-lhe no limiar, sorriso encoberto por um permanente véu de tristeza, mas isso não percebia ele” (CTJ, p. 88). As consequências de casamentos destinados pelo poder paternal acabava por ser a submissão, o sorriso triste e a alegria disfarçada, daí a construção de uma casa – onde predomina a importância do edifício, do abrigo, face ao calor e ao frio, das refeições, do dormir, do criar e do alimentar problemas, local de desavenças, de lágrimas, nó que oprime e sufoca e onde cada um sonha para seu lado.

Os meios de transporte no século XIX, isto é, a deslocação pelos diferentes espaços exteriores abertos rústicos efectuava-se a pé ou a cavalo durante as horas necessárias para atingir o caminho e o objectivo pretendidos “som compassado das ferraduras dos cavalos sobre as pedras da calçada, marcando (...) de continuo com a regularidade d’uma pendula, a extensão do espaço e o correr do tempo” (CTJ, p. 109). O exercício físico, a actividade dinâmica pautava o dia-a-dia da população: “voltava em companhia do tio Joaquim d’uma feira, que se fazia a duas léguas da quinta, (...). Tínhamos metido os cavalos a passo, e depois de muito discorrer e matar tempo ...” (CTJ, p. 107). Face a estes modos de deslocação, na aldeia, o Homem apercebe-se do meio natural envolvente pelos sentidos atentos: “socego e de mudez” (CTJ, p. 107), principalmente na hora do “crepúsculo da tarde” (CTJ, p. 107). A Natureza que nos fascina quer vegetal quer animal toca o coração do ser humano que se opõe ao meio urbano “o pio do mocho, som afastado dos chocalhos, são os tímidos balidos dos rebanhos, é o remalhar das árvores (...) murmurar longínquo e surdo das ondas do mar” (CTJ, p. 108). Esta atmosfera convida a população à reflexão, à “meditação para a saudade ou para o amor” (CTJ, p. 108), visto que o ser humano é agente de transformação “Nada morre, tudo se transforma”, como diz o povo. Daí, o homem “sofre e gosa, sente e crê, folga e padece” (CTJ, p. 108) pelo que vê, ouve e sente a cada momento, através da viagem da vida, dos

acontecimentos fruto da sua luz interior, da sua conduta, dos seus valores espirituais e/ou materiais.

Um dos lugares rústicos que o narrador nos apresenta é o cemitério “sem aninho nem cultura” (CTJ, p. 109), despido de flores, pedras, ruas, dísticos, “retábulos” (CTJ, p. 109), mas com “algumas árvores esgalhadas de longe a longe, umas e outras roídas pelos vermes, enfraquecidos pelo parasitas, mutiladas pela podridão” (CTJ, p. 109). Este ambiente do cemitério era cercado de uma igreja “antiga, abandonada e em ruínas” (CTJ, p. 109) e de uma casa do guarda do cemitério de aparência “miserável” (CTJ, p. 109). Estamos perante uma apresentação de um cenário cinzento, triste, melancólico, com a cromática do preto, que “apertava o coração e confrangia a alma, fazia mal aquella vista” (CTJ, p. 109), com a dominante de “Ruínas, desamparo” (CTJ, p. 109), em que o guarda do cemitério também se manifesta em concordância com a descrição da visualização de todo o quadro envolvente, de aspecto físico “curvado e encanecido” (CTJ, p. 110), com feições “duras, carregadas e tristes, as faces cavadas e cheias de rugas, a pelle tostada e áspera, os cabelos mal tratados e grisalhos, as barbas compridas, em desordem e grisalhas também” (CTJ, p. 110).

Todos os seres humanos têm uma experiência de vida, uma justificação, uma história e as pessoas no meio rural conhecem-se e, por esse motivo, o guarda do cemitério, de nome Manoel, uma das personagens do conto “O guarda do cemitério”, iniciara-se, segundo nos conta o tio Joaquim, desde miúdo, “n’um navio mercante” (CTJ, p. 111) e “chegara a piloto pelo seu bom porte e bravura” (CTJ, p. 111). Pela sua postura destemida no mar, um local natural, “não havia tempo nem mar” (CTJ, p. 111), que o afrontassem, pois era corajoso, destemido, face às múltiplas situações da vida “sempre alegre, sempre a cantar, parecia que não havia tristezas que com elle entrassem, nem penas que se lhe pozessem diante” (CTJ, p. 111).

Na Igreja de Nossa Senhora da Penha, local de encontros, de culto, de cumprimento de promessas, Manoel encontrou Martha “uma rapariga nova, bonita e toda coberta de luto” (CTJ, pp. 111-112) que marcou vivamente a vida do nosso personagem. Manoel “seguiu-a, soube onde morava, requestou-a e ajustaram casamento que só dependia d’uma viagem redonda ao Brazil em que o rapaz contava apurar os vinténs” (CTJ, p. 112) para montar a casa. Em tempos de namoro “vivido de ilusões e esperanças” (CTJ, p. 111), passaram, entretanto, dois anos entre a promessa e a referida viagem. “O navio partiu de Lisboa” (CTJ, p. 112) e a viagem decorreu com alguns perigos: “avarias,

arribadas, empates de vendas, dificuldades de carga demoraram tres anos a Corsario em vez de seis mezes, que deviam ser” (CTJ, p. 113).

No século XIX, os meios de comunicação não eram céleres, nem à mão de semear como actualmente e a população deslocava-se a locais públicos, a fim de tomar conhecimento sobre o pretendido. Martha, a noiva, “chegava ao escriptorio para saber notícias”, no entanto, “um dia soube que se perdera o *Corsario* com toda a tripulação” (CTJ, p. 113).

A escada também é um dos locais públicos humanizado que permite encontro, cruzamento de moradores, de vizinhos, visto que é um acesso a um piso inferior ou superior. Habitava perto de Martha “um rapaz, operário diligente e de bons costumes, novo também, laborioso e honrado” (CTJ, p. 113) e “um dia na escada” (CTJ, p. 113) cumprimentaram-se e as memórias de Manoel iam desvanecendo paulatinamente.

Depois de meses passados entre mar e céu, quando Manoel regressa à terra natal, é informado que Martha está casada e, por esse motivo, vai ao seu encontro para averiguar atentamente as circunstâncias. A casa de Martha, local privado, é invadido por Manoel, que, ao vê-la sair de casa, “ouviram-se dois gritos, um corpo baquear no chão e uma voz de mulher, que pedia socorro” (CTJ, p. 117) e, em consequência, “dez annos de grilleta” (CTJ, p. 118), pois “tinham-no encontrado com a faca ainda aberta defronte de um corpo caído no chão, e a golpear sangue por duas feridas profundas” (CTJ, p. 118). Este acto de Manoel tornou-o envelhecido, enrugado no corpo e na alma e sentia-se desfalecido, visto que viu “deitar por terra castellos mais fortes, e almas ainda mais valentes” (CTJ, p. 119), ou seja, os seus sonhos, as suas esperanças de encontrar a sua amada livre acabou por a razão reinar. Daí, o seu julgamento, acto de justiça num tribunal, teve em conta o passado honrado, “os negociantes respeitaveis, donos do navio a attestarem o seu bom porte, uma tripulação em pezo de honrados e velhos marinheiros” (CTJ, p. 118).

A prisão, local privado fechado, é um dos locais que Manoel, com vinte e um anos, se viu obrigado a passar. Os centros prisionais reúnem pessoas que foram julgadas, independentemente de serem, na verdade, inocentes. Nestes espaços fechados, restritos à entrada de visitantes permitidos e devidamente identificados, vive-se um clima heterogéneo e perverso de “exposição ambulante” (CTJ, p. 119), de más influências, de pesadelos, devido a cada minuto parecer séculos, como sentiu Manoel. Após o cumprimento da pena, os ex-presidiários sentem na pele o peso da exclusão, o virar das costas de todos os que conheceram no passado, logo, sendo extremamente difícil a

reintegração na sociedade, apesar de todos os esforços dispendidos nesse sentido, entram em profundo desespero a ponto de encarar a morte ou o suicídio como única forma de fuga. Foi o caso de Manoel, o grilheta – alcunha pela qual foi conhecido após “a antiga condenação” (CTJ, p. 122), que desesperado por todas as recusas de trabalho, encara o suicídio como hipótese de fuga à dor que o destroça.

O “Caes do Sodré” (CTJ, p. 120), espaço aberto humanizado, junto ao Rio Tejo, em Lisboa, um dos locais por onde o grilheta deambula, após algumas tentativas frustradas de arranjar trabalho. Num dia em que o “céo estava carregado, o vento soprava em lufadas de barra, o rio estava revoltado, as águas negras, a escuridão negrejava em tudo” (CTJ, pp. 120-121), a alegria do passado, de há onze anos, e a tristeza do “aqui e agora”, Manoel vê-se fascinado pelas águas e ia entregar-se aos braços da morte, porém, mais uma vez a Providência o salva pela mão de um amigo companheiro de bordo.

E o “Caes do Sodré” tornou-se o local de renascimento, de rejuvenescimento para o grilheta, pois a envolvimento do mar, das ondas que era o braço e “a voz d’um velho amigo, marinheiro como elle, mas muito mais pobre” (CTJ, p. 121), de nome Estevam, que o faz renascer para a luta da vida, ao adquirir “um velho barco de pesca” (CTJ, p. 121) que baptizaram com o nome de “Desgraça”, que, para ambos, correspondia a um lar, à fonte de trabalho e de alimento, à “fortuna (...), família” (CTJ, p. 123), ao abrigo, à âncora, aos alicerces e aos pilares que os enraizava à Terra, à Vida. “Se o trabalho faz minorar e esquecer as maguas, nenhum modo de vida se creou melhor para o esquecimento, do que a vida do pescador” (CTJ, p. 121). Efectivamente, a vida de pescador exige a luta constante “com o mar e com o vento, a vigília, o emprego de todos os sentidos” (CTJ, p. 121), em suma, é uma vida dedicada à Natureza, ao sentir a própria Natureza pelos fenómenos naturais na própria pele – chuva, vento, trovoadas, ... independentemente da estação do ano. E, além disso, não há horas de dormir, de comer. Com seu amigo e companheiro durante três anos, como a lida do pescador, o contacto com a Natureza ajuda a reduzir a dor, os desgostos, as desilusões e as memórias, devido a estar ocupado com a cabeça, com o olhar, com as mãos, afinal, com os sentidos e exige, às vezes, o nadar, o exercício físico em momentos naturais controversos, nomeadamente nos temporais. Manoel readquiriu a calma até que a mão da desgraça se reergueu, roubando-lhe o amigo no meio das águas revoltas “mais velho e mais cansado (...) uma onda abafou-lhe o ultimo grito” (CTJ, p. 124), todavia, a “Providência” (CTJ, p. 124) salva-o mais uma vez; contudo, ao recuperar a consciência junto a um fogo

acalentador, tenta levantar-se para agradecer a quem o salvara, só que uma criança, chamada Miguel, que lhe vigiava o sono tenta impedi-lo, dizendo “Não se levante, faz-lhe mal, a mãe não quer” (CTJ, p. 124), mas “Deus que escreve direito por linhas tortas” fá-lo reconhecer Martha, na mulher a quem a criança apelara para o impedir de ir embora. Completamente desvairado foge dali para ir cair mais adiante junto a um poial, à beira da estrada, donde, mais uma vez, se levanta pela mão de um velho solidário que lhe oferece hospitalidade “para passar a noite, um bocado de esteira, para matar a fome um pedaço de pão e uma cabeça de sarda, e para companhia a sua pessoa e conversação” (CTJ, p. 127). “Aquelle apartamento do mundo, aquelle mesquinho oasis” (CTJ, p. 127), situado entre “um cemitério e um ancião” (CTJ, p. 127) fez com que nascesse uma amizade tão sincera que Manoel ali encontrou a paz, comprovando o “ditado”: “Um dia de desgraça estreita mais amidades do que annos de ventura” (CTJ, p. 127).

O espaço rural aberto e humanizado descrito no conto “O guarda do cemitério”, após uma elipse de dois anos, é um reflexo de mudança de vida positiva para Manoel. Em primeiro lugar, “o céu tinha limpado de noite, o dia amanhecera sereno, e o sol aquecia bastante, apesar de ser outono” (CTJ, p. 126), em seguida, poderíamos observar com aroma “por entre as moitas dos vallados, que a primavera perfumava de aromas e esmaltava de flores” (CTJ, p. 128), posteriormente, cromaticamente verificava-se que “o musgo estendia por partes o seu luxuriante manto de verdura, contrastando com o negrejar das cantarias” (CTJ, p. 129) e, finalmente, um (CTJ, p. 129)

Bando de pombas esvoaçavam em roda das escalavradas paredes, casando os arrulhos, beijando-se, perseguindo-se em revira-volta graciosas, cortando os ares em todos os sentidos com elegantes curvas, affagando-se e brincando, espalhando sobre aquellas ruinas suaves perfumes de alegria e de amor

Nos espaços rurais é muito frequente o poial, local onde as pombas constroem o seu ninho e apresenta-se “limpo e rebocado sob um caramachão de heliotropos, e até a nogueira velha parecia mais viçosa e risonha” (CTJ, p. 129). As ruas, espaço público, apresentam-se “limpas e orladas de alecrim e alfazema, as lapides mais desafogadas de matto, as cruzinhas mais negras, as arvores mais cuidadas, o chao recamado de flores” (CTJ, p. 129). As pessoas apresentavam-se “despidas de rugas” (CTJ, p. 129), asseados, esbeltas e as crianças “tocando umas vacas e umas ovelhas que recolham do pasto” (CTJ, p. 131), como é o caso do Miguel, filho de Martha.

A morte do ancião fê-lo herdeiro da habitação e do emprego, cuja profissão, como enterrador, o leva a ser solicitado “fora de horas” (CTJ, p. 130) como é habitual no campo, onde os funerais se realizam normalmente a horas mais tardias que nos espaços urbanos, devido aos afazeres diurnos na aldeia. Mais uma vez a Divina Providência parece guiar os passos de Manoel e Martha como um sinal, que desta vez finalmente encontram a felicidade lado a lado, ao reencontrá-la, como viúva do finado, e Miguel – seu filho, que cuidara por ele após o naufrágio.

Em *Os Contos do Tio Joaquim*, as referências às deslocações, pelo espaço rural, são mencionadas por percursos a pé, a cavalo [“Joaquim dos Santos tinha mettido a cavalo a trotte para fugir á trovoada próxima e ás trevas eminentes” (CTJ, p. 133)]. Joaquim, filho de José dos Santos ao regressar de viagem do Brasil “a chuva cada vez apertava mais, e o cavallo já não queria andar assombrado com o tuzillar continuo dos relâmpagos” (CTJ, p. 141), “Joaquim chegou esporas ao cavallo” (CTJ, p. 141).

O “collegio de Lisboa” (CTJ, p.134) é um local privado e humanizado com o intuito de se tornar “no mais acreditado” (CTJ, p.134) junto da população, a fim de ter sucesso ao formar cidadãos dignos das famílias e “de lhes dar educação decente” (CTJ, p. 134). Os pais estimavam “deveras” (CTJ, p. 134) os seus filhos, como é o caso de José dos Santos, pai de Joaquim e de Raymundo, os quais foram matriculados no referido colégio, em Lisboa. Os resultados manifestaram-se muito prósperos para Raymundo, visto que apresentava “bom porte e aplicação” (CTJ, p. 134) pois “estudava com a melhor vontade” (CTJ, p. 134), no entanto, em relação ao irmão, “fazia em agua a cabeça dos professores, e piorava de dia para dia” (CTJ, p. 134). Em consequência, Joaquim, o filho mais velho, regressou a casa do pai, com a justificação de não poder ser aturado no Colégio de Lisboa, pelo director. Efectivamente, Joaquim “declarou-se em guerra aberta com a letra redonda. Não nascera para doutor, nem se achava com sabedoria para lettradices” (CTJ, p. 134), decidira, afinal, dedicar-se de corpo e alma a “amanhar terras e ser lavrador como seu pae” (CTJ, p. 134). Seria, portanto, o espaço rural aberto a fonte de trabalho, de esforço diário, sob a alçada do pai, que Joaquim trabalharia nos campos, fonte de alimento e de rendimento. Apesar de José dos Santos ser “estremoso pelos filhos como ninguém” (CTJ, p. 134), o seu novo lavrador contratado não assentava arrais com assiduidade nas tarefas de “lavoira” designadas, junto das propriedades - “eira” e “pomar”. Preferia, a taberna, o jogo “de bolla” (CTJ, p. 135) e as “patuscadas”. Ora, as virtudes iam dissipando-se na sua vida, dando lugar aos

defeitos com “fama de valentão, e tão mau se havia feito, que o próprio pae se temia d’elle” (CTJ, p. 135). Como diz o provérbio “Junta-te aos bons e serás melhor que eles, junta-te aos maus e serás pior que eles”, assim acontecia, na verdade, com Joaquim, porque João Simões, seu melhor amigo, tinha “mais poder” (CTJ, p. 135) sobre ele que o próprio José dos Santos, seu pai. Como se pode justificar o comportamento de Joaquim num meio rural, onde todos se conhecem e todos deveriam zelar por uma conduta digna? O coração de Joaquim não ouvia os bons conselhos proferidos por quem o estimava de coração, “nem fazia caso do que lhe diziam para bem” (CTJ, p. 135), porque as suas raízes, o terreno do seu coração não estava permeável, nem preparado com boa seiva, para a sementeira do Bem, da Verdade, da Dignidade, da Justiça e do Amor. Assim, se justifica o título deste conto “Como se ganha uma demanda” no meio rural, pois João Simões não estava interessado em zelar pela união da família de Joaquim, devido à atitude cega de querer enriquecer, “não olhando a meios para atingir os fins”, tornou-se “um dos mais espertos alliciadores da companhia”, a fim de convencer trabalhadores da região a deslocar-se para o Brasil, com viagem paga de navio, “promettendo-lhes mundos e fundos de felicidade” (CTJ, p. 136). O grande amigo de Joaquim conseguiu seduzir o filho mais velho de José dos Santos a embarcar, pondo total e cega confiança nas palavras de seu grande amigo e mestre. Gerou-se uma guerra familiar em que João Simões tornou-se o mediador dos negócios de Joaquim e pondo este contra o irmão mais novo e, por sua vez, João Simões organizaria “planos vingativos” a favor de Raymundo, tendo este “incumbindo-se” da vingança entre irmãos. Raymundo abandonou os estudos, pois seu pai adoeceu, face ao desgosto que seu filho mais velho lhe dera, constituía um “tormento” em seu pensamento, pois não acatava os ensinamentos deste, apesar de lhe dar a herança maior, atendendo a que, no seu entendimento, “Era a ovelha desgarrada, que cuidados maiores requeria do pastor, era a terra maninha que pedia melhor cultura, era a arvore desviada, que chamava mais atenção para lhe emendar o erro” (CTJ, p. 137). Em suma, quem mais caminhar de forma perversa, deve estender-se-lhe sempre a mão, debruçar-lhe o coração até encontrar a Luz em seu caminho.

Nos locais rurais, as famílias vivem juntas, estão perto umas das outras, ajudando-se mutuamente, partilhando alegrias e dores, quer na saúde, quer na doença. Raymundo casa e tem um filho. Vivem juntos com seu pai, que está doente. Sua esposa é a “enfermeira sollicita” (CTJ, p. 137), cuidando de José dos Santos. Eusebio, “O barbeiro-

sangrador do lugar” (CTJ, p. 137), bem como o cirurgião vizinho de José dos Santos também olhavam pela saúde do doente, executando, ora segundo a experiência profissional, ora segundo a intuição, dado que “repetidas juntas sem atinarem com a rasão do mal. Resolveram por fim, que padecia do interior, e acertaram sem saber” (CTJ, p. 137). É do conhecimento geral, que “uma cisma é pior que uma doença” e depositando-se toda a esperança e fé nos filhos, lutando arduamente com o próprio suor de manhã à noite, a fim de proporcionar as melhores condições físicas, psicológicas e mentais aos descendentes, muitas vezes surge a desilusão, ao ver os filhos por caminhos errados, sinónimos de “ocupação de vadio” (CTJ, p. 136), pois “quem espera, desespera” sempre atento às horas de mudança positiva.

No caso do pai de Joaquim, tratava-se “problema da alma”, ou seja, padecia do foro psicológico e não do físico. Dado que José dos Santos não via horizonte, nem perspectiva para seguir um rumo definido, um sonho, as esperanças dissipavam-se, a coragem enfraquecia-se e a força gelava as células do organismo. Não há calor que aqueça o interior, nem luz que ilumine o caminho, nem som que se faça ouvir, no sentido de ultrapassar as barreiras mentais, entretanto vivificadas e sentidas na mente e na alma do doente sofredor “A ferida do doente era mesmo no coração” (CTJ, p. 137). O que está em causa é uma questão de sangue, de honra, pois, um dos sentimentos dicotómicos patentes na aldeia é ou o orgulho ou a “vergonha” do que os outros vão dizer ou pensar e tendo um filho como o Joaquim, quem fica mal visto e muito falado e propagado, pela negativa, é a família. Daí o nascimento do desgosto em coração de José dos Santos, apesar dos procedimentos da família visar a rectidão, por exemplo, Raymundo que “se lembrou de lhe falar a preceito para ver se o fazia chegar á rasão; Joaquim, que não vinha em si, deu-lhe uma sova, que o deixou em lençóis de vinho” (CTJ, p. 135).

Com a doença de José dos Santos, “foi a ruína d’aquella família” (CTJ, p. 138), atendendo a que, no dia do falecimento “tudo estava empenhado” (CTJ, p. 138), foi necessário “pedir dinheiro para o enterro, e Raymundo amanheceu um dia sem pae, sem haveres, e com o filho e a esposa para sustentar” (CTJ, p. 138). João Simões não descansa, enquanto não possui procuração de Joaquim, visando tratar de negócios frutíferos que o pai de Joaquim fizera nos últimos anos de vida. Entretanto o mestre de Joaquim também consegue uma penhora sobre Raymundo, “como cabeça de casal em nome de seu irmão” (CTJ, p. 139).

Quanto a Joaquim, a felicidade sorria-lhe pelo espaço urbano – Brasil, com negócios prósperos, “mudara de vida completamente: aquelles anos tinham-no amadurecido, mas também o tinham cançado e gasto” (CTJ, p. 139). Em consequência, estava rico, apesar de estar “só e triste” (CTJ, p. 139). Decide, então, regressar à “terra da pátria para alliviar penas de velhice, e melancolias de coração” (CTJ, p. 140), pois “estava velho antes de tempo” (CTJ, p. 139). Efectivamente, a terra natal renasce, é a fonte de alívio, é a âncora que encoraja a enraizar na luta diária e o pilar que sustem o ser humano vertical e íntegro. A árvore, a cruz e a pedra são marcos rurais que exigem, designadamente, uma paragem para recordar factos, para despir a alma, para agradecer, para se aperceber que “errar é humano” e seguir em frente, aprendendo com os erros, pois “ recordações” e “saudades” amadurecem o ser humano a tornar-se mais humano, como é o caso do filho mais velho de José dos Santos, que ao caminhar pelos caminhos rurais “Tudo lhe fallava á memoria, tudo lhe fallava ao coração” (CTJ, p. 140) ao se cruzar com elementos dispostos pela Natureza, ao ar livre: a árvore, a cruz e a pedra.

Ao percorrer os caminhos rurais, Joaquim, encontra “duas creancinhas” a pé, de família pobre, desconhecendo que são seus sobrinhos, transportavam um “remédio” para Raymundo que estava muito doente. O medicamento foi receitado pelo mestre Eusébio, o sangrador-barbeiro que cuidara também do pai de Joaquim. Duas crianças sozinhas, um menino de sete anos e uma menina de seis obedientes à sua mãe que estava em casa, pois sentia-se fraca e tratando do doente. As crianças pediam a Joaquim “Não nos faça mal” (CTJ, p. 142), pois o pai “Há três dias que não come nada” (CTJ, p. 142) e a mãe “há oito dias que não dorme” (CTJ, p. 142). Os três personagens percorreram juntos o caminho, havendo ainda “uma boa meia légua bem puchada” até casa de Raymundo. No diálogo encetado durante a viagem, as crianças convidaram Joaquim a acomodar-se em casa deles, mas avisando-o que “a gente é tão pobre!” (CTJ, p. 143), mas, ele procurava “uma pouca de palha e uma manta” (CTJ, p. 146) que lá encontrou, dormindo “com os braços sobre a mesa e a cabeça encostada aos braços” (CTJ, p. 147). E, realmente, a casa descrita continha como mobília (CTJ, p. 146)

pratos quasi todos rachados e alguns tachos bem velhos, três mochos em roda da mesa, uma arca carunchosa ao lado da porta de entrada, dois registros por cima da arca, uma palma e um rosário, crusando-se sobre os registros (...), um banquinho próximo á entrada da porta do doente e junto da arca (...). Sobre a arca uma lamparina allumiava os santos e dava claridade para o trabalho de Leonor (...). A luz incerta do braseiro (...) uma panella de folla, em duas pedras, que supriam a fornalha.

A casa apresenta-se com alguma luz, fornecida pela lamparina e pelo braseiro, sem condições de higiene, pouca ou quase nenhuma mobília, contendo apenas uma mesa, uma arca, um banquinho, um braseiro, daí ser a “casa mais vasta, mais nua e mais triste” (CTJ, p. 146), visto lá viverem um casal e seus dois filhos. Leonor, mulher de Raymundo, “a tristeza espalhava-se pelo rosto um melancólico mas diaphano véu” (CTJ, p. 147), manifestava “a mão da miséria” (CTJ, p. 148), apesar de apresentar esmero com o que vestia e “aceio da sua roupa” (CTJ, p. 148).

Uma das tradições do meio rústico é o acto de remendar, muito característico nos afazeres femininos, a nível da roupa. O provérbio “No poupar é que está o ganho” foi um refrão muito ouvido pelas filhas às mães, a fim de instruir a mente feminina. Leonor era iluminada no seu trabalho doméstico, por uma lamparina, pois “remendava um capote de Raymundo” (CTJ, p. 146), sobre o qual “caiam as lágrimas da desgraça” (CTJ, p. 146), panos, toalhas de cozinha “um panno muito lavado, é verdade, mas cheio de remendos, e que estendera sobre a mesa” (CTJ, p. 149). Falando de mesa, os talheres eram de chumbo: “pareciam de prata pelo brilho, tão limpos estavam” (CTJ, p. 149).

Uma das preocupações nos meios rurais é possuir o melhor em casa, quer para a família, quer para os convidados, facto que não ocorre em casa de Leonor. Por esse motivo sentia-se “bem vermelha de vergonha” (CTJ, p. 149), face à miséria que apresentara à visita – Joaquim. A nível de gastronomia, as casas rurais estão recheadas do melhor, pois colhem o fruto, face ao trabalho suado, mas em casa de Raymundo esse facto não acontecia, possuíam “duas broas de milho e alguns queijos brancos salgados” (CTJ, p. 149) e “indo buscar á chaminé a panella onde fervia um caldo de couves e toucinho” (CTJ, p. 149). Eis o que Leonor ofereceu de ceia ao seu cunhado, a quem começou a contar a história da família, onde ocorreu o conhecimento e o reconhecimento da família e o local no qual se iniciou a felicidade familiar, com o restabelecimento rápido do estado de saúde de Raymundo, reinando o perdão entre irmãos, prometendo fazer justiça digna com João Simões, daí a justificação do título do conto “Como se ganha uma demanda”.

Os Contos do Tio Joaquim encerram uma sabedoria, uma religiosidade no campo, muito característica dos meios pequenos. Tal como Manoel “dizia o que sabia” (CTJ, p. 131), apesar da figura do padre ser tomada como “modelo de virtude e um exemplo vivo de caridade cristã” (CTJ, p. 155), “a maior parte dos nossos padres não sabem o que dizem” (CTJ, p. 131), pois “deliciava a alma e commovia o coração, encaminhava para

o bem (...) e o padre dizia tão de dentro, tão convencido, que chegava a parecer impossível que não fosse assim” (CTJ, p. 156), atendendo, talvez, a não sentirem, na verdade, a luz, o sal, o fogo que os ilumine, visando caminhar segundo “a vontade da Providência” (CTJ, p. 130), pois só é iluminado quem pratica o que diz, quem segue o seu coração, quem é autêntico com a sua própria natureza. Reiterando a ideia de que o domingo é um dia santo, devendo-se ir à missa, para ouvir “a sua instrução á leitura” (CTJ, p. 156) do Senhor Padre. No conto “O sexto mandamento”, o padre reunia o povo, “com trezentas almas quando muito” (CTJ, p. 158) da parte de tarde, perto da igreja, no adro, “para lhes fazer alguma leitura da bíblia e interpretar em seguida, a seu modo e como melhor lhe parecia” (CTJ, p. 158). Locais de valor significativo para o campo é a igreja que se apresentava de aspecto “sumptuoso d’um grande templo, nem a magestade altiva de uma cathedral do século XIII. (...) uma frontaria sem ornatos (...) simples e pobre ” (CTJ, p. 158) e o adro (CTJ, pp. 158-159)

espaçoso e plano um velho plátano á esquerda braceja largos ramos envolvendo na sua sombra uma cruz musgosa que se levanta defronte da porta da egreja (...) deixa perceber (...) profundas cicatrizes, rudes combates com o tempo ou com a impiedade dos homens

Nestes espaços realçam-se o aspecto da natureza pelo plátano, o aspecto humano pela cruz, onde está marcada a história de um povo, por vezes, com rasgos humanos, por outras com feições desumanas, daí, respectivamente, o perdão e a impiedade do ser humano, ou seja, a atitude do servir e do ser servido. Perto destes espaços, o espaço natural com “um pequeno regato que corre por baixo do parapeito do adro” (CTJ, p. 159), em seguida, o espaço humanizado “depois de passar sob uma ponte de pedra que dá serventia á estrada, vae espriar-se ao longe n’uma pequena bahia, onde as lavadeiras do logar vem bater roupa ao pé dos choupos e olmeiros, que se debruçam para a corrente” (CTJ, p. 159). Estamos perante uma das fotografias mais comuns dos modos de vida rurais: “lavadeiras do lugar” lavam a respectiva roupa na água do regato, portanto, num local público, onde se desencadeia o diálogo, a confraternização, a partilha de hábitos.

O povo, com hábitos religiosos, ouve as instruções a preceito do padre, no adro que aos pés do prior estão “sentadas no chão, em rancho, as creancinhas da terra, em roda as raparigas e as mulheres; mais ao largo, os homens fechando o circulo e encostados aos varapaus” (CTJ, p. 159). Uma outra personagem também está presente neste espaço

“sentado n’um dos poiares do adro, e scismando, (...) está o tio Joaquim, commentador e companheiro das homilias da tarde” (CTJ, p. 159). Será que a disposição das pessoas nos adverte para algum facto? Se a disposição é em círculo, dada a forma do adro, será para indicar a ideia de movimento, de circulação das mensagens ao receber a palavra, para a praticar dia-a-dia. Se são as crianças que permanecem mais perto do padre, significará que consoante a pureza e a inocência das almas, dos sentimentos é a disposição do povo, ou será consoante o interesse pela leitura e assimilação dos conteúdos em questão. O padre proclama a palavra da bíblia ao povo “sentado n’um banco de pedra mal affeioado pela mão de rude artista” (CTJ, p. 159), estando dispostos à sua frente “os evangelhos (...) abertos” (CTJ, p. 159). O padre estará sentado para se concentrar e não se distrair com o povo, visto que “as mãos pousadas sobre os joelhos, a cabeça um pouco inclinada pelos annos; o corpo alquebrado pelos trabalhos” (CTJ, p. 159). Um excelente comunicador, independentemente da natureza do espaço, deve adaptar-se ao seu público “d’acordo com a intelligencia dos ouvintes” (CTJ, p. 160), ou seja, o locutor deve colocar-se no lugar dos ouvintes, visando a compreensão com sucesso do discurso proferido. Exemplificando, o padre, no ambiente rústico, explica e recorre a “comparações no campo, na lavoura, nos trabalhos que melhor conhece, nos instrumentos com que mais de perto lidam” (CTJ, p. 160). Daí que, no conto “O Thomaz dos passarinhos”, Thomaz, conhecido pelo idiota, com uma “preguiça invencível” (CTJ, p. 177), passava o dia todo a olhar para o céu, no entanto, era “comedido no porte e civilizado nas palavras. Não escandalizava ninguém, nem procurava descaminho; deixassem-no vaguear e estava contente” (CTJ, p. 177). Para ele, a felicidade consistia em estar de acordo com o que o padre pregava no adro da igreja: “Não andeis cuidadosos da vossa vida, que comereis, nem do vosso corpo, que vestireis. Não é mais a alma, que a comida: e o corpo mais que o vestido?” (CTJ, p. 178), porque, cada paroquiano deve olhar “para as aves do céu, que não semeam, nem segam, nem fazem provimentos nos celleiros; e com tudo vosso pae celestial as sustenta. Por ventura não sós vós muito mais do que ellas?” (CTJ, p. 178), atendendo a que devemos considerar (CTJ, p. 179)

como crescem os lírios do campo; elles não trabalham, nem fiam. (...) Não vos afflijaes (...) que comeremos ou que beberemos, ou com o que nos cobriremos? (...) Não andeis inquietos pelo dia de amanhã. Porque o dia de amanhã a si trará seu cuidado, ao dia basta a sua própria afflicção.

Este sermão que o sr. prior proferiu e que Thomaz ouviu e acatou à risca, porque, por um lado, ao olhar para o rosto do padre, comunicava com tal fulgor que “Era impossível (...) que não fosse allumiado pelo céu” (CTJ, p. 180), por outro, o sermão ouvido foi seguido de diálogo com o padre, com posterior processo de ensinamento de leitura, a fim de Thomaz decorar aquelas palavras, pois ele sentia-se de coração à mercê de Deus, independentemente, do pai ter falecido e de sua mãe precisar de rendimentos para sustentar a casa. Para ele, a sua casa desempenhava o papel de refeitório, onde “comia do que lhe apresentavam, porque tudo lhe sabia bem” (CTJ, p. 181). Se o interceptavam insistentemente em casa para o pôr ao corrente das circunstâncias reais, respondia “Faça o que quiser, minha mãe, eu não tenho nada com isso” (CTJ, p. 181) e, de seguida, corria “para debaixo da sua querida arvore” (CTJ, p. 181), junto da natureza.

A natureza surpreende no seu vasto campo e um dia Thomaz ouviu a voz de uma mulher, chamada Agueda, cerca de dezoito anos, que corria fugindo de uma vaca, salvou-a atirando “uma paulada ao focinho do animal, que cego com a dor, mudou de carreira e seguiu aos pulos e aos mugidos pelos campos fora” (CTJ, p. 181). Agueda agradeceu-lhe e ele respondeu “a gente anda cá n’este mundo á conta de Deus” (CTJ, p. 181). Ela mostrou-se interessada por ele, tentando que melhorasse de humor, com perguntas frequentes, mas ele não desenvolvia conversa, não cantava, nem se mexia do lugar, tal como “as flores do campo” (CTJ, p. 183). Agueda não desistiu, insistindo nos encontros à mesma hora, nos mesmos campos e, pouco a pouco, a “indiferença apathica de Thomas” (CTJ, p. 183) foi-se dissipando, a ponto de falar bastante, contar histórias de “avesinhas e de flores á Agueda maravilhada” (CTJ, p. 183), que para ela a transportava a “mundos novos” (CTJ, p. 184).

Após três meses do primeiro “colloquio” no campo (CTJ, p. 184), ele disse-lhe que gostaria de casar com ela, devido ao seu estado formoso e doce. Agueda estupefacta, jamais pensaria em tal, face aos pensamentos das flores e dos animais, no entanto Thomaz responde-lhe que a natureza também casa “Não casam as arvores, as flores, os animaes da terra, as avesinhas dos ares, os peixes do mar; não casam as aguas dos rios com as torrentes dos mares?” (CTJ, p. 184). O ponto nevrálgico ocorre seguidamente “Thomaz, que eu nada tenho; tu também és pobre, como haveríamos de viver?” (CTJ, p. 184), ao que ele responde que tem passado o seu tempo a ver e ouvir a natureza, sempre preocupado com o momento presente, estando atento debaixo da sua árvore, ao que o cerca cromaticamente “tapetes de verde, (...) vagas de pão que ondulam e marejam à

feição do vento como as águas dos rios?” (CTJ, p. 186), escutando os segredos das plantas que confidenciam entre elas, lendo o céu, aprendendo com as aves. Na verdade, o que a Natureza lhe transmitiu, “é mais um irmão que chega, bem-vindo seja entre nós” (CTJ, p. 187), porque estava em harmonia consigo e com a natureza. Ele sempre confiou no seu instinto que lhe ditava “não trabalhes, não é preciso, hás-de ser rico, muito rico, espera, confia e descança” (CTJ, p. 187), por isso não honrava os seus pais, ou seja, não acatava as ordens. Em suma, ele era obediente à Natureza, ao seu anjo da guarda, que ambos lhe transmitiam que não era preciso partir daquele lugar para ser feliz, pois tinha o pão que o alimentava, o sol que o aquecia, o ar que o alimentava a respiração no mesmo local, pela lei do amor recíproco, apesar de Agueda o questionar “como havemos de viver assim, meu Thomaz, não podemos habitar n’um ninho, nem n’uma leira dos campos?” (CTJ, p. 190).

Thomaz pretende “ir por esse mundo de Christo, atravessar os mares, fazer uma viagem tão grande! Dizem que d’aqui ao Brazil é um por ahi além de léguas!” (CTJ, p. 192), porque sempre atentou na forma de uma nuvem e o que esta lhe dizia, justificando que “Humildes são as plantas, mais atrevidas as aves, mais atrevidas ainda as nuvens dos ares e as estrellas dos céus. Quanto maior é o seu atrevimento, mais longe se levam” (CTJ, p. 192), daí que é preciso ser ousado e audaz, para vencer, senão o ser humano “nasce, medra e morre; deitam-lhe a foice e fica por terra” (CTJ, p. 192), porque não é corajoso, ambicioso, não ouve o seu interior e é dominado pelo próximo. Como afirma Thomaz, os momentos a sós que tem passado a contemplar a natureza têm-no amadurecido, tal como “o mocho é prudente e assisado” (CTJ, p. 193), assim ele se sente: sábio, seguro e confiante, apesar do povo o ter julgado como ele não merecia, por isso tem vivido “desamparado, só e triste” (CTJ, p. 193).

Thomaz dos passarinhos, ao falar sobre a sua filosofia e projectos de vida a Agueda, transfigura-se “com a sua beleza varonil (...) chispavam-lhe centelhas dos olhos (...) cercava-o uma aureola de majestade” (CTJ, p. 193).

Thomaz decidido caminha sozinho por entre os campos com um rumo, dado pela povoação, deixando Agueda sozinha na terra. Passados dois meses, “fugia da terra em companhia de um soldado do destacamento” (CTJ, p. 197).

Thomaz regressa à sua terra natal, sabendo pela boca do tio Joaquim, as novidades relativamente a Agueda. A melancolia começou a tomar-lhe espaço dentro do seu coração.

À porta do boticário, estava o povo todo reunido, a fim de tomar conhecimento dos factos novos “As velhas entravam, saíam, segredavam umas com as outras, levantavam os braços ao ar e voltavam para saber e contar novas coisas” (CTJ, p. 197). O narrador informa o leitor sobre as causas de tal afluência na botica: “Thomaz jazia banhado em sangue. Fôra encontrado cahido no fundo de uma trincheira, que andavam abrindo para o caminho-de-ferro, e quebrara a cabeça e os braços de encontro às pedras” (CTJ, p. 197). Assim, se fecha uma lição de vida sobre Thomaz da tia Annica, Thomaz dos passarinhos – devemos lutar afincadamente dia-a-dia, pelos nossos objectivos reais, com os pés bem assentes na terra e não estar iludidos por sonhos irreais.

O conto “A história do narrador” encerra *Os Contos do Tio Joaquim*, de Rodrigo Paganino, com uma curiosidade assaz pertinente sobre a sua verdadeira história. Falamos que num precipício encontrou um livro ao acaso, sobre bruxedos e encantamentos. O livro é uma fonte de saber e o narrador adverte o leitor sobre a importância do livro, quer esteja fechado, quer esteja aberto, mediante a sabedoria do utilizador. Se estiver aberto é necessário estar em estado alerta para evitar espaços “temerosos” (CTJ, p. 200), como “castellos encantados, florestas magicas, sortilégios infernaes, feiticeiros, trasgos, almas penadas e cemitérios” (CTJ, p. 200) que conduzirão a estados de espírito, que o melhor caminho será o afastamento “de lhe tocar” (CTJ, p. 200). Compara a vida a um livro, ou seja, quando surge o desejo de folhear o livro, é devido à curiosidade que sentimos ao toque, à estética, desconhecendo, na íntegra, as profundezas das raízes que, por exemplo, alimentam o jardim, “por que extensões corre a veia que alimenta a fonte” (CTJ, p. 200) e aconselha a evitar a curiosidade de segredos de cada vida humana, pois “pouco lhe podem importar, mas que uma vez sabidos lhe hão-de trazer desgosto” (CTJ, p. 200), daí a narração dos contos para impregnar os leitores de sabedoria.

A praia, um dos locais que era escolhido pelo narrador e pelo tio Joaquim, atendendo a ser “mais recatado e só” (CTJ, p. 200), para partilhar o passado e o futuro, afinal para trocarem ideias sobre o passado, como prova de experiências sentidas, pelo tio Joaquim e o futuro, como prova de receios que o narrador temia. Esta praia favorita dos personagens situava-se entre “cabo Ruivo e o recolhimento do Moinho” (CTJ, p. 201), espaço optado devido a haver menos envolvimento de pessoas conhecidas e ser um meio onde convidava à reflexão, no meio da Natureza, caminhando: “por entre os alcantis da ribanceira (...) por detraz de moitas de rosas carrasquinhas e de giestas (...), entre pequenas mattas de congoças” (CTJ, p. 201). Os espaços naturais convidam à

“imaginação a perder-se no espaço” (CTJ, p. 202), de forma a fazer uma retrospectiva da sua existência como contador de histórias, já que noutros tempos fora ele a ouvi-las e posteriormente a contá-las a outros, para que aprendessem uma lição de vida e, agora, era o agente de narração de uma “nostalgia particular (...) como o chorar da alma infinita dentro da sua tão limitada prisão pelos espaços e pelos mundos infinitos d’onde veio, e para onde deve ir um dia” (CTJ, pp. 202-203). O tio Joaquim namorou em tempos de jovem com Margarida e na altura do casamento, reconhece Margarida como noiva de seu irmão, entretanto o tio Joaquim envelhece com as adversidades da vida até à hora do casamento do irmão. Passados uns tempos morreu o irmão, vítima da “guerra de extermínio” (CTJ, p. 222) que entraram na povoação “a saquear e a devastar tudo” (CTJ, p. 221), tendo ficado o chão da comunidade cheia de cadáveres. A esposa morre passado pouco tempo depois do marido. O tio Joaquim sentiu-se sem forças, destroçado.

1.2. Fialho de Almeida (n. 1857 – m. 1911)

1.2.1. *Contos*

1.2.1.1. “Sempre Amigos”

O casamento de Joana e Jerolmo nasceu “bailando nas romarias do Verão, procurando-se (...) nas ceifas e mondas e aos domingos à hora da missa conventual” (C, p. 99). A sua felicidade abrigava-se numa casita que ela, como uma verdadeira alentejana, trazia num “brinquinho”, “o ladrilho varrido e as cadeiras arrumadas, um esteirão algarvio (...), brancas as paredes com rodapé de almagre em torno, e a cinza do lume constantemente varrida do lar” (C, pp. 100-101). Além do burro, do borrego e “bácoro no chiqueiro” (C, p.104), criara para ajudar à economia “um exército de galinhas e gansos cujos ovos” (C, p. 101) Ricardo, o filho, “ia vender todas as manhãs” (C, p.101). A esperança de boas colheitas [“as searas tinham fundido bem” (C, p.104)] fá-los acalentar um sonho “de futura prosperidade – comprar um carro com parelhas de mulas” (C. p. 104), “ter vinhas e oliveiras, abundância de uma horta com águas correntes e noras rumorosas” (C., p. 104), mesmo “ajuntar prà fazendinha” (C, p.105). A disputa do lugar de feitor na herdade do conselheiro, que lhe traria subida de estatuto no mundo rural, com “O Estragado”, desencadeia a morte de Jerolmo num crime, com

arma branca, perpetrado pelo despeito de Joaquim António. Consumada a tragédia, a chegada dos homens “carregando uma escada onde vinha estendido o corpo de Jerolmo” (C, p. 114) desencadeia um mar de dor em Joana [“Uma enorme paixão rebentava dela sobre aquele corpo que arrefecia pouco a pouco” (C, p.114)], piedade em “Toda a gente (...) um ruído indescritível de prantos” (C, p.114) e terror [“Uma rapariga caiu com um flato, algumas fugiram para o quintal, aterradas do cadáver” (C, p.114)] o mulhério embiocado “nos xales ou com saias pela cabeça” (C, p. 113) enchia a casa.

Entretanto “Fora, o regedor conseguira agarrar o Estragado” (C, p. 114) mas “essa pobre mulher semanalmente espancada pelo marido” (C, p. 101) intercede em seu favor abraçada aos seus joelhos [“Os maus tratos, as bestialidades e as fomes com que aquele homem a trucidara desde o primeiro dia de casados haviam enraizado no seu coração uma cega obediência, uma necessidade fatal daquele império torpe (C, p. 114)].

Francisca, personagem tipo, simboliza todas as mulheres que, vítimas de violência doméstica, ainda amam, respeitam e defendem o companheiro.

O crime do Estragado faz-nos reflectir sobre o grave problema nacional do alcoolismo que se justifica, na opinião de alguns, pelo facto de Portugal ser um país de longa tradição vinícola, cuja cultura sócio-popular aliava ao vinho propriedades medicinais revigorantes, pelas quais um trabalhador braçal teria mais capacidade de trabalho se bebesse, esquecendo, contudo, o rol das consequências nefastas ligadas ao seu consumo, das quais se destaca a violência doméstica e social, a sinistralidade, a delinquência, sem esquecer as deficiências profundas geneticamente transmitidas. Apesar de todas as campanhas estatais, apelando ao consumo moderado do álcool, as estatísticas demonstram que numerosos dramas familiares ou sociais continuam a ter como causa o excesso do álcool, com a agravante de haver adolescentes já viciados no seu uso, sendo oportuno recordar casos de crianças que chegavam à escola alcoolizadas, porque (sobretudo nas regiões do interior) era comum darem vinho às crianças na primeira infância com o fim de as fortificar.

Na visualização do funeral, registamos diferentes testemunhos da etnografia alentejana presentes no transporte da tumba “aos ombros por quatro mendigos, e um rapaz após levava o banco de pinho para a fazer descer, nos responsos” (C, p. 118), na sua modéstia “na cabeceira uma cruz preta, e um Cristo de ferro com resplendor de lata que tremia” (C, p.118), na apresentação do morto amortalhado num “fato de Saragoça, sapatos de bezerro enormes nos pés, os dois pulsos unidos por uma tira de chita negra a premir as

mãos” (C, p. 119). Os acompanhantes, trabalhadores rurais alentejanos, de “pescoços curtidos pelas calmas do Estio” (C, p.117), “palmas rugosas de calos” (C, p. 117) testemunhavam o trabalho duro na “charneca” (C, p.117) ostentavam os seus “fatos de áspera Saragoça dos domingos, chapéus de Braga nos olhos, ornados de uma borla redonda, e os capotes de baetão das mulheres aos ombros” (C, p.116), “os tios (...) com as golas dos capotes erguidas e cabeças baixas e amarradas em lenços” (C, p. 118) e o prior que “levava um largo capote nos ombros e o chapeirão descido” (C, p. 112).

Ao longo do percurso para o cemitério, mulheres usando “saias de chita (...) e tornozelos (...) calçados em meias de linha azul” (C, p. 120) ou “saia de estamena e sapatos de couro cru, viam da soleira marchar a procissão da morte, lacrimosas” (C, p.116), lamentando o “Coitadinho!” (C, p. 120), enumerando as suas virtudes, enquanto alguns dos mais sensíveis se preocupavam com o futuro da viúva e dos filhos [“Como há-de a pobrezita governar os pequenos?” (C, p. 123)], outros, mais pragmáticos consideravam que ela poderia trabalhar “à monda, à empa, à vindima, à ceifa” (C, p. 124), como acontecia com outras viúvas da terra.

Por oposição ao ambiente funéreo, a paisagem avistada do cimo da colina abria-se em cores e sons [“Das ouvielias dos ferragiais e das vinhas irrompiam (...) camomilas, malmequeres, grisandas, maravilhas e enormes cardos de cálices espinhosos” (C, p.124)], figueiras, nogueiras, olival “No ribeiro, à sombra dos canaviais, as lavadeiras batiam as roupas cantando” (C, p. 124), eucaliptos novos, vinhas, junças e escalrachos.

A personagem do padre da aldeia está longe de preencher os requisitos esperados de um pastor de Cristo; a prová-lo podemos evocar vários comportamentos inconcebíveis, começando pelas considerações desrespeitosas, sobre a viúva ao pensar “que era ainda uma rica moçoila” (C, p.115), a insensibilidade manifestada perante a morte dum homem bom, que aos seus olhos surgia como um contratempo [“a morte de Jerolmo irritava-o” (C, p.115)], pois teria de encontrar alguém para substituir “o menageiro das suas labutas vinícolas” (C, p.115) e finalmente ao ver o filho de Joana, de cinco anos, com o Manuel de três – filho do Estragado, abraçados: “cresceu-lhe uma raiva de dentro, biliosa e vingadora. Separou-os com um safanão furibundo” (C, p.115), dizendo “Súcia de marotos, que os enforco! E dirigindo-se ao Ricardo: – Vossemecê não tem vergonha em andar com o filho do ladrão que matou o seu pai, hem?” (C, p. 115), dando “um puxão de orelhas, teso” (C, p.116), a uma criança de três anos e dizendo-lhe “A

minha vontade era frigir-te, podengo!” (C, p.116) o que revela violência, falta de caridade, sensibilidade e carinho pelas crianças.

Por sua vez, o sacrista, um licenciado “de olho patife e calva luzidia” (C, p. 116) tipifica certos colaboradores do culto que pelo seu comportamento se tornam motivo de escândalo aos olhos do mundo: profanação dos objectos sagrados e de culto “pisava rosários bentos (...) e urinara na pia de água benta” (C, p. 116), vícios da gula e álcool, desrespeito pelas mulheres e até pelo morto, pois “caminhava piscando o olho às mulheres que (...) viam da soleira marchar a procissão da morte” (C, p. 116).

Da grande riqueza vocabular regional e popular, destacamos: “o mais ratão dos quatro” (C, p. 119) i.e. o mais engraçado; “Vossemecê não tem vergonha de fazer mangação dos defuntos?” (C, p. 119) i.e. gozar com os mortos; “velho marau” (C, p. 116) i.e. patife; os insultos amaldiçoando o criminoso: “Excomungado” (C, p. 103) i.e. maldito sejas; “assassino, bêbado e ladrão, que Deus confundisse na outra vida e a justiça degredassem nesta, para casa do inferno” (C, p. 130); as alcunhas: “o Fandango” (C, p. 104), “o Joaquim das Nogueiras” (C, p. 104), “o Baleizão” (C, p. 104), “Zé do Ó” (C, p. 116), “O Rato” (C, p. 122), “Rita Santinha e a Teresa do Mudo” (C, p. 123), “o Coxo” (C, p. 127), provérbios e ditos: “quem escuta de si ouve” (C, p. 103), “casa que é um ovo!” (C, p. 105), “Os bons leva Deus, que são do céu “ (C, p. 121) e uma quadra popular: “Nesta rua cheira a sangue, / Alguém nela se sangrou:/ Dizem que foi meu amor,/ Duma sova que levou” (C, p. 111).

Note-se a componente religiosa presente na linguagem do quotidiano nos bons ou maus momentos: “perdoe-me por alma de seu pai” (C, p.108) respeito pela alma dos entes queridos, “E honrado, honrado como Deus!” (C, p.105).

Como hábitos conotados com a dureza do clima alentejano, vemos os homens a trabalhar à noite nas eiras ou a dormir “deitados ao fresco junto das portas escancaradas e escuras” (C, p. 108).

A Amizade de duas crianças inocentes que jogavam aos touros [“Ricardo mais o filho da vizinha, (...) jogavam os touros, rolando na relva” (C, p.102)], iam às rãs, atiravam pedras [“fazia chover nas poças de água grandes pedras” (C, p.127)], mostra-se superior aos ódios dos adultos [“Que em ela me vendo andar contigo me havia de dar sova” (C, p.125)], ameaças que enfrentam sem medo [“É mentira, deixa falar” (C, p. 125)] e na promessa de se manterem amigos para sempre [“A gente havemos de ser amigos sempre, então não havemos? (...) E brincar sempre, então não havemos?” (C, p.130)].

A orquestra da natureza fazia-se ouvir no “ciciar das cigarras” (C, p.123), no “estalar dos ramos, correr da água” (C, p. 109), “na sonata nocturna” “Os grilos, ralos, mochos (...) e “rãs que coaxavam à flor de água” (C, p. 126).

Numa província ancestralmente marcada pela exploração dos trabalhadores ao serviço dos latifundiários, era comum a pobreza extrema, aqui expressa no luxo que representava um par de sapatos [“Eu cá hei-de ter uns sapatos e andar a cavalo” (C, p.105)] – desejo primeiro de quem andava sempre descalço [“Quase todos tinham andado rotos e descalços até aos vinte anos” (C, p. 105)]. Também a gastronomia local baseada em pão, água, azeite, alhos e coentros reflecte a mesma magreza de recursos [“migava sopas na malga” (C, p.103)].

1.2.1.2. “A Ideia da Comadre Mónica”

Num cenário outonal [“os ferragiais amarelos secos de raízes de trigo ceifado” (C, p.148), “onde as ovelhas mansíssimas, sonoras dos chocalhos pasciam destroços, as ervagens finas de barrancos os fenos fibrosos dos córregos e as graminhas deixadas nos valados” (C, p.148)], em que o mundo rural se dedica à vindima, são numerosos os vocábulos relacionados com a cultura da vinha: vinhedos, bacelos, Setembro - tempo das vindimas, rancho de vindimadores, “os rapazes trigueiros e musculosos (...) ceifões e polainas, os chapéus de grosseiro feltro derrubados para diante; grupos de raparigas (...) cestos ao quadril; velhos trabalhadores corcovados de barrete, alforge ao ombro atrás dos seus jumentos (...), pesados carros de duas rodas (...) pejados de enormes cestões de verga para o carregamento das uvas” (C, pp. 147-148), lagares, adega, odre, taberneiro; medidas de capacidade: quartilhos, “três almudes tinto” (C, p.155).

Numa economia agrícola familiar, quando a *novidade* promete, pagam-se dívidas [“Estemos pagos e satisfeitos” (C, p. 150) “a feliz plenitude de não deverem nada a ninguém, senão obrigações (...). Tinham pago ao médico, (...) à botica, ao da Vanga, os oito mil réis de casas” (C, p.150)], fazem-se cálculos de lucros, acalentam-se sonhos de planos de futura prosperidade [“compra de uma courela à Barrada, aquisição de uma adega e a postura de Bacelo, nas terras da pichaleira” (C, p. 150)], comprar “um porco de quatro arrobas” (C, p. 149), “ter abundância de chouriços em casa” (C, p.150) comprar “capote de pano para a Luísa ir à missa” (C, p. 150) e até satisfazer o desejo

mais querido do filho: “Eu hei-de ter uns sapatos” (C, p. 149) – desejo ardente de quem andava sempre “de pés imundos, na poeira da vereda” (C, p. 149)

A vindima é sempre uma festa [“foi um tempo alegre o que passaram (...) a Luísa de chapeirão nos olhos, colhia os frutos mais o filho cantando (...) quando acabaram o tráfego houve jantar de carne” (C, p.149)], um luxo em casa dos pobres que marcava as apenas as grandes datas ou uma doença [“para que foi convidada a vizinha Mónica (...) e à noite (...) jogaram as cartas, a Padre-Nossos” (C, p. 149)].

A má influência da comadre Mónica leva Luísa a partilhar com ela às escondidas do marido o vinho que ele tanto valorizava a ponto de ficarem ébrias.

Assim, quando no Natal, o Canelas quer “*emechar*” o vinho descobre que o pote está a meio, perante o grande espanto da mulher. Embora suspeito da mulher, procura explicações racionais para o desaparecimento do vinho [“O pote de barro estava talvez seco, era poroso, tinha seis gatos no bojo, podia ser que absorvesse ou deixasse sair o mosto” (C, p.152)].

Mónica, personagem tipo, simboliza a falsa beata, a hipócrita, a invejosa [“roía-se de inveja” (C, p. 150), “formulava bons desejos que não possuía” (C, p.150)], a exploradora, a interesseira, a má conselheira, a má língua [“armavam grandes palestras a respeito do tempo, das lavouras, dos casamentos e dos escândalos” (C, p.151)], a comilona [“um riso amarelo de comilona” (C, p.151)], a lambareira, a bêbada [“Nada para sustância como dois dedos de sumo. Logo pela manhãzinha, que regalo! (C, p.151), “Boa gota, comadre!” Elas as duas em se apanhando sós era aos quartilhos (C, p.151)], imoral “ordinária” nas conversas “narrativas eróticas de frades, de estudantes e mulheres infiéis à honra conjugal, (...) uma profusão de gestos e de palavras” (C, p.151), astuta, ao urdir uma encenação que intimidasse o Canelas fazendo-o crer que as bruxas em cima do telhado eram as responsáveis pela falta do vinho [“Ai, não tenha receio. Esta noite, arranja-se” (C, p. 152), “São as bruxas. Não ouves? (...) Vamos ao vinho! (...) O pobre estava em apuros, varado de medo” (C, p.153)], materialista e imoral na venda do vinho ao taberneiro “O Coxo deu o dinheiro, pegou no odre, e foi-se depois de ter cingido amorosamente o estafermo” (C, p.155), a teatralização da “intimidação” das bruxas junto ao rio “Vamos afogar o que está na ribeira? – Não, que a mulher está rezando à Virgem” (C, p. 157) e a intervenção “benéfica” da oração da Comadre Mónica “Sei as orações de as afugentar. De facto, nunca mais tornaram, nem bruxas nem boas vindimas, nem potes de vinho” (C, p.158).

O vestuário feminino cinge-se à “manta” (C. p. 153), a “um grande lenço de chita preta no pescoço” (C, p.150), capote de pano, xales, surgindo uma referência aos “trabalhos de mãos” nas horas vagas “trabalho da meia” (C, p. 152) que toda a mulher deveria encetar na adolescência.

Em referência à linguagem do nível popular, evidenciamos o léxico relativo ao vinho “emechar” (C, p.151) i.e. pôr mecha, “é de rachar pedras” (C, p.151) i.e. é bom, “boa gota comadre” (C, p.151) i.e. bom vinho, “Luísa alegre” (C, p. 152) i.e. Luísa bêbada; a superstição de que um cão a uivar é sinal de morte em casa ou na vizinhança – “um cão uivava” (C, p. 157); a crença em bruxas “Ó mulher! Não ouves? São as bruxas” (C, p.153; oração para afastar as bruxas “Começou a rezar o Credo” (C, p. 153); Feitiçarias “espetar-lhe agulhas nos rins, meter-lhe à força um sapo nos dentes” (C, p.156) e as alcunhas: “da Vanga” (C, p.150), “o Canelas” (C, p. 151), “Francisco da Balsa” (C, p.151).

O espírito religioso manifesta-se nas invocações ao nome de Deus [“Ainda foi no tempo do meu homem que Deus tenha” (C, pp. 150-151), “Santo nome de Deus!” (C, p. 152), “Santo nome de Jesus” (C, p. 153)], no sinal da cruz como protecção dos perigos [“benzeu-se” (C, p. 156), “A Luísa persignava-se, com os olhos em alvo” (C, p.157)], em orações “Rezar o Credo” (C, p.153).

Registe-se a credulidade do povo no poder das bruxas, na sua capacidade de fazer mal, quer a nível da saúde, quer da felicidade. Pertence ao imaginário popular esta ideia das bruxas irem às adegas durante a noite roubar vinho, para as festas que realizavam nos descampados em companhia do Diabo. Acrescente-se que segundo a crença popular se alguém perseguido pelas suas gargalhadas conseguisse tocar-lhes e fazer-lhes sangue, elas corporizavam totalmente despidas, visto o sortilégio desfazer-se.

1.2.1.3.“Quatro épocas”

O ponto de referência em volta do qual giram todas as invocações é a “oliveira secular” (C, p.197), que participa das brincadeiras infantis, suspendendo o baloiço nos seus ramos [“a velha árvore nem por um instante nos traiu. (...) Quebravam-se as cordas e vínhamos ao chão; a árvore, porém, nem nos metia susto, estalando” (C, p.189)]; que vê o namoro com a prima Marta [“E debaixo da oliveira secular que já me protegera os brinquedos de garoto (...) o nosso amor eflorescia tranquilo” (C, p. 197)]. A oliveira

simboliza a testemunha, a confidente, a força da vida da personagem [“era a da árvore velha do olival, que sem queixa me aturara tanto” (C, p. 190)] da infância, da adolescência, do jovem e do adulto.

O homem do campo sempre surgiu aliado ao culto do divino, como se Deus lhe falasse, através das maravilhas da Natureza que o cercam, e onde se enquadram entre outros, o acto de graças, após as refeições [“*Muitas e graças e louvores sejam dadas ao meu Senhor Jesus Cristo*” (C, p. 187)] e o costume das crianças pedirem a bênção ao pai antes de sair de casa: “o chefe abençoa os pequenos” (C, p. 187).

No percurso para a escola, os respectivos “recreios”, o rural alentejano é simbolizado pela “cantarinha da água” (C, p.188) indispensável num clima de temperaturas elevadas pelas brincadeiras ao ar livre, de foro violento [“atirar com terra à cara dos outros” (C, p.188), “atamos, penduramos, pedrada, morte do gato” (C, p.189)] ou mais pacíficas [“jogar o botão” (C, p. 188), “dançar nos baloiços, fazer caça aos ninhos ou atirar pedrada velha aos telhados das adegas fronteiras” (C, p. 188)] estão conotadas com o campo e o contacto directo com a natureza, visível nas alcunhas Chico e Zé Rato, Manel da Pomba, Zé Estrelo. O peso da ruralidade faz-se sentir na falta de estabelecimentos de ensino, logo, na violência dum criança deixar o seu ambiente familiar, para ingressar num colégio interno, a fim de prosseguir os seus estudos.

A morte do chefe da família na província altera os planos de vida: “um dos filhos, se é homem, (...) continua a tarefa do pai. (...) Senta-se à cabeceira da mesa, dirige os trabalhos do campo, recebendo as rendas, ordenando as colheitas” (C, p. 195).

Como marcas idílicas do campo visualizamos “laranjais em flor, um tapete de campainhas, fumarias e malmequeres” (C, p. 196) bem como escutamos “rumor das noras e o cair da água nos tanques da horta” (C, p. 196).

1.2.1.4. “O Milagre do Convento”

O campanário da igreja e “uma alta cruz truncada” (C, p. 219) assinalavam a presença dum convento capuchinho em ruínas, no meio de vinhas numa “planície fluorente e verde” (C, p. 219), pontuada pelo cinzento das oliveiras.

No centro do pátio, o poço de pedra com a sua roldana negra contrastava com o colorido dos limoeiros “uma tapeçaria de folhas (...) salpicada pelo oiro baço dos frutos ovulares e rescendentes” (C, p. 221) e a festividade de “Uma legião de pássaros” (C, p. 221).

Esta degradação expressa nos “tanques de pedra desconjuntados e secos (...) a canalização atolhava-se” (C, p. 220) implica uma crítica aos grandes latifundiários alentejanos que vivendo na capital deixavam as terras ao abandono, ignorando a situação dos agricultores, pois sem qualquer amor ou ligação à terra, só viam nela uma fonte de lucro fácil [“só voltava de ano a ano para vender herdades ou hipotecar azinhais” (C, p. 220)].

Não demorou que, em volta desta degradação e abandono, a supersticiosa imaginação popular criasse medos e sustos: “apareciam as alminhas negras, com chavelhos, aos berros (C, p. 243), ouviam-se “soluços pelas escadas de pedra” (C, p. 221), “vozes que vinham gargalhar” (C, p. 221) e as corujas “famintas de azeite” (C, p. 221) entrando por um buraco do coro, iam beber às lamparinas do Santíssimo Sacramento. Registe-se a superstição popular de que o pio do mocho e coruja anunciam morte – na família ou vizinhança.

Também no Alentejo, o Verão é tempo de romarias sendo “Santo António, “o mais popular” (C, p. 223), por ser protector dos namorados, estando-lhe ligada a tradição de “coser-lhe no manto, sorrateiramente, pequenos bilhetes (...) na intervenção do bom êxito de uns amores” (C, p. 223). Segundo o ritual, após o jantar ao meio-dia, ia-se às “igrejinhas brancas” (C, p. 223) “através das searas maduras e vinhas verdes” (C, p. 223), “trepando colinas e chapadas de olival” (C, p. 223), para agradecer as graças obtidas ou interceder junto do divino pelas “secas insistentes, colheitas ruinsas, implacáveis Invernos, doenças, sezões, maus olhados, bruxedos e raios” (C, p. 224).

Como todas as festas que se prezam, também estas possuíam no seu programa fogo de vista, música, sermão, procissões, “foguetaria atoadora” (C, p. 224), só os santos do convento não eram festejados, lembrados ou invocados.

O espaço rural alentejano é captado através de uma multiplicidade de sensações visuais: relacionadas com as colheitas “pelas eiras” (C, p. 225) “courelas ceifadas, (...) rebanhos percorriam, de banda a banda, largos trechos de campo” (C., p. 225), “vinhas que forravam de espessos tapizes a terra calcinada, (...) figueiras de largas folhas e troncos brancos, (...) de todas as veredas saíam para as eiras, récuas de possantes machos carregados de espigas” (C, p. 225); auditivas – árvores frondosas com braços enormes povoadas de pássaros: “os melros, os melharucos, os papa-figos, as calhandras e os verdelhões repetiam, ampliando, vocalizando, num coro estrondoso, sonoro, harmónico”

(C, p. 225); “fazendo um concerto de chocalhos” (C, p. 225), “noras chiavam” (C, p. 250) olfactivas: “debaixo das nogueiras cujo aroma (...) a cada aragem” (C, p. 220).

Como profissões ligadas ao campo, detectamos o feitor, ganhões, cavadores, moleiros, ceifeiras e hortelão e registamos como tarefas agrícolas: vindimas e ceifas e hábitos a elas ligadas: “Os moços do campo dormiam ao relento sobre as mantas, e tendo por travesseiro as albardas dos jumentos” (C, p. 246).

No domínio da moda rural, destacamos, na mulher do povo, os xales escarlates [“Xale de ramos e lenço de seda escarlate” (C, p. 258)] e tranças postiças e nas proprietárias ricas: “cordões de ouro, mitenes de retrós, leques, (...) mantas de lã azul, de borlinhas, pregadas em escapulário, com ganchos representando malmequeres” (C, p. 261).

Enquanto a moda masculina burguesa se pautava pelas “calças curtas, chapéus de borla” (C, p. 223), “fumo de merino enorme no coco dos domingos, manta verde com perinhas bordadas, calça curta arregaçando sobre os elásticos das botorras e o atilho da ceroula à mostra” (C, p. 261), por contraste com o vestuário rude dos pastores “cobertos de peles safadas, polainas de feltro” (C, pp. 261-262).

De referenciar a ausência de hábitos de higiene no século XIX: “mordedura de pulgas no pescoço tísico” (C, p. 259), “arreatando nas unhas um piolho” (C, p. 259).

Reportando-nos aos meios de transporte, vemos os pobres em burros, machitos, carros do mato e os ricos em “caleça” (C, p. 238), “de carros, puxados a mulas e cobertos de um toldo” (C, p. 261), jumentos e cadeirinha.

A fraude do milagre do convento, nascida da descoberta de que a cabeça do santo [“terminava numa espécie de parafuso tubular, tapado por uma rolha (...) com uma concavidade que se escavava na cabeça fazendo (...) um esconderijo (...) Deitando água no bojo (...) tingiu-se de vermelho” (C, p. 234), E “o filho do caseiro (...) gritou de repente com o dedo estendido para a face do ídolo: – Mãe, sangue!” (C, pp. 259-260)], não pode ser dissociada das características psicológicas do “campónio” (C, p. 243) padre Nazaré “a cujos instintos de agricultor brutal repugnavam as branduras da catequese, os melífluos conselhos ditos entre citações de Santo Agostinho (...) passara a correr, havia bons anos, no seminário” (C, pp. 243-244) com uma vida plena “de episódios rudes, vindimas, ceifas e agiotagem sistemática. O seu génio violento dava-lhe intermitências de cólera biliosa, durante as quais rogava pragas e dizia obscenidades. Sabia o valor do dinheiro (...) Em pândegas de amigos, porém, gozava fama de gracioso e sabia beber” (C, p. 244). A figura do padre associado ao cassique local que arrastava e

influenciava multidões, apesar das canalhices, mentiras e falsidades incompatíveis com o seu estatuto de sacerdote assim como a sua devassidão: “vendo a rapariga de braços arregaçados pediu água, para lhos ver de perto” (C, p. 237) ou “ecoou (...) o padre repotreando-se com os bugalhos dos olhos nos seios da Escolástica” (C, p. 229).

O tema não é novo na literatura portuguesa, contudo, baseando-nos apenas nas obras já analisadas, relevamos por oposição a imagem digna do prior daquela aldeia “bondade rude que nasce da misantropia aldeã (...) Viam-no sempre a bramir contra os escândalos que manchavam o sacerdócio, violências, seduções, roubos, toda a casta de vícios. (...) Rosnava (...) contra a idolatria das imagens que torna mais alvar ainda o povo das freguesias” (C, p. 266) assim como à bondosa e respeitável figura de sacerdote em *As Pupilas do Senhor Reitor* e “Os Contos da Tia Filomela” e por aproximação o dissoluto primo do Cruzeiro em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, que, apesar de seu estatuto de eclesiástico, levava uma vida escandalosa.

Impossível evitar uma referência ao desrespeito pelo sagrado, explorando a fé e ingenuidade dos romeiros, através da comercialização “de bentinhos, medidas e retábulos” (C, p. 273), a Untura Santa vendida “em latas de pinto com uma carta de padre Nazaré atestando que não havia segunda esfregação para borbulhagens (...) e a Senhores dos Passos em barro, trapo, cortiça ou faia (C, pp. 273-274).

Assim, num mundo em que “nem há o que se converse” (C, p. 260) e onde qualquer pequeno acontecimento toma foros de sensações, foi fácil conseguir que “o milagre” influenciasse os espíritos crédulos e ignorantes, “o mulherio acreditava fanaticamente no sangue do senhor do convento, (C, p. 262) a abrir-se a todas as crenças “De todos os lados subiam promessas: alqueires de azeite, sacos de trigo, milagres de cera, cabelos, mortalhas” (C, p. 268), facto que nos leva a reflectir sobre uma religião feita de interesses em que a troca de uma graça se oferece a Deus ou se contrata com Deus uma oferta mesquinha ao que se recebe.

Constatam-se duas facetas opostas na devoção popular: a cristã com a adoração de Deus, da Virgem e dos Santos e a da superstição, com a crença em bruxas, feitiços, maus olhados.

Na impossibilidade de tocar todos os tópicos dignos de nota ao longo do conto, não gostaríamos de ignorar a referência à gastronomia: ensopado das ceias, pimentos, caldo, vinho do Porto, vinhos de feição, natas e doçarias de Lisboa, perdizes trufadas, fogaças, ”ladrilhos, (...) covilhetes de marmelada” (C, p. 247).

Na linguagem referente ao quotidiano do povo, salientamos as expressões “lançando chufas” (C, p. 246) acto de zombar; “atafulhar o bandulho” (C, p. 236) encher a barriga; “torceu primeiro o gasnete” (C, p. 224) torcer o pescoço; “besta fera” (C, p. 227) diabo, “nem cheta” (C, p. 229) nem tostão; os ditos “o lamber-lhe a poeira das botas” (C, p. 274); os insultos: “Pró diabo” (C, p. 227), “Eh, malditos do diabo!” (C, p. 234), “Ora o estupor” (C, p. 245), “Então o estafermo morre ou não morre?” (C, p. 252), “Uma Zorra” (C, p. 255), “Um rústico!” (C, p. 267), “Grande cavalgada” (C, p. 275), as alcunhas Manuel do Cabo, Chico da Aroeira, Chico Praça (C, p. 261), loja do Burjaca, “na loja do Salta-Pocinhas” (C, p. 264) e no religioso “Far-se-á o que for da vontade de Deus” (C, p. 240), “Ai! Que Deus lhe perdoara tão grande ofensa” (C, p. 241), “Escapulário branco de Santa Clara na cabeça” (C, p. 255) “Vou penitenciar-me diante de Nosso Senhor” (C, p. 266)

1.2.2..A Cidade do Vício

1.2.2.1.“A sinfonia de abertura”

“O campo em Junho despoetiza-se no país cerealífero. Grandes zonas amarelecidas de seara, pastos secos vestindo a charneca, barrancos sem poça de água, silvados deixando pender as amoras em cachos, (...) rolas, cegonhas, cucos” (CV, p. 9)

A exuberância da flora silvestre e hortícola maravilha os nossos olhos, delicia o nosso olfacto e aguça o nosso tacto: murtais, alecrins, vinha, pâmpanos, “figueiras picadas dos primeiros capa-rotas” (CV, p. 9), meloais, “melancias rubras e frescas (...) abóboras, frades, gilas (...) pomar maduro – laranjais (...) ameixas e abrunhos, damascos, pêra, ginja, cereja” (CV, pp. 9-10) e pêssegos.

A peregrinação pelo campo “de bordão e esclavina” (CV, p. 10) leva a lugarejos, cabanas, campos, terriolas, moinhos, eiras, matas. Nos moinhos “fazendo sesta” (CV, p. 10) e nos campos “convivendo com as boiadas, pernoitando nas eiras”, colhendo “às horas de sede tórrida, os medronhos bravios” (CV, p. 10)

A alimentação frugal do cavador alentejano resume-se a “Rolão córneo”, “sardinha salgada com um pichel de vinho alentejano por cima” (CV, p. 11)

A diversidade na tipicidade das várias províncias portuguesas abrange “usos, ênfase de linguagem, vestuários, habitações, processos decorativos do interior, hospitalidade para

estranho, cor da pele, vivacidade” (CV, p. 12), “contos populares que começam devotos no Minho, acabam equivocadamente no Algarve” (CV, p. 12), “O Tom das cantigas ... decresce em alegria de norte a sul e ocidente para oriente (CV, p. 12)

As veigas nortenhas “ensopadas de água” (CV, p. 12) casam-se com o colorido do vestuário feminino, a alegria da “Caninha Verde, do Verde Gaio e das farândolas das romagens do Minho e Douro” (CV, p. 12), enquanto as cantigas monótonas, tristes, vagarosas e fúnebres se conotam com a aridez da interminável charneca alentejana.

1.2.2.2. “Os novilhos”

A visão da aldeia ao cair das doze badaladas, numa noite enluzada, “perfumada de fenos” (CV, p. 19) na noite de S. João é duma “paisagem de vinhas e olivedos” (CV, p. 19). Seguindo a tradição à última badalada, “as raparigas em cabelo, capelas de jasmims no penteado, de que pendiam pequenas ameixas rosadas, e peras de Santo António, saias curtas garridamente enfeitadas de vermelho, pés ligeiros e um borboletar de cantigas” (CV, p. 19) dirigiam-se à fonte, um dos locais mais tradicionais do meio rústico, que apresentava “largo bocal (...) pedra vincada pelos fundos dos cântaros, amplos caldeirões de granito para quem chegava cansado e uma dorna inclinada onde bebia o gado” (CV, p. 20). Segundo a tradição são joanina “à meia-noite a água das fontes é santa (...) e quem a bebe àquela hora (...) é feliz todo o ano, fecundo se é mulher e bom trabalhador se é homem” (CV, p. 20). As raparigas enchiam as “quartas de Estremoz” na fonte e “entravam nas vinhas a colher parras para ornar de grinaldas as cintas finas, as cabeças loiras e os bojos (...) dos cântaros” (CV, p. 20)

Do extenso vocabulário rural, agrupamos, por opção, o relacionado com a pastorícia: pastor, zagala, mugir, arrebanhar as ovelhas, pastagens, rafeiros, coleiras de gumes, cajado, pastagem, assobio e azinheiras de pastagem.

O som nasalado do falar alentejano descobre-se na fonética das saudações dos pastores “Eh lê, vizinho Pedro!” (CV, p. 22) e “Eh lê, Rosária” (CV, p. 22).

As expressões populares salientes no conto remetem-nos para uma linguagem de namoro e ciúme [“Não há medo” (CV, p. 23), “Inda que uma criatura sim seja pobre ninguém casa sem arranjos. Cá da minha banda pouco falta” (CV, p. 24)], sendo o enxoval constituído por lenços de estopa, duas fronhas de renda, coberta encarnada, seis toalhas, dois vestidos, camisas e uma arca nova. A fórmula de juramento ditada pelo

ciúme “Sabes, moça? Se encontrasse aí algum não o deixava comer mais ponto. Não me salve” (CV, p. 23), provérbio “Quem nasce para burro, nunca chega a cavalo (CV, p. 24)

1.2.2.3. “O roubo”

O marçano por norma, uma criança miserável, vinda da província, por volta dos dez anos, para trabalhar numa mercearia, era a imagem da exploração do trabalho infantil, trabalhava desde “a madrugada às onze horas da noite, dia a dia, sem repouso” 51, realizando os trabalhos mais pesados [“varria (...) punha os taipais, e manhãzinha abria a porta, limpava o pó e moía o café” (CV, pp. 51-52)] a troco de algumas moedas de cobre e um *buraco para dormir* [“Metido no saguão de lajedo” (CV, p. 52)], uma *côdea para comer*, trapos para se cobrir [“camisa coberta de nódoas (...) e rota por toda a parte, calças de cotim sobre as pernas nuas, tamancos nos pés sem meias” (CV, p. 52)], sujeito a violência física e psicológica [“Duas ou três vezes, o Pinto insinuado pelos caixeiros, lhe batera com uma corda molhada” (CV, p. 52)] e. Era um desenraizado, um explorado sem família nem amigos, “viera aos dez de Santa Comba” (CV, p. 51) que suportava resignadamente o sofrimento.

A doença provocada pelas más condições de vida leva-o ao hospital, ardendo em febre e delirando “aos ombros de quatro galegos” (CV, p. 53).

Após muito sofrimento causado quer pela doença, quer pelos tratamentos que lhe punham o corpo em chaga viva, foi melhorando lentamente, mas durante as crises de alucinação provocadas pela febre vinham-lhe recordações da sua aldeia, na noite de S. João em que uma fogueira ardia “diante do casebre natal (...) os irmãozitos saltavam alegremente (...). Pela rua, (...) fogueiras, colmos (...) estalando (...) e em torno dos mastros verdes, bailaricos alegres, (...) rumorejos de guitarras e explosões de pandeiretas” (CV, 55-56).

Entre a linguagem popular, privilegiamos os vocábulos relativos à violência “Tinha a face rude e calcinada das intempéries do campo” tinha o rosto queimado pelo tempo (CV, p. 59), a saloia (CV, p. 72) a camponesa, “casinhola térrea” (CV, p. 65) casa pobre dum só piso, “leiras de repolho” (CV, p. 65) faixa de terreno de repolhos; dito: “malhar num ferro frio” (CV, p. 68) e insulto: “Eh, carreguem o canalha!” (CV, p. 79).

Às unidades monetárias epocais mencionadas: meias-coroas novas, seis tostões e mais, as cinco meias-coroas, acrescentamos o vocábulo “pé-de-meia” sinónimo de poupanças, daí a expressão “pé-de-meia do dinheiro” (CV, p. 71).

O marçano tinha amor por um hospitalizado, “velho camponês de Chelas” (CV, p. 59), homem bom, ingénuo, “palreiro” (CV, p. 59) “que lhe recordava a gente de Santa Comba” e sabia provérbios acerca de “estados do tempo ou saúde, sinais de colheitas ou fortuna pessoal, em que o povo usa sintetizar o seu património de observações seculares” (CV, p. 59).

A celebração da Quinta-feira da Ascensão é uma festividade religiosa que, no Sul do nosso país, assume uma grande dimensão com a tradição popular do Dia da Espiga que outrora levava o povo ao campo “com fatos de domingo colher o ramilhete de papoilas e espigas que no dizer da lenda lhes traria ao ninho, felicidade e paz” (CV, p. 64) e que terminava “no arraial ao som dos flautins e bombo, que animariam o bailarico de cachopas com moleiros” (CV, pp. 64-65), onde as raparigas seguindo os ditames da moda saloia do século XIX usavam “lenço” (CV, p. 67), “Xalito de baetilha” (CV, p. 67), “saiote azul, de estamparia pobre (...) e uma enorme algibeira de retalhos (CV, p. 71) e “botas cruas” (CV, p. 67). Actualmente, já não se vai aos campos colher os ramos de espigas e papoilas que passaram a ser adquiridos nas ruas e lojas das cidades do Sul.

A visita da mulher do camponês é uma lufada de ar fresco do campo na enfermaria do hospital com as boas notícias da “sementeira que enchia o olho” (CV, p. 70) e perspectivava boas colheitas aliado à boa nova do “pequeno lucro das vacas” (CV, p. 70) de que “nascera um burrico, e que na venda do leite, o rapazote tinha dias de seis tostões e mais” (CV, pp. 70-71) e os presentes do “queijo fresco, as primeiras cerejas do hortejo e quatro ricas laranjas” (CV, p. 71). De realçar o sentimento de posse do camponês expresso, pelo determinante “seu” e “sua”, “Cuspia os caroços com orgulho, saboreando a sua fruta, que viera da sua horta, colhida pelo seu rapaz e trazida pela sua mulher!” (CV, p. 73).

1.2.2.4. “Mater dolorosa”

No Alentejo, “país cerealífero”, (CV, p. 86) de oliveiras e azinheiras mordidas pelo Sol ardente, onde, após a recolha do trigo, apenas restam courelas já ceifados e restolhos amarelecidos, tasquinhava o rebanho, “grande massa das ovelhas, carneiros e cabritas,

(...) de cabeças rasteiras, lã negra, encarricada e fofa, e cornadura transversalmente estriada...” (CV, p. 89) que tinha percorrido “pastagens comidas e recomidas (...), subido córregos e ladeiras, topando as cumeadas por fim (CV, p. 87).

Como consequências da “calmaceira” (CV, p. 87), “morriam ovelhas de asfixia, morrinha e putrilagens da água”; “a penúria dos pastos traziam os gados magricelas, atrasava as crias e consumia os lavradores” (CV, p. 87). O paralelismo entre os prejuízos do lavrador e do pastor releva que o primeiro, embora tendo prejuízos, tinha também grandes lucros, ao passo que o segundo, possuindo poucos animais, cada um que perdia representava um grande prejuízo “das onze ovelhas que no rebanho tinha de seu, três eram de gafeira e as outras Deus sabe!” (CV, p. 87).

A vida animal na planície alentejana manifesta-se em três períodos. Ao meio-dia, tudo parece dormir na planície ardente, ao amanhecer tudo palpita “Veio o sol, abelhas zumbindo, bandos de borboletas fulvas, gafanhotos e sardaniscas nervosas (...) começavam o seu dia alegremente, lutando, trabalhando, cantando” (CV, pp. 91-92) e ao anoitecer, no período que antecede as “Ave-marias rústicas dos campanários” (CV, p. 88) a planície reanima-se com “voos de rolas e pombas”, “gritos de melros, codornizes, papa-figos e o gri-gri dos melharucos” (CV, p. 88).

A luta da ovelha enfraquecida, pelo parto, que defende até ao último alento a cria morta, do ataque dos corvos esfaimados, simboliza o drama da sobrevivência no mundo animal em que predomina a lei do mais forte.

1.2.3. *O Paiz das Uvas*

1.2.3.1. “Ao sol”

Que maravilha poder assistir ao nascer de uma alvorada de Verão, em que “é já dia às três e meia” (PU, p.16), perante um céu, onde a Natureza derramando o seu pote de tintas, criou “um aro de cambiantes metallurgicos côr de fogo a nascente, côr de névoa ao poente, rosa e lilaz nos outros pontos” (PU, p.16), mas, se, para os poetas e artistas, a visão do céu é arte, para os pragmáticos camponeses é fonte de informação, na orientação das tarefas do quotidiano, daí o ditado “vermelho à serra, chuva na terra” e “vermelho ao mar, calor no ar”.

Surgem, então, as aves mais madrugadoras “A primeira andorinha, (...) as cotovias” (PU, p. 15) um ventinho traz dos campos o cheiro das espigas esmagadas nas eiras, arrasta sobre as vinhas o refrigerante orvalho da *brandura*, que amadurece os figos lampos, (...) engurgita os cachos” (PU, p.15)

No âmbito das marcas climáticas alentejanas “Trinta graus dentro de casa (...) 35° nos malhadouros das eiras” (PU, p. 32), convidam a “refastelar o corpanzil nos deleitosos ripansos da sesta” (PU, p. 33), “as pedras da rua fazem ganir os cães e as criancinhas sem sapatos” (PU, p. 32), o que explica o começo do trabalho de madrugada, pois é impossível fazê-lo nas horas de calor extremo.

A enumeração de profissões e tradições regionais põe diante de nós o pregoeiro, os hortelões, o ferreiro, o ferrador, o moço do leite, o rapaz do forno.

De destacar a crítica feroz aos latifundiários “indifferentes ao cultivo, e empenhados somente em receber num prazo fixo o dinheiro das rendas” (PU, p. 20), aos ociosos “que vêm em mãos nos bolsos (...) fazer a critica dos casos sucedidos” (PU, p. 19), aos proprietários que enriquecem à custa da exploração dos que trabalham para eles “inventando estratagemas para trazer vigiados constantemente os pobres diabos que lhes mourejam nas terras a fim de lhes sugar todos os esforços dos braços” (PU, p. 22).

Tendo surgido do seio dos trabalhadores mais humildes, desprezaram os companheiros de labuta, exploraram o trabalhador, ou seja, para eles a realização suprema consiste no ter e no poder sobre os outros, não olhando a meios para humilhar os pobres e atraiçoar os ricos, pois para eles todos são ladrões: “o padrinho de casamento, o prior, o escrivão de fazenda, o cabo de policia e o medico (...) o sogro que lhes não morre depressinha, uma parenta velha” (PU, p. 22).

A referência da “confecção da olha da família” (PU, p. 18) alentejana faz-nos pensar na possível influência castelhana, ao passo que a “tarraçada de sopas” (PU, p. 26) e os “xixaros” (PU, p. 20) nos levam a considerar a alimentação dos pobres deficitária.

1.2.3.2. “Os Pobres”

Na inospitalidade de um espaço rural alentejano, de Verões ardentes e Invernos rigorosos, a par das carências materiais “terra transida (...) e nos casaes a desolação da miséria” (PU, p.47), erguem-se as afectivas, “onde até os cães lhe arremetiam” (PU, p.48) responsáveis pela solidão de um homem que deambula sob a fúria dos elementos

“torrentes de chuva, o vento” (PU, p.48) em dia de Ano Novo o “mendigo deixará a Vidigueira depois de ter pedido esmola pelo povo, de sacola ao hombro e descalço” (PU, p.47) por “charnecas, sem abrigos nem pontes” (PU, p. 47).

A celebração do dia santo, no campo, traduz-se frequentemente no abuso do álcool, daí o encontro do forasteiro com “camponeses que recolhiam bêbados” (PU, p. 48) e inopinadamente o insultam: “filho d’aquella realíssima bêbada, moinante!” (PU, p. 48)

As recordações de uma infância amarga de zorro, acolhido “No casebre do hortejo, (...) tudo sabia a amargôres” (PU, p.49) muitos “irmãos”, alcoolismo do “pai”, violência física e verbal [“palavradas crueis contra a viciosa origem do seu corpo” (PU, p. 49)] e fome [“o quinhão (...) peor e mais minguado” (PU, pp. 49-50)].

Procedimento infelizmente habitual nas famílias de acolhimento que viam nas crianças mal vestidas, mal alimentadas e espancadas criadas para todo o serviço.

O sentimento de inferioridade provocado pelas deficiências físicas [“cyphoses de trabalho (...), incurvações nas pernas, a espinha giba” (PU, p.50)] desencadeiam à sua volta “asco, receio, desprezo” (PU, p.52), desenvolvem-lhe a timidez e gosto pela solidão: “apraz-lhe a vida errante (...), emborcado nas veigas, dormir no campo, ir às empreitadas longínquas pelo tempo das cavas e das ceifas, migrar (...) dormir sobre a cortiça dos poiaes, com’os maltezes. (...) de rapaz de mandados a guardador de rebanho, de fedelho da monda a cavador de enxada” (PU, p. 50).

Em concatenação com o que acabamos de citar, é do senso comum que a gente do campo, por norma solidária, tem dificuldade em se relacionar com os membros da comunidade menos dotados física ou intelectualmente, quer apodando-os de alcunhas humilhantes e cruéis, quer marginalizando-os.

Como referências religiosas registamos a recitação da “*Salve Rainha*” (PU, p.59), *Avé Maria* e “*Bemdicto*” (PU, p.49), “*Deus foi-se embora*” (PU, p.55) traduz o sentimento de abandono por parte de Deus; “*Já o pollegar lhe fazia na testa, na bocca, sobre o peito, três signaes da cruz da cabala christã, preservativos do demo*” (PU, p.59) o sinal da cruz como protector de todos os males.

Da extensa lista de regionalismos alentejanos das fainas agrícolas, mencionamos “aldeias ratinhas” (PU, p.51) i.e. trabalhadores que iam das aldeias da montanha para o Alentejo; adiafas da ceifa (PU, p 52) i.e. refeições servidas aos trabalhadores no final do trabalho; “entrescutam-se” (PU, p.53) i.e. ouvir à distância; “tanganho” (PU, p 60) i.e. ramo seco. No âmbito de insultos, destacamos “cá está o lambão a pensar na morte da

bezerra” (PU, p 54). Aos momentos lúdicos dos trabalhadores associa-se a chula, o som das “guitarras” (PU, p 54), do “adufe” (PU, p 53) e as vozes das raparigas que cantam “O rouxinol quando bebe,/ na fonte d’agua corrente/ tira penas com que escreve/ cartas ao amor ausente”. (PU, p 53).

Entre as especialidades gastronómicas alentejanas destaca-se o “ensopado” (PU, p 53), “os arrôzes d’ôlha, gordos de toucinho, as orelheiras com couve e grãos durazios (...) e a badana guisa, fedendo os seus fartuns de mato, entre batatas, pilhas de cebolas, montes de salsa hortenses” (PU, p 53).

Das muitas tarefas rurais, algumas há mais desprezadas pela sua dureza e esforço como trabalhar no “palustre arrozal” (PU, p. 51), às “calmas nas eiras” (PU, p. 51), “no calcinante meio dia das debulhas “lavoiras nos atasqueiros dos baixios” (PU, p 51) “nos misteres humilhantes da companha: dar água aos ranchos, varrer o esterco dos corraes, levar as burras à cavalagem dos rossins”, (PU, p 52) e a mastruga da azeitona 52)

1.2.3.3. “O Filho”

O “*acocorada* no chão da sala comum” (PU, p. 84) revela a origem rural da velha a que se acrescenta o estar descalça, trajar cor escura “vestida de negro” (PU, p. 84), “xaile esfiado pela cabeça” (PU, p. 84), “uma taleiguita de estopa no regaço” (PU, p. 84) e “sob o chapéu de feltro chato o seu lenço negro de viúva” (PU, p. 84).

A grandeza do amor maternal desta mulher que “em setenta annos de labuta (...) conhecera a fome, o abandono, a viuvez e o egoísmo” (PU, p. 85) expressa-se no sacrifício de em pleno Inverno, percorrer, por caminhos acidentados e agrestes “legua e meia” (PU, p. 84), “Logo de manhãzinha ella viera, a pobre velha, por esses córregos verdes dos pinhaes, que a urze borda e o feto grosso do mato” (PU, p. 84).

O sonho dourado da emigração para o Brasil, também tocara “o filho” ausente “vae em dez annos” que “devia chegar no comboyo de Lisboa” (PU, p. 85), porém, José, que “partira, de manta ás costas, olhos azues, gorro nos olhos, os sapatos na ponta d’um bordão” (PU, p. 90) falhara e vendo-se doente, decide regressar a Portugal, morrendo na viagem. Clemente, o amigo que traz a notícia do desenlace, tipifica o emigrante bem sucedido “de chapéu de coco á zamparina, um grillhão de ricaço no colete” (PU, p. 93).

Na linguagem popular, ressaltamos a forma carinhosa da velha se referir ao seu menino: “o seu rico filho” (PU, p.90), “um rapazelho” (PU, p. 89); a sua humildade “– Há-de

perdoar. A gente é uma pobre de Christo” (PU, p.88) e as fórmulas de tratamento “tiosinho” (PU, p.84) e “tiasinha” (PU, p.89).

A presença dos trabalhadores beirões “os rabuzanos” (PU, p. 91) com os seus tamancos e a pronúncia em “xx”, [“Dormem aos montes rabuzanos que vão trabalhar para o Alentejo” (PU, p. 86) capazes de sapatear a chula “e arranhar nas bandurras fados chorosos, melodias locais duma tristeza penetrante” (PU, p. 87)] em que vibram todas as lembranças da sua terra, traduz o carácter aventureiro, simultaneamente alegre e triste dos portugueses, o seu sentimentalismo e saudosismo.

Por sua vez, a velha encarna o espírito universal cristão ao abarcar nas suas orações todos os emigrantes – “todos os dias intercede ao Santo Cristo do Bussaco, pelos que mourejam lá longe em terra estranha e possam voltar um dia, reconduzidos” (PU, p.86), enquanto o soldado corporiza “a capacidade de ouvir e partilhar” (PU, p. 85) numa generosidade “nasce do coração simples, humilde e saudoso (...) que ao ver a velha se recordava talvez de sua mãe” (PU, p. 85).

Como nota negativa do catolicismo, evidenciamos o fanatismo religioso do padre aldeão ao não permitir um funeral católico à pobre mulher trucidada pelo comboio, alegando não ter recebido a Santa Unção.

A miséria dos pobres revela-se na frugalidade das merendas [“tasquinham um pão de milho horrível, com sardinhas assadas entre as pedras” (PU, p.86), “o queijo de cabra, bacalhau cosido numa marmita velha de folha” (PU, p. 89), “o rabo de sardinha assada” (PU, p. 90)].

Numa sociedade classicista em que a segregação social era ditada pelo poder económico do viajante, explica-se a existência de salas de espera distintas para a primeira, segunda e terceira classes [“Na sala de espera da terceira classe (...) dormem aos montes rabuzanos que vão trabalhar para o Alentejo”. (PU, p. 86)].

“A velha”

O drama da velhice no meio rural em que “os velhos paes já não fazem senão dormir e comer” (PU, p. 179-180) despoleta um sentimento de repulsa por parte dos companheiros dos filhos: “Que vinténs nós pouparíamos marido ao canto da arca se teu pae nos não pezasse tanto, o estupor ruim!” (PU, p. 180).

O ódio da nora à velha doente que quase não podia “mexer palha”, leva-a a lamentar “a *bucha* arrancada á broa de milho” (PU, p. 173) e à panela do caldo verde, escorraçando-a de casa perante a passividade do marido [“mas o filho da velha (...) deixara-se ficar calado” (PU, p. 174)] num modelo de sociedade matriarcal rural em que a autoridade da mulher se sobrepõe à do marido.

As palavras marcadas pelo ódio [“ – Já vossemecê sabe que ninguém lhe acudirá. Que abale ou fique, pouco se nos dá” (PU, p. 175)] levam velha “a erguer por sobre os ombros á guisa de capote a saia de estamemha que trazia vestida” (PU, p. 174) e a partir. No meio do abandono dos homens resta a invocação do divino, a recitação de “uma Salve Rainha a Nossa Senhora da Mortágua” (PU, p.175) e a promessa de “levar-lhe para a lâmpada, uma almotolia de azeite” (PU, p. 176), fé também presente nas atitudes do dia-a-dia [“ergue os olhos a Deus” (PU, p.176)] e na gratidão do velho moleiro: “É como se a minha mana voltasse, graças a Deus” (PU, p.178).

O registo da linguagem popular assinala-se nos objectos de uso quotidiano: “malga” (PU, p. 174) i.e. tigela; “alguidar” (PU, p. 175) i.e. recipiente e os adjectivos “assanhada” (PU, p. 173) i.e enfurecida, “estuporado” (PU, p. 176) i.e. maldito, “pachorrenta” (PU, p.179) i.e. paciente.

Nas suas reminescências da juventude, sobressaem as idas às romarias, os prazeres campestres [“Em solteira, ia ella no carro de bois, pela romaria d’agosto” (PU, p. 176)] e o vestuário [“chapéo novo, lenço de sêda, e tamancos de polimento, mais ricos, com seu tacão encarnado” (PU, p.177)].

As figuras poéticas do moleiro, moinho e burro conotam-se com a paisagem bucólica das nossas aldeias com o pão, alimento abençoado que mata a fome aos pobres, daí o seu ideal de vida e felicidade ao lado da mulher amada basear-se numa vida pacífica “com um bom jantar ao canto do fogo, abóboras a curtir no telhado do alpendre, e três ou quatro porcos no chiqueiro, para a fartura do anno” (PU, p. 180)

Mais uma vez deparamos com a ida para soldado como uma desgraça na vida do camponês, que desenraizado do seu meio, perde tudo, até a sua comprometida: “Tinha jurado esta não casar com outro, á hora d’elle partir para soldado. E encontrara-a casada, ao voltar, o pobre diabo” (PU, p. 178)

1.3.Trindade Coelho (n. 1861 – m. 1908)

1.3.1.*Os Meus Amores*

1.3.1.1.“Idílio Rústico”

Se o trabalho do campo começa com o nascer do Sol, o do pastor começa quando todos ainda dormem [“dormia-se a sono solto por todas aquelas casas” (MA, p. 13)], sendo os únicos sinais de vida, o ladrar dos cães, o chocalhar do rebanho e o canto dos galos que saudavam a madrugada para terminar ao anoitecer [“chegaram, tinha anoitecido havia instantes” (MA, p. 27)]. Contrastando com os sinais de vida no interior da aldeia, [“passadas as últimas casas o silêncio condensava-se” (MA, p. 13)], cortado apenas pelo canto das “cigarras e grilos e pelas rãs que coaxavam nas regueiras” (MA, p. 14).

A imagem do pastorinho conduzindo o rebanho à luz “alvacenta” (MA, p. 14) pelo “córrego” (MA, p. 14) ladeado de azinheiras e colhendo “amoras frescas do silvado” (MA, p. 14) é um belo quadro bucólico, contudo, não despido de perigos adivinhados no medo de Gonçalo às cobras e no seu desabafo ao chegar ao rio [“Uf! até que enfim! (...) Nada mais fácil do que terem-me saído os lobos” (MA, p.15)].

A linguagem dos pastores acusa muitos regionalismos quer nas saudações entre Gonçalo e o guardador do meloal da fidalga: “Madrugas hoje, Gonçalo!” (MA, p.14), “Saùdinha” (MA, p.14); quer entre os dois pastorinhos “Eh lá, Gonçalo, és?” (MA, p. 17), “Guardete Deus pimpona!” (MA, p.17), “Ora viva a Rosária” (MA, p. 18), a expressão “Então que ventos?” (MA, p. 18) ou “que contas?”, “novidades?”, nas fórmulas de juramento: “Pois assim me Deus salve” (MA, p. 25), “Inda vais feita no que disseste?” (MA, p. 25), “Tate” (MA, p. 16) interjeição que exprime lembrança repentina, “Boto” (MA, p. 17) por “vou”, “Nanja ele” (MA, p. 18) com o sentido de “ele não” e “Taleigos” (MA, p. 21) que são “sacos estreitos e compridos”.

A nível de fé, a convicção de Rosária esbarra com o cepticismo de Gonçalo que, por ter perdido uma irmã, considera que os santos não ouvem as preces dos homens. Perante a promessa muito habitual, entre o povo, de oferecer o cabelo em sinal de agradecimento pela graça recebida, o que se compreende por na época ninguém usar o cabelo cortado e ter o maior orgulho nas suas tranças, sendo portanto um enorme sacrifício o seu corte. Já a promessa que a mãe de Gonçalo fizera pela cura da filha, contemplava a oferta de uma

ovelha, que representava um grande sacrifício, dado o valor assumido por cada animal do rebanho na economia doméstica.

A comprovar a fé do povo, registamos a existência de um oratório ao “Senhor Salvador” (MA, p. 18) num pequeno e humilde nicho a meio da ponte, a “velha prece” (MA, p. 18), recitada por barqueiros e almocreves para os proteger de “naufrágios no rio e maus encontros por aqueles caminhos escabrosos” (MA, p.18). Finalmente, a referência a “Nossa Senhora dos Remédios” (MA, p. 22), a quem Rosária oferecera as tranças como promessa da sua cura.

No âmbito da doença, a narrativa transporta-nos, ao século XIX, em que os vocábulos “maleitas” (MA, p. 21) e “quartãs” (MA, p. 18) se conotam com “febres”.

De acordo com a legislação socio-laboral actual, a actividade destas crianças seria rotulada de exploração infantil pela sua dureza: esforço físico dispendido, alimentação frugal [“azeitonas, um naco de queijo, pão” (MA, p. 27)], falta de conforto no repouso [“deitaram-se sobre o colmo cobrindo-se com as mantas e achegando para a cabeça (...) os bornais que faziam de cabeceira” (MA, p. 26)], medos a vencer e ainda perigos nascidos da solidão (ataques de lobos, maus encontros, ...); todavia, estas crianças a quem são atribuídas responsabilidades de adultos [“E foram-se ter conta no rebanho, que choviam as coimas e as denúncias” (MA, p. 20)] são meninos que gostam de brincar e daí vemos estes dois pastorinhos a jogar o “bilro”, “o fito, as necas, a bilharda” (MA, p. 24), a armar aos pássaros e à “pocinha” (MA, p. 24). Outro passatempo comum aos pastores é a música aqui representada pela flauta do pastor e o canto da pastora na moda popular da pastorinha [“Onde vás, ó Pastorinha, / Ai-li ai-li, ai-lé...” (MA, p. 20)].

Além da profissão de pastor, são ainda referenciadas as de “almocreve” (MA, p. 26), “barqueiro” (MA, p.18), “moleiro” (MA, p. 26) e “guardador” (MA, p. 26).

O maravilhoso sempre presente nas crenças populares é-nos trazido pela “lenda das mouras a caçar com redes de ouro” (MA, p. 26) como explicação do fenómeno da reflexão da luz ao pôr do Sol nas águas do rio “nas rugas da corrente, uma luz alaranjada tremeluzia, tirando a água a sua translucidez normal” (MA, p. 25).

Num quadro colorido de Verão, vibra a vida campesina, no auge da labuta diária, numa descrição em que predominam as sensações visuais “pelos caminhos em torciclos viam-se machos carregados ” (MA, p. 21), nos “vinhedos verdejantes” (MA, p. 21); cinéticas “movimento extraordinário de asas” (MA, p. 21) e auditivas: toque dos “sinos que chamavam” (MA, p. 21), “música dos ninhos” (MA, p. 21), “rumor de gente por

moinhos e atalhos” (MA, p. 21) e ainda uma enumeração de aves dos nossos campos: perdizes, andorinhas, tordos, poupas e melros.

1.3.1.2. “Sultão”

Num quadro rústico em que a agricultura é o *modus vivendi*, predomina o léxico conotado com época das ceifas “palha das parvas, medas altas” (MA, p. 38), à acção de “arrebanhar o grão” (MA, p. 38) e a importância dada aos animais ligados à faina agrícola [“Sultão” - o burro, o jericó ou o “jumento” (MA, p. 32)] e os “bois gigantes” (MA, p. 38), sem falar da avicultura tão presente na economia doméstica rural [“Galinhas cacarejando” (MA, p. 33)]. Registamos ainda uma extensa lista de ferramentas e utensílios ligados à lavoura: rasouro, espalhadora, malhos, pás, baleios, sacos, rasas, utensílios da trilha, tulhas e angarelas.

O lavrador de nome Tomé e de alcunha “da Eira” (MA, p. 29), homem trabalhador, “madrugador como um melro” (MA, p. 30) e bondoso para os animais, que proíbe que abusem da sua força [“Não piques os bois, a carrada é valente (...) deixa ir a passo” (MA, p. 40); “não ia para a cama sem descer primeiro ver o Sultão” (MA, p. 36)] e pôr-lhe na manjedoura “a bela quarta de grão, acogulada!” (MA, p. 36), ou mandar preparar-lhe um petisco no seu regresso a casa [“Neste alguidar do meio umas sopas de vinho para o Sultão” (MA, p. 47), “mas quer-se coisa que farte” (MA, p. 48)], atitude louvável, muitas vezes esquecida por proprietários menos sensíveis que maltratam os animais, quer a nível da alimentação, quer do esforço que deles exigem; brincalhão no trato com o Sultão, o jumento que ele adorava [“era de ver como ele ria (...) das «partidas» e «diabruras» do Sultão!” (MA, p. 33)] e tão crédulo que acreditava na lenda da burra que falou [“E piamente, (...) achava verosímil a lenda da burra que falou” (MA, p. 36)].

O “mourejar no campo” (MA, p. 29) que deixa os homens extenuados, enche também as bocas de cantigas [“ao fundo da eira um rancho de mulheres cantava” (MA, p. 39)].

Como marcas da época, registamos a unidade monetária do tempo “um pinto” (MA, p. 29) e o grito de socorro “Aque-d’el rei” (MA, p. 37); a iluminação a azeite “Candeia” (MA, p. 36), a moda masculina da “jaqueta” e um dos principais passatempos dos rapazes, ir roubar ninhos [“vir dos ninhos” (MA, p. 47)] tacitamente aceite pelos adultos, que leva Afonso Lopes Vieira, (1878 - 1946), no seu poema “Os Ninhos”, a

condenar o acto e a apelar à sua protecção: “Nunca se faça mal a um ninho, / À linda graça de um passarinho! / Que nos lembremos sempre também / Do pai que temos, da nossa mãe!”.

A linguagem rica de regionalismos engloba os vocábulos: “caravelho” (MA, p. 30) i.e. peça de madeira para fechar portas, “cortelho” (MA, p.30) i.e. “curral”, “verdasca” (MA, p. 35) i.e. uma vara pequena e flexível.

Marcando o espírito piedoso do povo surgem várias expressões, entre as quais, fórmulas de juramento [“Assim me Deus salve” (MA, p. 40)], pedido de socorro no meio de uma aflicção à Virgem Maria [“Voltavam-se de mãos postas para a capelinha próxima, rogando o socorro da virgem” (MA, p. 42)]; o hábito cristão de pedir a bênção a padres, pais, avós e padrinhos [“Deus te abençoe” (MA, p. 29)] e o acto cristão de se benzer perante situações aflitivas [“A mulher, do alto da escada, benzia-se” (MA, p. 46)].

A nível popular, registamos as fórmulas de tratamento “Tia Luísa” (MA, p. 35), “Ó coiso” (MA, p. 39), manifestações de desespero “cum raio” (MA, p. 45) e “seiscentos milhões de diabos” (MA, p. 42); ameaça ou aviso i.e. “Não me fanfes, mulher” (MA, p. 47), medo i.e. “tremar como varas verdes” (MA, p. 42); ordem de afastamento i.e. “arreda” (MA, p. 41); pau grosso e curto i.e. “cacete” (MA, p. 42); convite para beber i.e. “toma uma pinga” (MA, p. 48), resolver a bem i.e. “prometer levar aquilo às boas” (MA, p. 43); gotas do suor i.e. “bagas das camarinhas” (MA, p. 43); concordou para entreter i.e. “desfastio” (MA, p. 44); não lhe desse a mania i.e. “não desse na bolha” (MA, p. 34) e algo importante i.e. “qualquer coisa de tomo” (MA, p. 47).

Assinalamos três apontamentos rústicos: a tragédia dos fogos [“Às janelas assomava gente, perguntando se era algum fogo” (MA, p. 46)]; o hábito de festejar qualquer alegria com foguetes [“o caso era para foguetes” (MA, p. 45)] e ainda o costume popular de oferecer vinho como forma de festejar e partilhar a alegria [“abraçado ao garrafão (...) caneca de vinho para a direita, caneca de vinho para a esquerda” (MA, p. 48)].

1.3.1.3. “Última dádiva”

O mundo rural vem até nós através de um belo horto à beira rio [“perto da nora, sob a umbela tufada e virente da antiga magnólia” (MA, p. 49), “heras que (...) pendiam dos beirais enlaçadas com as trepadeiras” (MA, p. 49)], mas decadente como demonstram o

“portelo mal seguro” (MA, p. 49) e “a mísera casinhola de alpendre, apenas com uma porta e duas janelitas” (MA, p. 49). Para a sobrevivência “legumes de todas as castas e (...) frutas nas estações competentes – cerejas, peras, maçãs, pêssegos” (MA, p. 50).

Era aqui “sob o alpendre, braços nus e peito nu, o chapeirão de palha grossa resguardando-lhe a cara” (MA, p. 50) que decorriam as tranquilas sextas de Verão do proprietário e também que sob as estrelas e no meio do “silêncio da noite” (MA, p. 52) eram vividas horas agitadas de insónia e dor.

O sentimento de solidariedade rural manifesta-se na preocupação do rapaz que passa na rua em defender os bens do vizinho que julga estar a ser assaltado [“aquilo era mariola de larápio que vinha por ali fazer das suas. Agachou-se, e pôs-se a procurar uma pedra” (MA, p. 52)] e depois na aflição de que ele não esteja bem: “Dói-lhe alguma coisa, ó Tio José?!” (MA, p. 53) – forma de tratamento comum nas aldeias portuguesas.

Outrora, no campo era vulgar o uso da pedra, como arma de defesa ou ataque, o que podia causar graves consequências, contudo, com o aumento da violência hoje conhecido, verifica-se o uso frequente e descontrolado de armas brancas e de fogo nos meios rurais.

Embora a emigração seja um drama, a partida para o Brasil, na época, tinha uma carga negativíssima, dada a longa distância e a separação ser vista como para sempre, como se a pessoa fosse morrer. O barqueiro anima o pobre pai, dizendo “porque o pequeno vai para o Brasil, não fique (...) a pensar que o não torna a ver” (MA, p. 54), mas, a separação entre pai e filho é lancinante: “Adeus, pai!” (...) Adeus, filho!” (MA, p. 56).

A referência a uma andorinha faz-nos lembrar que estas aves são bem amadas pelo povo e pelos lavradores em geral que vêm na escolha dos beirais do Lar e nos ninhos uma espécie de bênção: “Debaixo do alpendre, o Joaquinzito ficou-se (...) a olhar o tecto, - A andorinha, filho?! (...) Deixa que eu hei-de olhar por ela” (MA, p. 56).

Por fim, assinalem-se as marcas de fé presentes na entrega do filho à protecção divina “Vai com Deus, vai” (MA, p. 53), “Nossa Senhora te veja ir”. E fez-lhe prometer que havia de rezar sempre a Nossa Senhora: “eu também rezaria, pois era ela que dava saúde, quem fazia a gente feliz...” (MA, p. 58) e a crença na comunhão dos mortos “Não te esqueças dela e mais da alminha de tua mãe e de tua irmã (MA, p. 58), “é a medalhinha da tua mãe, meu filho! Reza-lhe, sim?!” (MA, p. 59).

1.3.1.4. “Prelúdios de Festa”

O impacto das romarias no mundo rural, a “honra” de ser escolhido para a comissão de festas – “A começar pelo juiz, todos os da mesa eram de respeito – abonados e escolhidos” (MA, p. 63) com despiques que levam a querer fazer sempre melhor “se fosse preciso até vendia a camisa do corpo!” (MA, p. 68) para que a festa da “Senhora das Dores” (MA, p. 80), fosse a festa mais falada e nunca esquecida nas redondezas: “a festa há-de ser de arromba” (MA, p. 80).

E, se o estourar dos foguetes alegra, o fogo preso é o encanto dos olhos de crianças e adultos que deliram com a animação dos bonecos ou animais que espirram cor e ruído: “o fogo preso, que afinal era o melhor da festa vinha lá de Chaves” (MA, p. 63).

No entanto, as preocupações de um “juiz da festa” não ficam pelos foguetes, há que pensar no pregador, [“quatro padres” (MA, p. 73)], na comida para os convidados [“Leitões (...) três pelo menos” (MA, p. 68), “vitela” que “o pregador dava o cavaco por um bom pedaço de vitela assada” (MA, p. 68)], na música [“mandei pedir para o Porto uma palheta para o clarinete do Alves” (MA, p. 73), “quatro músicos” (MA, p. 73)], nos andores, no número de anjos e a busca de personalidades para “ir ao pálio” (MA, p. 74). Os despiques entre mordomos levam frequentemente ao uso de pasquins insultuosos que inevitavelmente conduzem a zaragatas, inimizades, mesmo a ódios que, muitas vezes, atravessam gerações – “E foi-lhe uma bofetada para a cara (...) Agora o papel, olhe – Fê-lo em pedaços e atirou-lhe com eles à cara aparvalhada” (MA, p. 79).

A nível da moda masculina, destaque-se o impacto social do acto de usar ou não chapéu, como definição do seu estatuto e educação.

Às expressões da linguagem popular: “foi matar o bicho” (MA, p. 79) i.e. quebrar o jejum, “Farófias” (MA, p. 66) i.e. gabarolices, “Varrera uma feira” (MA, p. 66) i.e. causar uma grande zaragata, “Mas hoje é que não, aquilo já está fechado, o fio” (MA, p. 75) i.e. o telégrafo está fechado; acrescentam-se as marcas de religiosidade: “graças a Deus” (MA, p. 74) e “Roubaram o Nosso Pai, aposto”? (MA, p. 77).

Como documentos etnográficos, registamos: os provérbios – “Vozes de burro não chegam ao céu” (MA, p. 78), “Leitão de mês cabrito de três” (MA, p. 68), “Nunca ouviste dizer que se põe o ramo numa porta e que se vende o vinho noutra”? (MA, p. 75); as cantigas populares: “O ladrão do negro melro / Onde foi fazer o ninho!” (MA, p. 76); as alcunhas ligadas a deficiências físicas: “José Manco” (MA, p. 76), à profissão:

“José da Loja” (MA, p. 68), “António Capador” (MA, p. 74), “Teles Escrivão” (MA, p. 74) “Manuel Cortador” (MA, p. 69) ou à residência: “Morgado da Fonte” (MA, p. 74), terminando com a receita caseira de limão azedo para curar as “quartãs” (MA, p. 71).

1.3.1.5. “Vae Victoribus!”

Num cenário rural, tempestuoso e sinistro, um homem do campo, o José Gaio, que regressa do monte, por entre os castanhais (MA, p. 108), ansioso por alcançar a sua casa situada na ladeira (MA, p. 107), ouve aterrado, uma voz lúgubre que não sabe donde vem “de repente sem saber donde, alguém chamou por ele lugubrememente: – Ó José Gaio!” (MA, p. 108); nove vezes a voz repetiu o chamamento, fazendo-o ficar petrificado perante a cruz negra ali erigida para lembrar a morte do José Tendeiro “era o sinal de ali terem matado o José Tendeiro” (MA, p. 108), “quis fugir, mas o medo parece que lhe tolhia as pernas” (MA, p. 108), “uma imobilidade de estátua prendia o camponês à terra” (MA, p. 108), “parecia colado à lama, preso ao caminho como se fosse uma rocha” (MA, p. 112).

A crença na justiça de Deus, tão presente na mente popular através de vários aforismos como: “ Deus não dorme” ou “Quem com ferros mata, com ferros morre” está patente no local da morte do José Gaio, precisamente diante da cruz “ altiva, serena, intemerata, recta como um exemplo” (MA, p. 111), que recorda o assassinio do José Tendeiro e na forma ignominiosa como ele morre” como um boi que uma malhoadada prostrou”, (MA, p. 111); “sangue pelos olhos, sangue pela boca, sangue pelo nariz” (MA, p. 114), reiterada através da reveladora oração do velho abade “Senhor! Senhor! A vossa justiça é tremenda, como é infinita a vossa misericórdia!” (MA, p. 114).

A imagem da cruz negra, “aquela cruz preta de longos braços, sempre abertos e sempre firmes“ (MA, p. 109), cor que podemos conotar com o pecado e a visão das gotas de chuva vermelhas como sangue “dos seus braços abertos as gotas de chuva caíam, vermelhas à luz como grossas lágrimas de sangue...” (MA, p. 113), conotam-se com o crime sem castigo, praticado por aquele “miserável, o “estafermo” (MA, p. 113) sobre o José Tendeiro “ali assassinado havia anos numa noite como aquela” (MA, p. 113). A voz que o chama, à luz da crença popular, em almas penadas, será certamente a do morto que o persegue do Além e não a voz da sua consciência perturbada pelo ambiente que o rodeia. Mas, a recitação do “Magnificat” (MA, p. 107), a elevação do pensamento

a Deus “Vamo’s lá com Deus” (MA, p. 107), a visão dos “braços da cruz negra” (MA, p. 108) e o “murmúrio de prece” (MA, p. 113) do filho do José Tendeiro remetem-nos para a crença no Altíssimo.

O cunho rural do conto em análise, manifesta-se nas alcunhas ligadas “José Tendeiro” (MA, p. 108) i.e. à profissão e “José Gaio” (MA, p.10) i.e. ao pássaro; na linguagem: “a tais desoras” (MA, p.112) i.e. muito tarde, “noite velha” (MA, p.113) i.e. muito tarde; “recolhia do monte, sachola ao ombro” (MA, p.107) i.e. no trabalho agrícola conotado com a sachola e na paisagem invernal, não humanizada, marcada por “ramos despídos dos castanheiros” (MA, p.107), o “caminho lamacento encharcado” (MA, p.107), a ponte, a ladeira e as urzes.

1.3.1.6. “A Lareira”

Uma típica casa de lavoura portuguesa com varanda de pedra, lojas, “onde os laregos e uma burra se arrumavam” (MA, 195), tulha, curralada dos bois, cheia de feno e de palha, “nas sobrelojas, (...) quadra para as ovelhas (...) manjedoura pràs vacas” (MA, p. 195). No interior, casa arrumada, bem organizada que era a admiração da comadre Aniceta “não se fartava de reparar com reverência naquele arranjo” (MA, pp. 195-196). Sublinhe-se o hábito das mulheres cheirarem rapé por lhe serem atribuídas propriedades medicinais para a memória [“a sua caixinha redonda de lata, onde trazia muito moídas as pontas de cigarrilhas do seu José” (MA, pp. 196-197)].

A importância social do “barbeiro e cirurgião” (MA, p. 200) a quem o povo recorria em busca de cura para os mais variados males e se fazia pagar em dinheiro ou géneros alimentares, aplicando a mesma panaceia a qualquer mal, transmitidos ao longo dos séculos pela cultura popular: sangrias, sanguessugas e compressas de vinagre [“Pus-lhe umas bichas na maçadura” (MA, p. 211), “Quem me trazia o vinagre e ensopava os parches” (MA, p. 211)].

Aniceta, uma personagem tipo, simboliza as coscuvilheiras presentes em todos os micro espaços rurais, onde minguando os temas de conversa e distrações e conhecendo-se toda a gente se torna quase impossível a preservação da intimidade, até porque a própria construção das habitações com as suas telhas vãs permitem que tudo o que se passa em casa de cada um seja escutado na rua e na do vizinho; as interesseiras que normalmente servindo-se da lisonja e hipocrisia procuram servir os seus interesses pessoais: “já se

não vai sem levar maquia” (MA, p. 197), “Escondeu (...) debaixo do mandil, o pedaço de unto” (MA, p. 198) e ainda as más-línguas e as vingativas: “aquela canastra” (MA, p. 223), “e já não houve nome feio que lhe não chamasse, nem praga que lhe não rogasse!” (MA, p. 223).

Nos meios rurais, era uso levar o “jantar” – refeição do meio-dia – aos locais de trabalho dos homens: “Ó minha mãe (...)! Olhe que se vão fazendo horas de mandar o jantar ao pai” (MA, p. 197). Mas, à ceia, é na cozinha, que José da Lorna come na sua “grande malga castelhana” (MA, p. 205) o “caldo bem esverçadinho com batatinha picada” (MA, p. 204) e fatias de “pão centeio de sete arráteis” (MA, p. 205), seguido de batatas cozidas com “o molho” (MA, p. 205). De referir que no meio rural, as refeições assumem uma denominação diferente do meio citadino, assim, pequeno-almoço é almoço, almoço é jantar e jantar é ceia, hábito que talvez possa ser explicado pelo facto de, muitas vezes, os lavradores irem regar os campos, por volta das cinco da manhã ou até mais cedo, por ser a hora em que tinham direito à serventia das águas comunitárias, e daí quebrarem o jejum antes de sair de casa, pelo que quando regressavam a casa, para eles, já não se tratava de tomar um pequeno-almoço, mas um almoço.

Destacamos ainda o hábito do homem da casa comer separado das mulheres, pois, enquanto ele comia sentado à mesa, elas comiam com as crianças e os criados à volta da lareira.

A Acção de Graças que era um costume das famílias cristãs portuguesas foi-se perdendo nas últimas décadas, porque as gerações mais novas consideravam tal acto como algo ultrapassado, provinciano, tendo mesmo vergonha de assumir a sua cristandade publicamente. Neste conto, é adoptada a postura de recitar a oração em Acção de Graças “Caminhamos e andamos,/ Damos graças ao Senhor/ Em seu bendito louvor./ Assim como nos deu pra agora,/ Nos dê pra sempre a toda a hora/ que o quisermos comer” (MA, p. 205).

Realcemos o facto de a mulher do campo ser encaminhada desde criança para a aprendizagem dos trabalhos de costura, do fiar e fazer meia, como forma de ajudar a economia doméstica e aproveitamento da lã das suas ovelhas ou do linho cultivado: sentaram-se a “fazer meia” (MA, p. 202), a mãe “enfioi a roca e pôs-se a fiar” (MA, p. 205), à luz da “candeia de velador” (MA, p. 212).

Num texto rico em expressões populares, destacamos o vocábulo “*enzoneira*” (MA, p. 197) / onzeneira, que desperta em nós reminiscências da obra vicentina. A fórmula “Ora

viva a linda flor!” (MA, p. 197), de carácter carinhoso ou lisonjeador, tinha as suas variantes, sendo que uma menina bonita era “a minha flor” e se fosse menino “o meu cravo”.

As histórias infantis à maneira das fábulas de La Fontaine, contadas às crianças tinham frequentemente o lobo e a raposa como personagens, sendo ela invariavelmente a astuta, a espertalhona e ele o bruto, o estúpido. No decorrer das longas tardes ou noites de Inverno, à volta da lareira, também se brincava com as palavras, tentando repetir sem se enganar lengalengas de fonética complicada, tal como: “Passarinhos ao ninho,/ Ninho à gaiola,/ Gaiola à mesa,/ Mesa à casa,/ casa à rua,/ Rua a Roma!” (MA, p. 215-216); decifravam-se adivinhas, cuja solução estava frequentemente ligada à realidade rural como, por exemplo, a dos ouriços das castanhas: “Alto cavaleiro,/ Abrem-se-lhe as bolsas,/ cai-lhe o dinheiro” (MA, 237).

É surpreendente sobretudo para a gente da cidade a capacidade do povo prever o tempo através da cor do céu e das nuvens ou do soprar do vento, assim como na sabedoria dos provérbios, mas, o mais espantoso é que raramente falham e também a sabedoria ligada aos provérbios “Céu escavado aos três dias é molhado” (MA, p. 211) e “Não está hoje o forno para rosquilhas” (MA, p. 229), ou seja, se o forno não acende, é sinal de chuva e “Pró ano ser de pão, sete neves e um nevão” (MA, p. 247).

Após um período em que a riqueza da medicina natural de raiz popular foi ostracizada pela medicina convencional, assiste-se presentemente à sua valorização e ressurgimento através das medicinas alternativas. Contudo, a par dos remédios caseiros das nossas avós, à base de ervas (o alecrim), flores (sabugueiro), folhas (funcho), bagas (zimbros), raízes (morango) sempre caminharam as “benzeduras” que consistiam num ritual em que invocando o nome de Nosso Senhor, da Virgem Maria ou de um Santo, se pedia a cura do mal das aftas, do pé desmanchado, da erisipela ou gaguez “E como estará do erisipelão a Maria Espanhola? – Mal! Plos modos inda lá vai a benzedeira (...) A Mónica sabe benzer” (MA, pp. 245-246);

Já no que diz respeito às cartas, jogo de homens, não era bem visto por muitos, pela associação a tabernas, jogo a dinheiro, apostas, perdas de pobres salários ou grandes quantias, bens imóveis, havendo mesmo quem chegasse “a jogar a própria mulher”, a ponto de levar ao suicídio, tendo sido muito comentado, na época, em certos círculos sociais, a morte de um irmão do poeta Augusto Gil que se suicidou por dívidas de jogo.

Excepuava-se pelo seu carácter infantil o jogo do burro e o mafarrico: “ter jogado com umas raparigas *o mafarrico*, numa noite de Natal” (MA, p. 230).

Numa sociedade regida por princípios morais e religiosos em que se pedia a bênção aos pais e padrinhos, beijando-lhes a mão, se rezava em família [“sacou do seu rosário de contas de pau com sua cruz de osso no fim, e passou ao velho para que «contasse» a coroa (...) para começarem por meia hora as outras rezas de todas as noites” (MA, pp. 219-220)]; se respeitava o sagrado [“Com santos não se brinca” (MA, p. 245), “Louvado seja Deus” (MA, p. 195)]; era impensável ver um filho a fumar ou mesmo a jogar diante dos pais, sem que para isso lhe fosse dada licença, rezando ao tocar das trindades, ia-se à missa do galo.

Pela sua importância, não podemos deixar de referir a chaga social dos zorros e crianças expostas que frequentemente eram entregues a famílias rurais que as criavam, fazendo-as participar nos trabalhos domésticos ou agrícolas: “Tinha sido exposto da Santa Casa, medrara na roda, e quando chegara aos sete anos fora entregue ao José Lorna pela justiça” (MA, p. 214).

“Vae Victis!”

Num conto que fazendo eco das redondilhas camonianas enquadra a moça do campo num cenário bucólico a caminho da fonte [“Descalça vai para a fonte/ Leonor pela verdura (...) Leva na cabeça o pote”], encontramos Luísa “de cântaro deitado sobre a cabeça” (MA, p. 251), a chegar ao “recanto” (MA, p. 251), onde se ouvia o “murmúrio da água da bica derivando viva e clara de um pedaço de telha partida” (MA, p.251). O micro espaço que rodeia a fonte surge como um lugar bucólico “verdegavam perto os lameiros” (MA, p. 251), “no azul do ar (...) os pássaros chilreadores” (MA, p.257) e “Na superfície do pequeno tanque, (...) o céu espelhava-se límpido” (MA, p. 257).

Na solidão da fonte, a rapariga relembra o pedido de Tónio “Dás-me um beijo, Luísa?” (MA, p.252), naquele domingo de tarde no adro da igreja em que “Os homens em descanso conversavam de lavouras, (...) as mulheres tagarelavam em grupos, de cocarinhas no terreiro sagrado; e ela, com outras da sua igualha, chasqueava, à porta da igreja, dos moços que jogavam à barra” (MA, p. 252).

E desde então sentada ao tear, tarefa frequente entre as mulheres do campo “Voavam-lhe as horas neste enlevo (...) e o mundo, a felicidade (...) o próprio Deus, residia tudo dentro dela” (MA, p.254).

A caridade de Luísa serve de pretexto para recordar o hábito cristão de dar esmola aos pobres em nome de Deus “Faça favor de trazer um bocadinho de pão, que está aqui um pobrezinho” (MA, p.255) e registar a fórmula regional de a recusar e “Dá-lhe o perdão” (MA, p.255). Da conversa de “namoro” dos jovens, relevamos as expressões populares “desandara lesto” (MA, p.252) e a onomatopeia “Coch’qui! Coch’qui!” (MA, p. 257) que imita o chamamento dos suínos. E porque era São João “dois cacos de manjericos” (MA, p. 255) à janela, ficamos a conhecer as tradições são joaninas inspiradas na tradição de escrever o nome de vários rapazes ou raparigas em papelinhos e colocá-los debaixo da travesseira na noite de São João, para de manhã meter a mão e tirar um à sorte que, segundo a tradição seria o que tinha o nome do futuro consorte: “Seguro que não botaste no S. João os teus papelinhos, ó Tónio? (MA, p.256).

O final do conto conota-nos com o cenário duma cantiga de fonte da poesia trovadoresca em que a rapariga tarda, porque se encontrou com “o amigo” e ficou a namorar, causando estranheza à mãe que a interroga [“ – Digades, filha, mia filha velida;/ porque tardaste na fontana fria?/ Os amores hei”], pois, do mesmo modo Luísa ali fica perdida nos seus pensamentos: “Reparou então que estava cheio o cântaro e já a transbordar (...) viu de repente assomar o Tónio num deslado (...) e, como se a cumplicidade do lugar e do silêncio o estimulasse (...) apertou-a nos braços (...) beijou-a num frenesi” (MA, p.258).

“António Fraldão”

Situação dramática da rapariga do campo abandonada pelo namorado [“esse enganou-te, não é verdade? – disse que casava contigo e não se casou!” (MA, p. 266)] que encontra um novo amor, capaz de vencer todos os preconceitos e fazê-la feliz e vê essa felicidade ameaçada pelo mau carácter do sedutor que a continua a perseguir, apesar dos seus protestos [“Vai-te, deixa-me, tem dó de mim (...) e se abres mato-me (...) Vai-te, bem bonda o que me fizestes” (MA, p. 271)]. Enraivecido pela ameaça do novo amor da mulher que abandonara, ataca-o numa luta de pau [“tomou a ofensiva (...) brandindo o pau contra o adversário” (MA, pp. 277-278)], mas acaba por morrer às mãos de um

homem digno transformado por amor em assassino. Preso, Fraldão conhece o sofrimento da cadeia, a dor de ver a mãe morrer de desgosto que “coitada, a chorar por ele e a rezar, expelira sem o ver o último alento” (MA, p.282), mas cumpre a promessa que fizera à mulher amada, casando com ela ainda na prisão [“tinham-se casado na cadeia meses antes (...) sendo posteriormente “absolvido unanimemente” (MA, p. 282)].

De referir que o varapau usado como arma de trabalho, na condução do gado, como apoio nas longas caminhadas por terrenos acidentados, serve frequentemente como arma de ataque ou defesa na luta com animais, por exemplo, o lobo que rondava o rebanho, ou em rixas de feira ou romaria, revelando-se extremamente perigosa e responsável por um sem número de crimes. Reflectindo sobre este tema vem-nos à memória *O Malhadinhas* de Aquilino Ribeiro, como maior jogador de pau, da nossa literatura regionalista.

1.3.1.9. “Manhã Bendita”

Acção banal no século XIX, o abandono de um recém-nascido, “um zorro”, um enjeitado, à porta de alguém considerado capaz de o acolher e proteger [“sentiu passos de alguém que fugia” (MA, p.284), “Era um embrulho (...) um recém-nascido, envolto nuns trapos velhos” (MA, p.284)], o que aponta para uma situação de miséria. A necessidade de alimentar o bebé leva a pensar numa ama de leite [“Ele quem há por aí que tenha leite? A filha do António das Veredas (...) A. Brites que lhe morreu o cachopo!” (MA, p.285)], personagem muito vulgar na época, sobretudo nas camadas sociais mais abastadas.

A cena de ciúmes da Senhora Joana ao marido justifica-se pelo facto de muitos destes enjeitados serem postos à porta do pai biológico [“Agora até os filhos das outras! (...) rompeu a chorar – jurando que o «filho» era do seu homem! (MA, p. 288)]. De registar o valor que tinha um juramento feito em nome do Divino, pois o temor a Deus impedia de invocar o seu santo nome em vão.

Note-se que a fórmula de tratamento “vocemecê” na linguagem popular tem origem na forma erudita Vossa Mercê, de que mantém o cunho respeitoso: “Vocemecê não ouve bater?” (MA, p. 283).

O povo português gosta de brejeirices, de palavras de duplo sentido, traço, aliás já registado em alguns exemplares, nas cantigas de escárneo e maldizer da poesia galaico-portuguesa, actualmente representada, por exemplo, pela dita música “pimba”, que tirando partido dessa característica lusitana, continua a explorar temas brejeiros, alcançando grande sucesso desde o mundo rural ao universitário [“Mas se elas se metem comigo (...) Não hão-de dizer que não tens homem! (MA, p. 290)].

As juras, ou fórmulas de juramento em nome de Deus, como marcas do catolicismo nacional, certamente saltaram da rua para os tribunais: “com os dedos em cruz chegados à boca: - Pois juro que não é meu o rapaz! – E beijas a cruz?! – E assim te Deus dê saúde, ó José?! – Assim me Deus dê saúde!” (MA, p. 289).

1.3.1.10. “Manuel Maçores”

O estatuto sócio-profissional de Manuel Maçores, trabalhador rural, é-nos dado pela referência às suas ocupações: “andara a lavrar toda a manhã, seguia com os bois para um lameiro do amo” (MA, p. 301).

Os seus amores secretos com a filha do patrão, “guardada pelo pai como se fosse um tesouro” (MA, p. 305) que, seguindo a tradição, desejava para a filha um marido rico [“Casamento, isso há-de ser com quem eu mandar!” (MA, p. 305)] vão ser a sua perdição, pois o pai, ao descobrir que ele dormira com a filha, monta-lhe uma traição, apontando como responsável da morte dum pobre pastor assassinado na véspera [“Empurrar-lhe a morte de José Candana” (MA, p. 308)], fazendo dele um assassino aos olhos do mundo, embora inocente aos olhos de Deus: “sem defesa possível e não a aceitando de casta nenhuma, o Maçores deixou-se condenar” (MA, pp. 315-316).

O campo com todo o seu bucolismo [“Entre choupos lá abaixo o rio ia azul – daquele azul vivo do céu, que nem uma só nuvem, ao alto, maculava” (MA, p. 301)], lameiros verdejantes, sombras de grandes carvalhos, é frequentemente cenário de traições, violências e mortes ditadas pela ambição, espírito de vingança, ignorância, maldade, o que prova que no meio de ovelhas pacíficas se escondem lobos ferozes que sob a pele de cordeiro, ocultam as suas verdadeiras intenções.

Entre as ovelhas imoladas contam-se o cabreiro, “um peregrino de barbas brancas, e olhos azuis, muito doces, uma bondade que parecia de santo” (MA, p. 302) e o seu “assassino (...) roubara-os (...) na amizade do velho nas histórias com que só ele os

sabia entreter, nos conselhos da sua experiência: – e nunca à missa dos domingos, se tornaria a ouvir a sua voz trémula, (...) tão querida, romper a «Santos» o hino sagrado” (MA, p. 302); Manuel Maçores, que pelos seus amores proibidos com a filha do patrão, é alvo duma traição bem urdida, que incriminando-o da morte do velho cabreiro, o lança na prisão; Maria Rosa, cujo único crime era amar loucamente alguém que não estava nos planos do pai como pretendente ideal, que tudo sofre em nome do amor proibido, a ponto de enlouquecer de dor e morrer num curto espaço de tempo.

Entre os lobos, destacamos o assassino do cabreiro [“Um mendigo estava deitado à borda da rodeira, à sombra de um grande carvalho” (MA, p. 304), “Sem o desconfiar, nem sequer por sombras acabava de passar, o Maçores, pelo assassino do José Candana” (MA, p. 305)]; José Tomás, patrão do Maçores e pai de Maria Rosa, que, por excesso de autoritarismo paterno, é capaz de exercer violência física e psicológica sobre a filha, como se ela fosse um objecto que lhe pertencesse, ou seja, um ser sem alma, sem vontade própria e premeditar uma vingança que destrua a honra e a vida de um jovem inocente [“Larga-me (...) a espalhar a nova: «que quem matou o Candana foi o rapaz» (MA, p. 310)]. Esta circunstância leva-nos a reflectir sobre a importância da emancipação feminina que, pondo fim à sujeição da vontade paternal, permitiu à mulher escolher o seu companheiro de vida e talhar o seu destino.

A linguagem popular patente no uso diário de “pró vindimar depois cá estou eu” (MA, p. 307) sinónimo de “para o matar cá estou eu”. Esta expressão – “pró vindimar” – encontramos-la também nos romances regionalistas em Camilo Castelo Branco.

A referência à missa dominical marca a importância do acontecimento que alia ao sagrado, com a glorificação do Altíssimo, o social, com o encontro e convívio dos habitantes da aldeia.

A grande tristeza do analfabetismo, tão comum na época, no mundo rural, sintetiza-se na pergunta de Manuel Maçores ao querer saber [“«Como se lia aquilo»” (MA, p. 316) que era simplesmente o número “«455»” (MA, p. 316)] sua identificação como presidiário.

1.4. Júlio Dinis

1.4.1..As *Pupilas do Senhor Reitor*

Embora o macroespaço seja o Minho e o microespaço não esteja definido, toponimicamente enquadra-se no “campo” (PSR, p. 17), contudo, o léxico agrícola faz-nos visionar campos, lameiros, pastos, açudes, moinhos, noras, eiras – “um estreito e alagado caminho, que seguia tortuosamente por entre dois campos de centeio” (PSR, p. 15).

A actividade predominante é a agricultura com imensas citações das tarefas agrícolas quotidianas ou sazonais: levar o gado, desfolhada, “fiadas, esfolhadas, espadeladas, ripadas” (PSR, p. 34) e instrumentos a elas ligados enxada, fouce, vara, rabiça.

A dureza do trabalho rural em que se labuta de sol a sol, era um hábito, de José das Dornas: “O sol encontrava-o sempre de pé” (PSR, p. 5).

O campo com as suas múltiplas e diversificadas tarefas rurais, desde as mais dinâmicas e esforçadas como regar, ceifar, malhar, cavar, às mais leves e sedentárias como semear, espadelar, ripar, fiar, dobar, executadas pelas mulheres mais idosas que já não participam nos trabalhos árduos do campo e enchem as suas horas sentadas à lareira ou à porta de casa, trabalhando o linho ou a lã: “uma velha (...) sentada ao soalheiro, fiava (...), desenredava uma meada e fazia soltar à dobadora os mais inarmónicos gemidos” (PSR, p. 9).

Outra actividade rural é a pastorícia, exercida por Margarida, a pastorinha, responsável pela mudança da orientação profissional de Daniel que, em vez de entrar no seminário, é encaminhado para a Medicina.

Ligado às actividades rurais, ocorrem os hábitos de trabalho e familiares, em que se destacam: o hábito de comer à porta da casa e a familiaridade presente com os criados, inclusive às refeições.

A juntar a estes hábitos há uma referência à sesta, hábito estival do povo, que após as árduas tarefas matinais faz uma pausa após a refeição para recuperar forças, evitando as horas de calor mais intenso: “Era meio dia, um meio-dia de verão, ardente, asfixiante, calcinador, a hora, em que tudo repousa (...). Os caminhos e os campos estavam desertos” (PSR, p. 93).

Na aldeia destacam-se pela sua cultura, Margarida, que encarna o papel de mestra da aldeia [“sua tarefa de educação, à qual se entregava com amor” (PSR, p. 51)], evidenciando-se por uma formação superior à da maioria do povo analfabeto, adquirida através de orientação de seu mestre, Sr. Álvaro, e da leitura de boas obras. Evidencia-se igualmente o reitor da paróquia, o padre António, o médico, Dr. João Semana, o mestre. As vocações sacerdotais eram mais frequentes nas aldeias do que nas cidades, se bem que a maioria dessas vocações não nascesse de um sentimento natural de índole piedosa, mas da vontade paterna, que via no Seminário um símbolo de cultura e o sacerdócio como profissão respeitada na sociedade. Num meio em que a maioria das crianças não ultrapassava a terceira classe ou na melhor das hipóteses a quarta, era vulgar os alunos que se distinguissem pela sua inteligência, serem orientados a conselho dos professores para os seminários, onde o ensino era gratuito, já que para os pais só havia como saída profissional o trabalho da terra. Não era o caso do filho do José das Dornas, lavrador abastado, que poderia dar educação ao filho, só que era uma honra ter um sacerdote na família. Mas, a maior parte dos seminaristas não terminava os estudos iniciados, servindo os conhecimentos adquiridos como trampolim para a inserção no mercado do trabalho qualificado ou para prosseguir estudos noutras áreas. Problema sempre actual que exige dos jovens, pais e orientadores a maior prudência e reflexão, já que na escolha profissional não deve pesar a tradição familiar, nem o factor monetário, mas a realização pessoal, pois só quem se sente realizado, pode realizar cabalmente a sua missão.

O Padre António é o modelo de sacerdote aberto, sensato, compreensivo, esclarecido, humano, ao considerar que a vocação de Daniel não passava por um seminário, pois sabia que as vocações devem nascer no coração de cada um e não era o facto de ser padre que lhe dava autoridade para impor essa profissão a outro, daí a sugestão de que fosse cursar Medicina.

A religiosidade do povo está presente no respeito ao sacerdote e nas saudações do quotidiano [“Muito bons dias, meu padrinho, deite-me as suas bênçãos” (PSR, p. 45), “Os dois irmãos a cada passo se encontravam com vários grupos de aldeãos (...) que os saudavam com as fórmulas sabidas: - ‘guarde-os Deus’ – e ‘louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo” (PSR, p. 84)] que nos remetem ainda para o tratamento encabeçado por “tio” ou “tia” em vez de “senhor” ou “senhora”. Assim, temos o tio Joaquim, o tio Manel, o tio Zé ou a tia Maria, traduzindo laços de familiaridade e proximidade entre o povo.

A obra é rica em referências à poesia popular, quer nas quadras [“Vem livrar-me com teus olhos,/ Que eu por eles me perdi;/ Dá-me a vida com teus beijos, / Já que por beijos morri” (PSR, p. 88)]; quer na xácara da cabreira, cantada por Margarida [“Andava a pobre cabreira/ o seu rebanho a guardar/ Desde que nascia o dia/ até a noite fechar” (PSR, p. 173)]; nas adivinhas e enigmas populares [“Mil parinhos, mil marinhões,/ Dois parafitas e quatro chantões” (PSR, p. 146)], passando pelas cantigas ao desafio, trocadas entre Clara – a lavadeira e Pedro, o ceifador e cantigas de esfolhada “na eira espaçosa e desafogada” (PSR, p. 168), de José das Dornas.

A feira, lugar privilegiado de negócios e encontros, serve de pretexto para demonstrar a exigência da educação doméstica a nível da obediência, no cumprimento das ordens, donde a aflição de Margarida que “tinha ido (...) vender fruta ao mercado” (PSR, p. 44), por um preço exorbitante estipulado pela madrasta e com a exigência de não voltar a casa sem a venda realizada. Valeu-lhe a irmã “Clara (...) que atravessava a feira naquele momento” (PSR, p. 44) ter-se apercebido da aflição das suas lágrimas para a ajudar a encontrar mercador “Clara corria com os olhos a feira, como a procurar essa alma generosa” (PSR, p. 45), encontrando o seu padrinho “Trago à feira uma canastra cheia de fruta, e ainda não encontrei compradores” (PSR, p. 45).

Mais uma vez, a importância do dote nas uniões dos filhos dos grandes proprietários que, numa ânsia de aumentar, cada vez mais, o seu património, procuravam unir-se a quem também tivesse bens. Daí não ser aceite que a filha de um lavrador abastado casasse com um qualquer. Todavia, no caso de Clara e Pedro não havia problemas, já que “Em relação aos dotes, não havia entre os noivos grande desigualdade” (PSR, p. 53).

Como em todas as aldeias, encontramos uma mercearia, a do João da Esquina, onde se fala da vida alheia e uma adega, onde se bebe e joga a dinheiro o “jogo de parar”, “sentados à volta de uma banca de madeira, e todos formidavelmente munidos de grandes copos de vinho, estavam recebendo ali simultâneas as comoções da beberria e do jogo de parar” (PSR, p. 67). A chegada inesperada do reitor, condutor de almas, leva a uma dura repreensão do vício e à penalização dos prevaricadores, com os ganhos ilícitos, a reverter a favor dos pobres por ele protegidos: “ – Santa vida esta! Assim é que é ganhar o reino dos céus!” (PSR, p. 67), “Que importa lá a miséria que vai por casa, se não falta o dinheiro para vinho e para o jogo” (PSR, p. 68), “Tenho ainda

muitos pobres para ver, e não trago já dinheiro comigo. Peço esmola para os pobres” (PSR, pp. 68-69).

Cite-se como marca epocal, o meio de transporte mais comum, o cavalo, égua, burro e macho [”a mais vigorosa e anafada das suas éguas, e dela se desmontava Daniel, em trajos de jornada e com a clássica caixa de lata ao tiracolo, sinal evidente de formatura completa” (PSR, p. 76)], a que se juntam o cavalo, o macho do João Semana, o burrinho de João Semana.

A Medicina aldeã encarnada por João Semana, tipo de médico rural, devotado e caridoso, para quem a profissão é uma missão humanitária e não um meio de enriquecer, continua ainda hoje a simbolizar, entre nós, o clínico caridoso que, afastado das grandes urbes, se entrega à missão de ajudar os mais desprotegidos, a nível físico e psicológico, dando muitas vezes dinheiro para comida e remédios, em vez de se receber os seus honorários. Paralelamente a João Semana, surge Daniel um clínico da nova geração, com conceitos e terapias diferentes, por exemplo, o uso de arsénico: “entre outros medicamentos aconselhou, as preparações do arsénico” (PSR, p. 121).

Finalmente uma palavra para a figura típica aldeã da medicina, o barbeiro, o charlatão, o ignorante, citando Daniel “colega de contrabando” (PSR, p. 79), mas que João Semana com o seu bom senso e ciência de vida procurava não hostilizar “com um sorriso e uma medida” (PSR, p. 80). Como conclusão do tema, registemos a referência frequente ao tratamento das “moléstias” segundo os moldes mais populares do século XIX: de cáusticos, sangrias e caldo de galinha.

A gastronomia portuguesa surge através dos excelentes petiscos de Joana, criada de João Semana: galinha, arroz de açafão, orelheira, tripas.

1.4.2..A Morgadinha dos Canaviais

A acção situa-se “nos extremos do Minho” (MC, 47) que se apresenta como um espaço natural não humanizado sob um dia “chuvoso, frio, açoutado do sul” (MC, p. 47) do “sincero e genuíno Dezembro” (MC, p. 47), com “vestígios de existência humana raro” (MC, p. 47), pois só se avistavam muito longinquamente “a choça do pegureiro ou a cabana do rachador, mas estas tão ermas e desamparadas” (MC, p. 47) que a visão panorâmica era mais triste do que a “absoluta solidão” (MC, p. 47). Este espaço conota-nos automaticamente com a solidão e a dureza das profissões do pastor e lenhador muito

comuns do meio rural do século XIX, que, sendo pobres, desprezadas e desvalorizadas, eram absolutamente imprescindíveis na época. Por um lado, a profissão de pastor, que pastoreia o gado ovino e caprino, fonte de leite, lã e carne. A referência à cabra leva-nos a reflectir, sobre a fiação do pêlo de cabra, actividade ainda muito comum na primeira metade do século XX, sendo extremamente perigosa por transmitir o carbúnculo, doença infecciosa grave, causada pelo *Bacillus anthracis*, que afectando certos animais herbívoros, pode atingir o homem. Do mesmo modo, o trabalho esforçado do lenhador, responsável pela preparação dos alimentos e aquecimento desde o palácio real à mais humilde choupana.

Face aos afazeres esforçados que o homem e a mulher são obrigados a levar a cabo diariamente, realce-se o facto de predominar a cor escura no vestuário feminino, quer nas cerimónias religiosas “mulheres de roupas escuras e em que só alvejava o lenço branco que usavam à cabeça” (MC, p. 261), quer no dia-a-dia devido aos trabalhos agrícolas e domésticos.

Lisboa (tal como Paris, em *A Cidade e as Serras*) é o espaço urbano, onde os ricos levam uma vida de ócio e de prazer que conduz à hipocondria e à depressão.

Henrique de Souselas, de “vinte e sete anos” (MC, p. 49) que “passara da infância à plena juventude em Lisboa” (MC, p. 48), desfrutando dos prazeres da capital, pois detestava viajar, acaba por adoecer com uma grave depressão que o faz aborrecer esse estilo de vida, num susto contínuo da doença e da morte. Embora viajar pudesse ser um remédio salutar à sua depressão, inventava todos os pretextos para não sair da capital, receoso de que lhe acontecesse algo de grave. Revoltado contra os médicos que diziam que negavam os seus males, pensou “que estava chegada a sua hora extrema” (MC, p. 50), mas um bom médico e psicólogo que o examinou, disse-lhe: “ – (...) O senhor está realmente mal. (...) Se quiser salvar-se, saia-me daqui, (...). Quebre por todos os hábitos e escolha entre as fortes impressões de uma grande capital (...), ou as mornas sensações de um completo viver de aldeia” (MC, p. 51):

Ora, como uma forma bem portuguesa de demonstrar agradecimento por alguém é presenteá-la com seus bens agrícolas – fruta, “presentes de galinhas” (MC, p. 73) e ovos – aconteceu coincidir com esta vinda do médico, a recepção de “um presente de fruta” (MC, p. 51) de uma tia, “santa criatura” (MC, p. 51), que activando o filme da infância, “já meio apagado na sua memória” (MC, p. 51), o fez sentir saudades do campo que “não tornara a ver” (MC, p. 51) desde os cinco anos. Falando ao médico de tia Doroteia

que vivia numa “aldeia sertaneja do Minho” (MC, p. 51), o “facultativo” (MC, p. 51) aconselha-o a ir revê-la, ideia aceite por Henrique que escreve à tia a anunciar a sua visita e “passados dias, punha-se a caminho” (MC, P. 51).

Durante a viagem “mil vezes” (MC, p. 51) se arrependeu, mandou ao diabo os conselhos do médico, pois a “jornada” (MC, p. 51) para casa da tia entre “malas, coldres, pistolas, botas de montar e um almocreve” (MC, p. 51), por um “íngreme e escabroso caminho (...) e fastidiosas curvas da quase interminável espiral” (MC, p. 51), Henrique que “nem desviara os olhos para o fundo do vale” (MC, p. 52) a amaldiçoar as “faltas de lógica” (MC, p. 51) no traçado das estradas portuguesas, inspira-nos uma reflexão sobre as razões económicas e políticas do traçado das vias de viação, na medida em que havia que não colidir com os interesses políticos dos eleitores, pelo que, em vez duma via seguir a direito, fosse feita de curvas: “ – Às voltas que temos dado, estou persuadido de que vamos tão adiantados como quando principiámos a subir” (MC, p. 52) e “ – Isto não é estrada! (...) São os nove círculos do inferno de Dante virados para fora” (MC, p. 52). A comprovar o que acabamos de afirmar, está a insensibilidade do conselheiro ao expropriar a casa e quintal do tio Vicente, seu amigo de infância sacrificado para evitar molestar as propriedades do brasileiro, cujo prestígio local lhe assegurava um bom número de votos.

Henrique de Souselas surge desesperado, molhado, extenuado, após tantas horas de viagem, montado no “macho” (MC, p. 52) em cujo instinto confiava, pois conhecia o percurso de cor. Este animal assumia um papel fulcral no trabalho do almocreve, elo importantíssimo na ligação dos grandes centros com os lugarejos mais recônditos, ou seja, entre os serviços da cidade e a escassez de recursos dos locais mais retirados, onde não chegavam bens considerados supérfluos para uma população de baixo poder económico, tais como, produtos alimentares que a terra não produzia: peixe, medicamentos, livros, tecidos... O almocreve podia acumular ainda “funções de cicerone” como acontece com Henrique a quem Cancela vai dizendo: “É a tapada dos Bajuncos, que pertence à morgadinha dos Canaviais” (MC, p. 53).

O caminho percorrido foi sempre acompanhado de muita chuva, “onde o declive não dava escoamento às águas” (MC, p. 54) formavam-se “charcos e tremedais” (MC, p. 54) e os bucólicos riachos transbordando ofereciam risco de vida. Finalmente, avistavam-se “indícios de cultura” (MC, p. 54) pela aproximação de casas, onde “Os caminhos estreitavam, internando-se num vale, e seguiam tortuosamente” (MC, p. 54).

O espaço rural desperta vivamente os sentidos, ao “recém-chegado” (MC, p. 54), através da visão da “manada de bois soltos, em direcção do curral, guiados por uma criança de palhoça e pernas nuas” (MC, p. 54), dos “carros a vergarem sob o peso do mato” (MC, p. 54); da audição “com o chiar incómodo das rodas sob o eixo” (MC, p. 54), do “inarmónico grunhir suíno” (MC, p. 55), “o chorar de crianças, entremeado com os ralhos das mães e com as pragas dos chefes de família” (MC, p. 55), “fragor das cascatas nos açudes ou o ranger das rodas dos moinhos” (MC, p. 56) e, seguidamente, do olfacto [“cheiro resinoso e activo das pinhas e das agulhas secas dos pinheiros, queimadas no lar” (MC, p. 54), “de onde se exalava um cheiro de curtumes” (MC, p.58)] e, finalmente, do tacto: “pavimento mole de um quinteiro, estradado de altas camadas de mato e embebido de chuva” (MC, p. 58).

Aos olhos do melancólico “esplenético viajante” (MC, p. 56), a Quinta de Alvapenha, inserida no “triste e quase sinistro aspecto da aldeia” (MC, p. 56), surge como “o repouso do túmulo” (MC, p. 56).

À chegada à casa da tia: “O almocreve assentou duas vigorosas pancadas no sólido portão de castanho” (MC, p. 57), a que responderam “dois cães (...) que (...) vieram ladrar à porta” (MC, p. 57). Seguiu-se o “rodar a grave, correr os ferrolhos, levantar a aldraba, gemerem os gonzos” (MC, p. 57) e o “ti Manuel” (MC, p. 57), “um homem de lavoura, alto e magro, trazendo em punho um lampião de frouxíssima luz” (MC, p. 57) surgiu perante o visitante e o almocreve saudando-os respeitosamente segundo o uso rural “(...) Nosso Senhor lhes dê muito boas noites” (MC, p. 57). Como Henrique não queria entrar por receio dos cães, acorreu ao chamamento do ti Manuel “uma criança de cinco anos, quase nua” (MC, p. 58), a salientar a nudez da criança em pleno mês de Dezembro, marca de pobreza extrema e, por outro lado, a familiaridade entre animais domésticos e crianças do campo “Enxota para lá esses cães, que aqui o senhor tem medo” (MC, p. 58).

A casa da tia Doroteia, em Alvapenha, “um genuíno tipo de casa rústica, à moda do Minho” (MC, p. 58), faz avivar as memórias de infância “quase apagadas” (MC, p. 58) de Henrique “Estas escadas, esta varanda de pedra, e este alpendre (...). Lembrava-se agora vagamente de ter brincado ali, a cavalo nesse mesmo parapeito” (MC, p. 58).

A decoração da casa da tia Doroteia reflecte o ambiente rústico: “um friso ou cornija saliente, onde coradas maçãs de Inverno aguardavam, em vistosa fileira, a completa maturação e derramavam no aposento o mais agradável aroma” (MC, p. 62).

Na refeição servida a Henrique, sobressai o cuidado e carinho postos na sua confecção e apresentação: “uma gorda galinha de canja, sobre uma mesa coberta de toalha lavada e na melhor louça da copeira” (MC, p. 64).

Assinalamos a humanização do relacionamento, entre amos e criados, no campo, por antítese às “etiquetas da civilização urbana” (MC, p. 60) caracterizadas pela “distância” (MC, p. 60) entre classes. Essa humanização é visível nas horas das refeições, no convívio sem preocupações de guardar segredos, na partilha de “alegrias e pesares” (MC, p. 59).

O quarto de Henrique, em casa de sua tia, “arranjado, com simplicidade” (MC, p. 68), é, no entanto, um exemplo dos “luxos” do campo, com “roupa de cama (...) de linho alvíssimo e respirava um asseio e frescura convidativos; os travesseiros, de largos folhos engomados” (MC, p. 68).

A luz da vela imprescindível à iluminação nocturna é, todavia, fonte de grandes preocupações para D. Doroteia que preocupada com os fogos [“Olha se tens cautela com a luz. Eu tenho medo de fogos!” (MC, p. 68)], impede o sobrinho de manter o hábito citadino de ler antes de adormecer: “não descanso, enquanto não vejo tudo apagado em casa” (MC, p. 68).

A luz do “sol da manhã” (MC, p. 71), que ilumina e aquece a aldeia “colorira-lhe as verduras, reflectira-se nas presas, dispersara-se em íris cambiantes na espuma das torrentes e cascatas naturais, perfumara-a de aromas” (MC, p. 71), inicia o processo de transformação e cura de Henrique que, “debruçado na varanda de pedra do quarto, não se cansava de admirar” (MC, p. 71) a Natureza, “um belo bosque de carvalhos seculares, que o Inverno privando-os de folhas, tingira quase de cor violeta, contrastava com a fronde sempre verde das laranjeiras nos pomares vizinhos” (MC, p. 71), “As copas, como umbeladas, dos pinheiros mansos” (MC, p. 71), “casas campestres, (...) moinhos e azenhas, noras toldadas de ramadas cónicas, eiras, pontes rústicas” (MC, p. 72).

A vida aldeã reflecte marcas de religiosidade positivas e negativas. A primeira liga-se à recitação do terço em família que Henrique ouve ao chegar a Alvapenha “coroa rezada em família a Nossa Senhora” (MC, p. 56), seguidamente, “as infindáveis invocações nas orações da tia Doroteia e de Maria de Jesus” (MC, p. 61), bem como a novena ao Menino Jesus, rezada por D. Vitória na Quinta do Mosteiro, o fervor religioso do povo nos votos presentes na Capela da Senhora da Saúde; a promessa de Cristina rezar as estações da meia-noite em acção de graças pela cura de Henrique [“Foi de noite (...) na

capela-mor (...) onde Cristina fora rezar, pela saúde de Henrique, as estações da meia-noite” (MC, p. 398)]; as festividades em honra de Santo Amaro [“Vésperas, missa cantada, duplo sermão, e procissão à volta da igreja” (MC, p. 260)] e, por último, a Missa do Galo e o Auto dos Reis.

De carácter negativo, encontramos o fanatismo religioso despertado pelos missionários que, pregando uma doutrina de terror, levam à destruição da vida de Ermelinda, cujo funeral vem pôr em causa a lei que proibia enterramentos dentro das igrejas e obrigava a fazê-los nos cemitérios, lei muito contestada, pelo povo, a ponto de a ela estar ligada a revolta de Maria da Fonte, em 1846.

Uma característica minhota é a forma de receber os visitantes, sobretudo quando se trata de parentes ausentes, dado o grande valor atribuído à Família. Henrique foi acolhido com muito prazer não só pela tia, mas por vizinhos que querendo obsequiar o recém-chegado enviam produtos caseiros “A tia deu parte ao sobrinho de que (...) lhe tinham já mandado presentes de galinhas” (MC, p. 73), acompanhados de convites para “lhe mostrarem as raridades da terra” (MC, p. 73). A propósito destes presentes enviados a Henrique, recordemos a saborosa “canja de galinha” da tia Doroteia e, por prolepse, as iguarias natalícias próprias da região, a saber: rabanadas com calda de mel, mexidos, aletria, vinho quente a que se alia a exaltação da cozinha como local de preparação das refeições quotidianas e pitéus de dias festivos e a sala de jantar como espaço de confraternização familiar ligado à Noite de Consoada e à Festa de Natal.

A importância dos Correios, no século XIX, era enorme, pois era através de telegramas e cartas que chegavam as notícias mais importantes. A “Repartição do correio” (MC, p. 74), em Alvapenha, oferece aos olhos de Henrique Souselas, um espectáculo completamente desconhecido: “mulheres, velhos, moços, crianças, uns sentados, outros deitados, outros a pé e encostados à ombreira e todos aparentemente aguardando alguma coisa ou alguém” (MC, pp. 73-74). Bento Pertrunhas, “director de correio” (MC, p. 74) que acumulava o lugar de “regente e director da filarmónica da terra, armador da igreja em dias festivos, ensaiador de autos e entremezes populares” (MC, p. 74), “estava de posse S. S^a de uma das cadeiras de latim e de latinidade” (MC, p. 74), o que nos leva a considerar a falta de pessoas habilitadas para desempenhar tais cargos e daí a acumulação de funções.

Esta cena da distribuição do correio, aparentemente vulgar, despoleta um mundo de sentimentos e reflexões, quer pela sua dimensão humana, quer social. Senão vejamos na

distribuição do correio, há uma devassa da vida íntima de cada um, que leva a comentários valorativos e depreciativos, bem como o problema do analfabetismo. Por um lado, a distribuição do correio era efectuada no próprio posto de correio, onde as pessoas se dirigiam, formando um “formigueiro de gente” (MC, p. 74). Por outro, o drama do analfabetismo que implica que alguém, neste contexto, Madalena leia a correspondência de outrem e partilhe as mais profundas intimidades. Viviam-se momentos em grupo de ansiedade [“no ansiar do coração com que lhe rasgam o selo” (MC, p. 77)], de emoção [“lágrimas ou sorrisos, com que lhe interrompem a leitura” (MC, p. 77)], de revolta [“no irresistível movimento de desespero com que a amarrotam depois” (MC, p. 77)], de paixão [“expansões apaixonadas com que beijaram o nome que as subscrive” (MC, p. 77)], de felicidade [“A noiva corava, sorria” (MC, p. 81)]. Outros há ainda que saíam da loja do correio “cabisbaixos, morosos e com tão má vontade” (MC, p. 79) por não terem recebido correspondência. Esta situação da distribuição do correio e respectiva leitura é totalmente diferente no meio citadino, onde as emoções se passam “no recato dos gabinetes de cada um” (MC, p. 77).

Uma faceta muito peculiar do nosso povo é a superstição presente aqui na crença dos poderes sobrenaturais do Tio Vicente, nas curas milagrosas obtidas com os seus simplices e também em almas penadas, ou seja, que a alma da Morgada da Quinta dos Canaviais vagueia pela casa e capela, onde Cristina vai rezar as estações da meia-noite. Seguindo a tradição rural, encontramos na venda de Damião Canada um centro de convívio, em que se cruzam desde o lavrador rico ao jornaleiro, desde o Padre ao Brasileiro Seabra, um lugar de maledicência e bebedeira, além de sede de debate político, dada a proximidade das eleições.

Apesar de constatarmos que a maledicência é inseparável dos meios rurais, onde as pequenas questiúnculas atingem por vezes proporções desmesuradas, em que o ódio parece dominar, verificamos que, em caso de aflição, os “inimigos” são os primeiros a acudir em socorro dos seus adversários. Na continuidade, compreende-se esta característica dos meios pequenos em que todos se conhecem e se criticam, a maior parte das vezes por falta de temas mais importantes, do que propriamente por maldade, mas a que está inerente a sugestão um tanto irónica, da Morgadinha, ao aconselhar Henrique “Se quiser prender-se à aldeia (...) cultivar o interesse por as questõesinhas da terra” (MC, p. 87).

Os passatempos tradicionais da época são também referenciados; num tempo em que não existindo televisão se valorizava o exercício físico, o diálogo e a partilha entre famílias e amigos, quer ao ar livre “subir colinas (...) descer vales e costear ribeiros” (MC, p. 73), quer no Lar, “ambos (...) a jogar a cabra-cega com os pequenos” (MC, p. 198).

É de salientar o papel dos “periódicos do Porto e Lisboa” (MC, p. 366), bem como os da região minhota – “Sentinela”, “Alerta” (MC, p. 366) – que narravam os factos das campanhas eleitorais em pleno século XIX, em que, por exemplo, o brasileiro “era um dos mais activos e fecundos colaboradores” (MC, p. 366), realçando-se “Os seus comunicados” pela faceta de “estirados, compactos, obscuros” (MC, p. 366).

No domingo das eleições, o adro da igreja que servia como palco de recepção dos eleitores que se aproximavam do acto eleitoral, caracterizava-se por “uma animação fora do costume (...) aqui e ali conferenciavam, entreolhando-se com desconfiança, ou correspondendo-se por sinais de inteligência” (MC, pp. 367-368), enquanto os “agentes eleitorais, os influentes dos dois campos acercavam-se deste, apertavam a mão àquele, segredavam com um, batiam no ombro a outro” (MC, p. 368).

O espaço para o “sufrágio popular” (MC, p. 371) uma “mesa eleitoral, instituída no meio da igreja” (MC, p. 370), local público, ligado à fé católica, que serviria a população de várias freguesias no dia das eleições, “com grande escândalo do beatério, que pela voz dos padres chamava àquilo artes do demónio” (MC, p. 370). Tratava-se de um dia extremamente importante, já que visava a eleição de futuras condutas, pois “o povo soberano (...) tinha nas mãos o ceptro da sua soberania” (MC, p. 372), entre o conselheiro e o brasileiro. O chamamento efectuado por freguesias e a de Pinhões inicialmente ausente, apresenta-se depois encabeçada pelo Sr. Joãozinho das Perdizes, “guardador de cabras à frente do seu rebanho, conduzindo com acenos e assobios todas as barbudas cabeças daquele regimento quadrúpede (...). O morgado passou revista à sua tropa, à qual deu instruções” (MC, p. 372) que consistiam em que cada eleitor “chamado pela voz do escrutinador eleitoral, responderia ‘presente’; aproximar-se-ia da urna, entregaria ao presidente da mesa aquele papel e retirar-se-ia” (MC, p. 373). Concluindo, este acto eleitoral pecava duplamente, seja pela falta de respeito à casa de Deus, transformada em “arraial eleitoral” seja pela ilegalidade dos resultados visto a votação não ser fruto da vontade própria de cada cidadão, mas de um “suborno aos eleitores” (MC, p. 374).

As emoções despertadas pela morte súbita do tio Vicente, na igreja, onde fora votar mau grado a traição do Conselheiro, seu amigo de infância, vão gerar o volte-face do resultado eleitoral.

1.4.3. *Os Fidalgos da Casa Mourisca*

O *modus vivendi* do povo faz ressaltar o carácter religioso das saudações “Deus o salve” (FCM, p. 914), orações e tradições [“quando o sino da igreja paroquial bateu as três badaladas que recordam aos fiéis a oração do meio-dia. O trabalho na eira e no quinteiro suspendeu-se como por encanto. Os homens descobriram-se a fazer uma curta reza” (FCM, p.917)], bênção [“Deus te faça feliz, minha filha” (FCM, p. 981)] e súplica [“Meu Deus! Meu Deus! tende misericórdia de mim!” (FCM, p. 1094)]. Dentro deste contexto, destaque-se a importância do “campanário da igreja paroquial” (FCM, p. 1111) que com as suas badaladas chama os cristãos à oração do meio-dia ou das trindades, anuncia tristezas de funeral ou alegrias de baptizado e casamento ou pede ajuda tocando a rebate.

Na medida em que a linguagem rural soa muitas vezes aos ouvidos citadinos como código hermético, registamos algumas expressões como “sequeiras” (FCM, p. 921) i.e. período de seca prolongado, “novidades” (FCM, p. 921) i.e. produtos hortícolas da época, “vem a pêlo” (FCM, p. 1188) i.e. vem a propósito.

Mas, o campo espaço idealizado, sinónimo de altos valores morais e solidários, tem, como todos os locais pequenos tendência para a “má língua” (FCM, p. 958) e “inveja” que leva à crença nos “maus olhados” (FCM, p. 1181), que tolhem a vida, a saúde e a felicidade.

A ruralidade apela ao convívio, à partilha das horas de lazer, com referência entre outras actividades, à transmissão de contos da tradição popular narrados “em volta da lareira” (FCM, p. 899), local de confecção dos alimentos, de comunhão das refeições, de recepção a visitas, sendo de enfatizar a porta estar sempre aberta, em sinal de hospitalidade (FCM, p.1022). As famílias mais abastadas, de que é exemplo a do Tomé da Póvoa, surgem ligadas às herdades [“casa rústica” (FCM, p. 908), “graciosa e alvejante” (FCM, p. 908)], apresentando “sinais de actualidade, de vida, de trabalho, da indústria que tudo aproveita que não dorme, que não descansa” (FCM, p. 908). Contrariamente, nas terras dos grandes senhores são visíveis marcas de ruína, terras

abandonadas por incúria dos fidalgos “uma agricultura preguiçosa e mesquinha” (FCM, p. 1021).

Em casa de lavrador, toda a gente trabalha, pois todos os braços são imprescindíveis para responder prontamente às solicitações diárias, destacando-se mais uma vez o grande à-vontade das crianças junto dos animais domésticos, mesmo os de grande porte: “o trabalho não distingue sexo nem idade. Todos desde a infância se familiarizam com ele. (...) o trato dos bois; somente na cidade é que estes possantes e bondosos animais metem medo às mulheres e às crianças; na aldeia umas e outras os afagam e dirigem” (FCM, p. 915)

Presente, através de referências várias, o hábito arreigado da sesta rural como forma de compensar as “madrugadas” dos camponeses ((FCM, p. 946) símbolo de “um verdadeiro lavrador do Minho (FCM, p. 957), que, por vezes, embora madrugasse, dispensava a sesta para cumprir obrigações “Enquanto houvesse alguém que trabalhasse em casa, não descansava ele. Delícias do sono da madrugada, atractivos das sestas, a tudo resistia com nunca desmentida coragem” ((FCM, p. 915).

A ideia do campo conota-nos com uma vegetação rica e variada nas formas e cores, desde as “árvores seculares” (FCM, p. 1087), “velhos carvalhos, heras vigorosas, musgos, líquenes” (FCM, p. 910), os “freixos” (FCM, p. 963), às ervas medicinais, a [“malva” (FCM, p. 1114)] e mesmo às plantas nocivas e selvagens: “urtigas, saramagos” (FCM, p. 918), “urzes, tojeiras do monte” (FCM, p. 911), “trevos e nas fumarias” (FCM, p. 975), “silvados” (FCM, p. 975), “balseiras” (FCM, p. 975), “estevas” (FCM, p. 975).

Um dos meses mais animado do ano agrícola é Setembro, mês das colheitas e desfolhadas, ainda que o campo exija trabalhos agrícolas específicos e continuados ao longo de todo o ano: podar, “alporcar” (FCM, p. 918), “enxofrar vinhas” (FCM, p. 918). O amanho da terra implica instrumentos próprios da lavoura: “sacho e enxada” (FCM, p. 1077), “mangoais, malhos” (FCM, p. 935), “arado” (FCM, p. 957); locais de armazenamento ou recolha dos bens produzidos: “celeiro”, “pipas” (FCM, p. 915), “palheiro” (FCM, p. 921), “lagar” (FCM, p. 918); fertilizantes: “adubos” (FCM, p. 922). Nas profissões campestres distinguimos as actividades primárias do “hortelão” (FCM, p. 957) e do “jornaleiro” (FCM, p. 922); da transformadora: do “moleiro” (FCM, p. 915).

A educação da mulher rural foi sempre desvalorizada, por estar destinada a trabalhar na terra e no Lar, daí que Berta apareça como exceção à regra na sua aprendizagem, com uma “mestra” em Lisboa, “educar a filha na cidade” (FCM, p. 928).

A nível do Cancioneiro, registamos: uma cantiga de embalar, cantigas de amor, uma cantiga de escárnio [“A mulher é um cata-vento, / Que com os ventos varia; / Seu amor dura um momento, / Tolo é quem nela se fia” (FCM, p. 1025)], quadras populares e, finalmente, o ritual do fabrico da boroa [“na masseira fumegava já a farinha ainda não levedada (...) grandes panelas de água fervendo, com que acrescentavam a massa, (...) Uma peneirava (...) outra arrumava o (...) forno” (FCM, p. 987)] de que faz parte a oração da bênção do pão [“S. Vicente te acrescente,/ a S. Mamede te levede” (FCM, p. 989)] como documentos da cultura popular. A arte de cozer o pão era uma tradição arreigada, no meio rural, cujos segredos eram passados de geração em geração. A fornada, geralmente cozida ao sábado, era um momento alto na família, na perspectiva de pão quente para a ceia. Contudo, este trabalho era precedido de múltiplas tarefas: ir buscar a lenha para acender o forno, preparar o fermento ou o isco, peneirar a farinha, aquecer o forno, amornar a água para trigo e ferver para milho, amassar, tender, benzer e enfiar. Em concatenação com o tema, cite-se o hábito das mulheres que andavam a cozer o pão porem um raminho de “sempre-verde” (sabugueiro) atrás da orelha, para evitar a “erisipela” provocada pela mudança de temperaturas existentes à porta do forno e no exterior. Porém, se não tinha havido cuidado e se apanhava mesmo a “erisipela”, então havia que a “talhar” com a benzedura apropriada.

Numerosas são as referências a lugares conotados com a produção agrícola: vinhedos, searas, pomares, veigas, meloais, assim como extenso é o léxico inerente à água que na província minhota brota, corre e canta por todos os lados tanques, fontes, azenhas, açudes, fontes, nora e por extensão terras marginais, lameiros, prados verdes, campos.

Como marcas da época, referencie-se a iluminação à luz da “vela” (FCM, p. 970), os transportes em que predominava o cavalo, os casamentos apalavrados e a importância atribuída ao dote, não dando importância aos sentimentos, preconceitos da fidalguia ociosa e libertina, em relação à ascensão social conseguida pelos burgueses e povo, através do trabalho honesto e esforçado.

De notar a familiaridade entre os aldeões presente no tratamento de “Tio” / “Tia” e no uso de alcunhas, ora ligadas à profissão, ora a um defeito físico, ora ainda a situações de vida, do visado como o ser abandonado – o “Chico Enjeitado” (FCM, p. 953) –

enquanto no tratamento com pessoas de níveis superiores, se usava o tratamento de vossemecê.

Descrição exacta e precisa de um exemplar da arquitectura rural minhota com a sua ramada [“Era uma casa branca, de um só andar (...) de sólida construção; bem caiada, bem pintada e bem esfregada. (...) pátio coberto de ramada” (FCM, p. 987)], com utensílios agrícolas: uma mó de moinho, dois carros desaparelhados, dornas, arados, pipas, canastras, escadas de mão e referência ainda à “rama de pinheiro, além duas ou três rimas de achas, acolá um tronco de laranjeira partido” (FCM, p. 987) como referência à profissão de padeira, de Ana de Vedor. De destacar, a cozinha tradicional minhota onde se podia ver “imenso lar, compridos preguiceiros ao longo das paredes, no alto prateleiros pejados de louça nacional, de panelas e alguidares; nas traves os cabos de cebola, no fumeiro a bem curada pá de presunto” (FCM, p. 987).

O regedor, símbolo da ordem e da justiça que, no meio rural, ganhava estatuto social ao ser escolhido para desempenhar tal cargo [“O filho está regedor” (FCM, p. 963), “Ele fala com o sr. administrador e até com o governador civil, quando vai ao Porto, e a cada passo está a escrever-lhes e a receber cartas deles” (FCM, p. 990)], aparece pela primeira vez como um frustrado, a ponto de Clemente sentir a função como um fardo, dada a incapacidade de se fazer respeitar pelos senhores do Cruzeiro que, contrariamente ao que seria de esperar da sua posição social, eram os maiores infractores da lei, acoitando em casa criminosos e refractários.

O espírito patente ao longo de toda a acção é de elogio à gente do campo [“Esta pobre gente do campo é uma parte integrante dele; não o contemplam, completam-no” (FCM, p. 912)], ao trabalho honrado e digno “que semeia, que transmite a vida em volta de si, da opulência que fomenta o trabalho, que cultiva os terrenos maninhos, que fertiliza a terra estéril, que sustenta, que educa e civiliza o povo” (FCM, p. 913) e um Hino de amor à terra [“Jorge realizando na propriedade a incorporação do capital, do trabalho e da inteligência, e mostrando até que ponto esta aliança é fecunda” (FCM, p. 1229)] e, por antítese, uma crítica aos grandes latifundiários que abandonando os seus bens nas mãos de estranhos, iam delapidando os seus magros rendimentos na vida ociosa da corte.

A vida inteira de Jorge era uma eloquente e severa lição para os proprietários rurais, que vivendo Jorge longe dos seus bens, consomem nos desperdícios da corte as magras

rendas que eles, longe da solicitude do dono, lhes concedem; deixam assim a pouco e pouco extenuar a terra e definharem-se a propriedade nas mãos de caseiros ávidos.

1.4.4. *Serões da Província*

A localização da acção no tempo leva-nos a “Abril de 1852” (SP, p. 9), em que a “luz salutar da Primavera” (SP, 9) se convertia “em perfumes que embalsamavam os ares, em flores que esmaltavam os prados, em harmonias vagas que as brisas transportavam de selva em selva” (SP, p. 9), retrata um “Minho” (SP, p. 9) que “estava fascinador” (SP, p. 9) e vestia “seus mais opulentos e matizados trajos” (SP, p. 9).

A viagem da rainha ao Norte põe-nos perante a alegria popular que com “arcos campestres e festões de murta e de flores, adornara (...) o caminho” (SP, p. 15) e iluminara a noite festiva “com os copos e laranjas de azeite” (SP, p. 24).

O quadro domingueiro realça a riqueza cromática do vestuário feminino minhoto [“trajes pitorescos do Minho, as cores garridas dos lenços e saias, a alvura das camisas de linho” (SP, p. 15)] e da ourivesaria conotado com o “brilho dos cordões e das arrecadas” (SP, p. 15). A animação das romarias minhotas que se traduz nas “festas de viola e clarinete acompanhado de vilancetes improvisados de alguma cantadeira famosa” (SP, p. 15), contribuíam para o “ar de satisfação indescritível” (SP, p. 15) que reinava na “multidão” (SP, p. 15) a qual para assistir à passagem da rainha era obrigada a enfileirar, a acampar “nas devesas e nos pinhais vizinhos” (SP, p. 15), onde depois dos “regozijos populares” (SP, p. 15), saboreavam “apetitosos repastos” (SP, p. 15), já que tanto a gastronomia como o fogo são indissociáveis das festas portuguesas: “morteiros e foguetes” (SP, p. 17).

Mais uma vez a sabedoria da experiência popular aparece reflectida na previsão do tempo meteorológico pela orientação do vento [“O vento está do sul” (SP, p. 17)], a sua ciência prognosticava “um leste em perspectiva” (SP, p. 42); pelo aspecto do céu [“olhe-me para aqueles riscos brancos do céu, aquilo é leste” (SP, p. 43)], pelas fases da lua [“hoje é quarto crescente” (SP, p. 17)], assim como pelo conhecimento das horas através da movimentação do sol.

Registe-se a gastronomia bem portuguesa à base de “ovos com rodela de salpicão” (SP, p. 50) e açorda feita com “água, pão, sal, azeite, vinagre, pimenta, alho, cravo, cebola, salsa, salpicão e toucinho” (SP, p. 50) e “pudim de batatas” (SP, p. 47).

No âmbito do vestuário, detectamos o uso do galicismo “*robe de chambre* de chita” (SP, p. 21), associado ao vocábulo *chita*, tecido muito barato usado vulgarmente no vestuário feminino do povo ainda no século passado, um tipo de calçado de quarto da época “sapatos de tapete” (SP, p. 21) e ainda o “guarda-sol minhoto, com honras de barraca” (SP, p. 42), “um capote de camelão” (SP, p. 42 e a referência a “uma cabaça” (SP, p. 42) levada a tiracolo, contendo água ou qualquer outra bebida necessária para matar a sede do viajante.

A referência à sesta [“Não costuma dormir a sesta, coronel?” (SP, p. 22)], bem como aos casamentos negociados e à importância dada ao dote da noiva estão dentro dos costumes da época: “Vai negociar o seu casamento, Filipe; aposto. As filhas desse capitalista são ricas e interessantes” (SP, p. 23) e “As raparigas julgo que até estão prometidas a não sei que fidalgos do Minho” (SP, p. 23).

A residência de José Urbano, uma verdadeira casa do Minho, era “circundada por um viçoso quintal, orlado de limoeiros, onde florejavam (...) japoneiras e magnólias (...) festões virentes de jasmims e balsaminas” (SP, p. 45), “rua de romãzeiras” (SP, p. 55) “junto de uma pequena fonte havia um convidativo banco de cortiça” (SP, p. 55).

A linguagem popular presente nas expressões diárias do povo – “Fiquei sem pinga de sangue, e por pouco não caí redondamente no chão” (SP, p. 64) – traduz um grande susto, ao passo que “Eu o que não tenho são papas na língua” (SP, p. 61) simboliza franqueza. Todavia, reflecte também o carácter piedoso da gente do Minho que invoca o nome de Deus, para dar graças, para implorar auxílio como sinal de respeito e crença na interferência divina [“Vá com Deus” (SP, p. 64), “Decerto me valeu o meu padre Santo António” (SP, p. 64)], ou ainda apela à mãe de Jesus Cristo [“rezei muito a Nossa Senhora” (SP, p. 64)].

O carácter alegre do povo minhoto reflecte-se no amor à música, transposto em quadras populares geralmente de tema amoroso com que acompanham os trabalhos do campo e também presentes nos famosos lenços dos namorados do artesanato da região [“Aquele que tanto amei / Esqueceu meu pensamento / Como o rio esquece as rosas / Que retratou o momento” (SP, p. 67)], contudo, a efusão lírica está ainda presente na toada popular [“Ouvia gabar os beijos / Dizer deles tanto bem / Que me nasceram desejos / De provar alguns também (SP, p. 34)].

A emigração e o drama das mães solteiras, no contexto epocal, fazem-nos reviver o drama dos portugueses que iam tentar a sorte no Brasil, associado miticamente à riqueza

fácil – “abanar a árvore das patacas” – num sonho de riqueza aliado ao trabalho, mas que muitas vezes se revelava extremamente difícil de alcançar, sendo mesmo nos casos de sucesso revestido de grande esforço, perseverança e sofrimento: “Tive que sofrer muito” (SP, p. 78). Por outro lado, a mulher abandonada, com o filho nos braços, era marginalizada, a ponto de muitas procurarem o suicídio como fuga à vergonha e repúdio da família e sociedade.

1.4.4.1. “As apreensões de Uma Mãe”

Um solar minhoto rodeado por um pomar e extensíssimos campos de cultivo, origem das preocupações da dona da casa com “o arejo das batatas, o vinho que se lhe azedara” (SP, p. 84) era frequentado por representantes das profissões mais prestigiadas na província: o abade, o médico e o advogado.

A exaltação da beleza numa noite enlaurada [“lunar magnífico de reflexos surpreendentes” (SP, p. 85)] recorda o adágio – “Lunar de Janeiro não tem parceiro, mas o de Agosto dá-lhe pelo rosto” –, mas também o encanto do amanhecer rural que desperta o desejo de “explorar aqueles pitorescos lugares” (SP, p. 88). Entre os encantos campestres, ouça-se o “murmurar de um ribeiro vizinho” (SP, p. 96), veja-se o “desenhar-se no chão em formas fantásticas e movediças, a folhagem que os raios da Lua a custo podem atravessar, em uma noite assim, ouvir contar uma dessas histórias de fadas” (SP, p. 96) remetendo-nos para a serenidade.

O romance de amor nascido e vivido neste ambiente bucólico, por Tomás e Paulina, tem também uma fada madrinha que, com a sua “varinha de condão”, inteligência, sensibilidade e amor transforma uma união, destinada ao fracasso, dada a diferença de culturas do casal, num casamento estável e feliz, metamorfoseando a lagarta em borboleta, ou seja, transformando a jovem aldeã simplesmente bela, numa mulher culta, pianista e cantora de mérito, capaz de acompanhar o espírito elevado de Tomás nos seus voos.

“A aldeia, como todas as aldeias sofrera poucas mudanças no espaço de seis anos” (SP, p. 120), comentário absolutamente actualizado já que, no nosso tempo, as terras da província continuam a ser zonas esquecidas pelos governos, onde se instala o marasmo, a estagnação, o conservadorismo por falta de contactos com os grandes centros.

Duma extensa listagem de iguarias ressaltamos as “frigideiras de Braga” (SP, p. 106) por ainda hoje serem famosas entre as especialidades gastronómicas bracarenses e o famoso licor de Singeverga, excelente tratamento digestivo e peitoral, fabricado pelos monges beneditinos de Santo Tirso, com uma enorme variedade de plantas aromáticas e pela “farinha de S. Bento, substancial gulodice” (SP, p. 122), reconstituente para crianças e pessoas idosas, enaltece a gastronomia portuguesa.

No vestuário, as atenções voltam-se para os elegantes trajes das lavradoras do Minho: lenço esclarlate artisticamente disposto na cabeça, mais outro da mesma cor cruzava no peito, “colete de fustão azul-escuro” (SP, p. 89), saia de pano preto até ao meio da perna, “camisa de linho, alvo como a neve” (SP, p. 89), com mangas compridas a apertar nos punhos, um fio de corralinas, uma rosa vermelha presa no peito.

Nos assuntos amorosos, mais uma vez, o dote surge como motivo de aprovação ou impedimento de um casamento: “A rapariga não tem nada de seu e aquele rapaz podia aspirar a um bom casamento” (SP, p. 124).

Na recolha de registos de língua popular, contam-se provérbios: “Falai no ruim, olhai para a porta” (SP, p. 91) e ditos: “entroixe e parta” (SP, p. 97), “estalou uma castanha na boca” (SP, p. 123).

No campo da medicina epocal, regista-se mais uma vez a prescrição das sangrias como terapia para todos os diagnósticos [“até propôs uma sangria” (SP, p. 91)], bem como efectuada pela “boa distribuição dos humores e a cocção das matérias pecantes” (SP, p. 94).

1.4.4.2. “O Espólio do Senhor Cipriano”

A fantasia popular, o maravilhoso com as suas lendas e crenças originam muitas vezes boatos que podem afectar profundamente a reputação e a vida de uma pessoa [“Os boatos das ocultas e sonhadas riquezas de Cipriano (...) deram lugar a duas versões diferentes” (SP, p. 146), “Uns, mas eram a minoria lançavam em rosto à pobre Maquelina o mesmo que haviam imputado ao irmão; outros, porém, viam nela uma vítima” (SP, p. 146)].

É numeroso o registo de linguagem popular e marcas religiosas que associaremos de acordo com o seu contexto, avareza [“Sovina” (SP, p. 138), “Unhas de fome” (SP, p. 138), “Capaz de se enforcar por um vintém” (SP, p. 138)], gozar [“caçoar” (SP, p. 179)],

insulto [“Sume-te porco” (SP, p. 138)] e de carácter religioso: crença cristã na vida eterna [“o Senhor o tenha em glória” (SP, p. 151)], crença na possessão de um corpo vivo pelo espírito de um morto, daí a necessidade de exorcizar [“Quem esconjura esta mulher?” (SP, p. 144)].

O ritual provinciano da sesta [“Eram horas da sesta” (SP, p. 143)] tinha um carácter tão especial que o abade reagia sempre mal quando lhe interrompiam o repouso após o almoço: “se havia (...) horas de mau humor eram as que se seguiam ao momento em que a inexorável força das circunstâncias o obrigava a emergir de entre os lençóis” (SP, p. 143).

A importância do cargo de regedor, existente em todas as sociedades rurais, é aqui ridicularizada pelo analfabetismo e ignorância patentes nos erros de ortografia do atestado: “regidor”, “maquilina”, “aberes”, intero” “irmon”, “berdadeiro”, “debe”, “incherrou” “pacei” (SP, pp. 145-146), levando-nos a concluir da pouca exigência na escolha de pessoas ligadas ao desempenho de funções de utilidade pública.

Numa sociedade materialista, em que os poderosos são incensados e os falhados desprezados, note-se como o insucesso do emigrante era visto como uma humilhação, um fracasso, pois “não se vêem com bons olhos os infelizes” (SP, p. 148).

1.4.4.3. “Os Novelos da Tia Filomela”

Ao espírito supersticioso do povo ignorante, aberto a todas as crendices: feiticeiras e superstições [“Era a pobre velha nem mais ou menos do que uma ladina e famigerada feiticeira” (SP, p. 154)] que “mantinha sinistras relações” (SP, p. 154) “com os espíritos ruins, que aos sábados não faltava às *soirées* do Diabo” (SP, p. 154), opõe-se o espírito esclarecido e científico do narrador para quem o feitiço estava na natureza que o rodeava: árvores, flores, bosques, montes, planícies, campos, “mil cambiantes de cor verde” (SP, p. 157), “Arroios cristalinos” (SP, p. 158).

Mas este mundo bucólico de giestas, sombras densas, gemido de rolas, gritos de gaios e aromas de flores e resinas, tinha um lado sombrio ligado ao pinhal sombrio, onde se erguia a casa solitária “da tia Filomela” (SP, p. 168) – “a bruxa da aldeia” e do seu “gato preto” (SP, p. 163) conotado pelo povo como o Diabo “aquele gato é o Diabo” (SP, p. 163). Outras conotações com o estatuto de feiticeira são “lume vermelho” (SP, p. 164), “anda pelos montes feita em uma luzinha” (SP, p. 164), “assembleia de bruxas” (SP, p.

164), “cabo da vassoura” (SP, p. 181), “cheiro de enxofre” (SP, p. 182), “morcegos” (SP, p.182), “os novelos” (SP, p.182), “A tia Filomela tinha uns novelos” (SP, p.182), “o seu condão” (SP, p. 182).

É no “largo da igreja” (SP, p.157) onde, nas tardes de domingo, os jovens da aldeia se entregam às mais variadas actividades lúdicas: danças, violas, encontros amorosos e os mais velhos rezam, dormem, recordam o passado ou falam das “vidas alheias” (SP, p.157) que se contam os factos extraordinários marcados pela superstição e ignorância que granjearam esse estatuto à tia Filomela: [“foi um morrer de criança que nunca se viu (SP, p.159), “Tinha o corpinho todo sarapintado de nódoas roxas”(SP, p. 161)] - marcas do “garrotilho” (SP, p.190), “os carneiros do ti Zé da Nora que em menos de quinze dias lhe morreram todos, mirrados como um torresmo” (SP, p.159), “pregos que lançou pela boca fora a tia” (SP, p. 159), “(...) a minha capa nova? Fui-a encontrar toda às tesouradas” (SP, p.160), sendo sugeridos vários rituais e benzeduras para quebrar o mal, como “ferver toda a roupa em uma panela que ainda não tenha servido, e barrá-la muito bem com lodo” (SP, p. 160), em que se lançaram “sete pedras de sal, com a mão esquerda” (SP, p.160) e rezar “com um ramo de alecrim bento na mão, fazendo três cruces no ar a cada verso o seguinte esconjuro: “T’arrenego esp’rito imundo,/ Vai-te pra os fogos eternos,/ Lá no fundo, bem no fundo,/ Das profundas dos infernos./Água quente da panela/ Ferva esta roupa bem cedo,/ Fervida seja com ela/ A bruxa com seu bruxedo” (SP, pp. 160-161), a que se misturam exorcismos e a devoção à Senhora do Amparo e ao Senhor de Matosinhos com a oferta de uma vela do tamanho do assombrado pelos espíritos malignos. Como amuletos contra o maravilhoso mágico são citados “um ramo de alecrim”, (SP, p.161) “hortelã verde do monte” (SP, p.161) “figas de azeviche no pescoço” (SP, p.161).

Se a ignorância é a mãe da superstição, logo desculpável no povo, mais difícil é aceitar essas crenças vindas de um padre que deveria ser espírito de luz e de concórdia entre as suas ovelhas e não a origem de ódios e perseguições.

A gastronomia referida é a dos mais desfavorecidos [“uma fervura faz um caldo, um cinzeiro coze um ovo, (...) uma febra de bacalhau assada no brasido ou num tijolo quente” (SP, p.173), “duas sardinhas assadas (...) no brasido” (SP, p.176)], petisco referenciado como muito fresco através da frase atribuída às vareiras “ainda a saltar vivas...” (SP, p.176) que recuando no tempo traz à ideia o pregão “Vivinhas da costa”.

Além das marcas de miséria adivinhadas pela frugalidade das refeições temos ainda a referir a falta de condições da habitação, uma casa primitiva sem janelas, nem chaminé já que o fumo saía “pelas inumeráveis fendas do telhado e das paredes” (SP, p. 168) “a porta obrigava a curvarem-se” (SP, p.168), o recheio reduzia-se a “sobre carunchosos bancos de pinho a miserável esfarrapada enxerga (...) sobre o lar (...) um púcaro de barro negro (...) fronteira à cama uma caixa de pinho” e sobre ela “o serviço de louça pela maior parte inválido (...) duas cadeiras mancas” (SP, p.169). Por associação à medicina caseira, surge a referência à medicina paralela do endireita que tratava “a espinhela caída” (SP, p.186) e tomamos contacto com os fármacos então mais vendidos na botica: “sementes de linhaça (SP, p.184), meia onça de raspa de veado, onça e meia de óleo de rícino”. (SP, p.185).

É longo o registo de fórmulas religiosas [“Valha-me Nossa Senhora do Amparo!” (SP, p. 162), “Santo nome de Deus” (SP, p.164)], pois, o pensamento ergue-se a Deus na doença, nas aflições do dia-a-dia, designadamente o responso a Santo António, na perda de objectos perdidos (SP, p. 188) e na hora da agonia “a sua bênção” (SP, p.192). A comparação de carácter religioso [“A minha vida conta-se como um padre-nosso. Fio, apanho lenha e farrapos” (SP, p. 176)] feita pela tia Filomela sintetiza a vida de uma pobre de Cristo que ia ao monte apanhar lenha e andava ao farrapo, o que nos remete para a profissão de farrapeira muito comum na primeira metade do século XX e renascida no século XXI com os pobres das lixeiras.

Mais uma vez uma lição de sabedoria popular expressa na maneira de interpretar as forças da natureza [“O vento virou ao norte” (SP, p. 177) “o aspecto do céu se mostrava já mais favorável, e uma extensa zona de púrpura, prenúncio certo de favoráveis reformas meteorológicas, tingia todo o ocidente” (SP, p. 186)] o que comprova o provérbio “vermelho ao mar calor no ar”.

As alcunhas de Zé da Nora, João dos Moinhos (SP, p. 159) Joana do viúvo, Rosa do Emílio (SP, p. 160) Luís do Canha (SP, p. 162) servem para identificar os múltiplos Zés e Joões da aldeia.

O vocabulário de índole popular expressa a ideia de cuidadosamente [“pés de lã” (SP, p.161)], pressentimento [“pancada no coração” (SP, p. 161)], ainda não aprendeu [“ainda não escarmentou” (SP, p. 187)], “Quem não quer ser lobo” (SP, p. 160) provérbio incompleto mas cujo sentido completo é “não lhe veste a pele”.

1.5.2. *A Cidade e as Serras*⁷

O título da obra sugere-nos dois espaços: “a cidade” e “as serras”. O segundo termo orienta-nos para um meio campesino, onde domina a Natureza, porém, quer a cidade, quer o campo, exigem do observador o apuro dos cinco sentidos, a fim de captar plenamente tudo o que o cerca, através da vista, ouvido, olfacto, paladar e tacto.

Este romance de Eça de Queirós conota-nos imediatamente com a dicotomia cidade/campo. Até ao capítulo VIII, o espaço físico é urbano, mais precisamente, Paris, a cidade Luz, símbolo da Civilização, luxo, moda e prazer, em que o ocioso, o desmotivado, o pessimista e o hipocondríaco Jacinto se passeia entre bocejos de tédio e saciedade. As personagens de *A Cidade e as Serras* sofrem influência dos espaços: da cidade e do campo, nomeadamente Jacinto, “O Príncipe da Grã-Ventura” (CS, p. 31) considerava o homem citadino “como uma criatura anti-humana, sem beleza, sem força, sem liberdade, sem riso, sem sentimento, e trazendo em si um espírito que é passivo como um escravo ou impudente como um histrão...” (CS, p. 75), rotulando o percurso diário do ser humano de “carneiros, trilhando o mesmo trilho, balando o mesmo balido, com o focinho pendido para a poeira onde pisam, em fila, as pegadas pisadas” (CS, p. 75) num local caracterizado “tão antinatural onde o solo é de pau e feltro e alcatrão, e o carvão tapa o céu, e a gente vive acamada nos prédios como o paninho nas lojas, e a claridade vem pelos canos, e as mentiras se murmuram através de arames” (CS, p. 75). Observando o homem da cidade, constatamos a veracidade e a actualidade das citações, pois cada vez é mais comum a falta de naturalidade, brilho, opinião, emoção e espírito de iniciativa, numa sociedade que se rege por padrões, por modelos estereotipados que seguem a mesma moda, frequentam os mesmos lugares, usam o mesmo vocabulário, partilham espaços e vícios.

A sua casa, o nº 202 dos Campos Elísios, uma capicua, é o espaço em que Jacinto e a sua corte de serviçais e adutores se movem – O Grilo e outro escudeiro são uma espécie de assessores para Jacinto [“Grilo (...) Escuta! Telefona para a casa dos Trêves (...) Eu tomo uma ducha antes de jantar, tépida, a dezassete, Fricção com malva-rosa” (CS, p. 24)]. Jacinto surge aos nossos olhos como um verdadeiro paradigma da alta sociedade, classe ociosa, fútil, desmotivada.

⁷ A primeira edição desta obra data de 1901, um ano após a morte do seu autor. Trata-se do desenvolvimento do conto intitulado “Civilização”.

É um espaço fechado onde impera um “luxo sereno e fresco” (CS, p. 25), o conforto transmitido pela “espessura dos tapetes sombrios (...) damasco das paredes” (CS, p.19), “um Bordéus rosado em infusas de cristal, e Champagne gelando dentro de baldes de prata” (CS, p. 26), “profusão de orquídeas em longas silvas por sobre a toalha bordada a seda” (CS, p. 41), o requinte “das velhas baixelas de ‘D. Galeão’” (CS, p. 41), mas supercivilizado, onde os últimos inventos da técnica deslumbravam os visitantes “um relógio monumental (...) marcava a hora de todas as capitais e o curso de todos os planetas” (CS, p. 21), máquina de escrever, “Conferençofone” (CS, p. 23), telefone, “numerador de páginas” (CS, p. 43), colador de estampilhas, “Telégrafo e Fonógrafo” “prodigiosa prensa eléctrica” (CS, p. 44).

Falando da sala de banho, maravilhamo-nos com os inúmeros acessórios conotados com a higiene quotidiana e pasmamos com a disponibilidade de tempo necessário para tais cuidados (CS, p. 28):

a fonte esterilizada para os dentes; o repuxo borbulhante para a barba; (...) botões discretos, que, (...) desencadeavam esguichos, cascatas cantantes, ou leve orvalho (...) Jacinto enxugando as mãos a uma toalha de felpa, (...) de linho, a outra de corda entrançada para restabelecer a circulação, ou de seda frouxa para repolir a pele.

Mas Jacinto, um homem de cultura, tem na sua extraordinária Biblioteca, um local de trabalho e cultura: “trinta mil volumes” (CS, p. 19), “Que maciça torre de informação!” (CS, p. 21), “Toda uma das suas faces estava repleta de Dicionários; a outra de Manuais; a outra de Atlas” (CS, p. 21).

A modernidade da cozinha e copa traduzia-se sobretudo pela existência de “dois ascensores que rolavam das profundidades da cozinha, um para os peixes e carnes aquecido por tubos de água fervente, o outro para as saladas e gelados revestido de placas frigoríficas” (CS, p. 42).

Todavia, estes supercivilizados espaços não constituíam de forma alguma um “lar”, um lugar de felicidade para Jacinto que, prisioneiro de tantos luxos, “preceitos, etiquetas, cerimónias, praxes, ritos” (CS, p. 74) em nada descobria prazer “Nenhum prato, por mais engenhoso, o seduzia” (CS, p. 30), e “reclamava impacientemente (...), um café de moka, (...) fervido à turca, muito espesso, que remexia com um pau de canela!” (CS, p.30), pois, segundo suas próprias palavras, vivia “Como um morto” (CS, p. 88).

O 202, como espaço social, revela a índole interesseira, hipócrita e imoral da alta sociedade que gravita em torno de Jacinto, porque é rico, elegante e influente [“desde o começo do ano, pediam o nome, a influência, o dinheiro de Jacinto” (CS, p. 46)]. É o retrato de uma sociedade que, oca e desprovida de escrúpulos, multiplica os parasitas e vigaristas e onde “As amizades nunca passam de alianças que o interesse (...) ata apressadamente com um cordel apressado, e estalam ao menor embate da rivalidade ou do orgulho” (CS, p. 74). Procedimento social que nos remete aos “predadores” do Sermão do Padre António Vieira.

Contudo, sendo Jacinto um produto desta sociedade, avalia-a negativamente, acusando-a de ser a origem de “amarguradas ilusões e falsas delícias” (CS, p. 218), fonte de cansaço, frustração, pessimismo, ociosidade, desmotivação, enfim “uma maçada amarga! Sem interesse” (CS, p. 41), ou seja, uma vida tumultuosa, mas completamente inútil (CS, p. 30).

Apesar de nas suas deambulações pela cidade, em busca de distração e prazer, encontrar numerosos serviços desde “armazéns servidos por três mil caixeiros” (CS, p. 12), mercados, bancos, fábricas, “bibliotecas abarrotadas, a estalar, com a papelada dos séculos” (CS, P. 12), mercearias em cuja montra Jacinto visionava, através dos seus binóculos, “presuntos, queijos, boiões de geleia e caixas de ameixa seca” (CS, p. 11) e lugares de cultura: “preciosos museus do século XIX” (CS, p.31), o “teatro das Nouveautés, no Palais Royal, nos Buffos” (CS, p. 103), a ópera e as cervejarias filosóficas, no Boulevard Saint-Michel” (CS, p. 10), Jacinto que fizera vinte e três anos, sentia-se infeliz e doente, fugindo para casa na ânsia de evitar pessoas sem alma, sem vida.

Se ao penetrar nos espaços, as personagens são absorvidas pela energia que eles contêm, compreende-se que os parisienses reflectissem a tristeza e a desumanidade da cidade pela “fealdade e tristeza dos prédios” (CS, p. 32), “chaminés de lata negra” (CS, p. 32), “Só tijolo, argamassa, estuque: linhas hirtas, ângulos ásperos: tudo seco, tudo rígido” (CS, p. 32); o medo e a insegurança obrigava a ter “janelas sempre fechadas, as cortinas sempre cerradas, abafando, escondendo a vida” (CS, p. 32) e a falta de comunicação e de partilha, do interior para o exterior. Este facto comprova a influência do espaço no homem, ora, se os espaços públicos são feios, frios, assustadores, transmitem uma energia negativa, falta de individualismo e criatividade aos transeuntes.

No entanto, num espaço humanizado frequentemente de forma caótica e desordenada em que se multiplicam “fundas milhas de ruas” (CS, p. 12), “de fios de telégrafos, (...) telefones” (CS, p. 12), “filas atroantes de ónibus, tramways, carroças, velocípedes, calhambeques, parelhas de luxo” (CS, pp. 12-13), onde se movem “dois milhões (...) na busca dura do pão ou sob a ilusão do gozo” (CS, p.13), a Natureza consegue impor-se em todo o seu esplendor, obrigando os homens a erguer os olhos ao firmamento, para observar a beleza da manhã de Primavera quando “o céu de Março concedia um pouco de azul aguado” (CS, p. 31) ou meditar sobre o poder das forças dos seus elementos se “Nos céus remotos lampejavam relâmpagos lânguidos” (CS, p. 11).

O tédio, a falsidade, o vazio citadino fazem de Jacinto um ser desiludido, desmotivado, infeliz, que não encontrando nos bens materiais nem na lisonja que o rodeia qualquer prazer, decide aceitar a sugestão do seu amigo Zé Fernandes: viajar para Portugal e conhecer Tormes, terra dos seus antepassados, [“A sua quinta e casa senhorial de Tormes, no Baixo Douro, cobriam uma serra. Entre o Tua e o Tinhela” (CS, 5)].

O primeiro contacto de Jacinto com Portugal é a estação de caminhos-de-ferro da fronteira, “Era uma estação muito sossegada, muito varrida, com rosinhas brancas trepando pelas paredes – e outras rosas em moitas, num jardim,” (CS, p. 112) que acariciando-lhe o olfacto lhe arrancam um comentário elogioso ” – Então é Portugal, hem?... Cheira bem” (CS, p. 113).

Analisando mais pormenorizadamente este quadro bucólico, visualizamos, nos elementos humanos presentes, o Portugal burguês conotado com o moço “pálido, de paletó cor de mel (...) e bengalinha” (CS, p. 112) e o Portugal rural representado na velha que “agachada rente à grade da horta (...), diante da sua cesta de ovos, contava moedas de cobre no regaço” (CS, p. 112) a que se junta a imagem das abóboras no telhado.

A viagem do comboio sob o colorido esplendoroso de uma tarde de Verão [“Toda a passarinhada cantava, num esforço de alegria e de louvor. As águas correntes, saltantes, luzidias, (...). A serra toda se ofertava, na sua beleza eterna e verdadeira. (...) através da Natureza campestre e mansa” (CS, p. 218)], que a brisa perfumava de aromas silvestres e a passarada orquestrava, foi um deslumbramento aos olhos dos viajantes, agindo beneficentemente sobre o apetite de Jacinto que confessava: “estou com uma fome, Zé Fernandes!” (CS, p.113).

A ausência do caseiro na estação e a necessidade de fazer a viagem até Tormes a cavalo permite a Jacinto deslumbrar-se com as belezas da serra: águas sussurrantes, searas, carvalhos ancestrais, laranjais verdejantes, “fartos prados com carneiros e vacas retouçando” (CS, p.119), exclamando de minuto a minuto – “Que beleza!” (CS, p. 119) – num entusiasmo que nunca qualquer monumento de Paris lhe arrancara.

A rusticidade do jantar servido [“Numa mesa, encostada ao muro denegrido (...) sobre uma toalha de estopa (...) em pratos de louça amarela ladeados por colheres de estanho e por garfos de ferro (...) copos, de um vidro espesso, que conservavam a sombra roxa do vinho” (CS, p. 125)] e constituído por canja de galinha que rescendia, arroz com favas, frango assado no espeto e salada temperada com azeite da serra foi saboreado por Jacinto entre exclamações elogiosas: “Oh que fava! Que delícia!” (CS, p. 126).

E a partir desse dia, Jacinto apaixonou-se perdidamente pela gastronomia tradicional portuguesa, fosse ela da autoria da afilhada do Melchior, fosse confeccionada pela tia Vicência [“Jacinto parecia gostar das nossas comidas portuguesas” (CS, p.187)] e exclamava entusiasticamente: “Está bom!”, “Divina” (186), nomeadamente de “pratada de ovos com chouriço” (CS, p.137), “trutas” (CS, p.143), “cabrito assado” (CS, p.143), “cabidela” (CS, p.143), “canja” (CS, p. 149), “arroz de forno” (CS, p. 186), “pudins (...) doce de ovos” (CS, p. 186) e “frangos guisados” (CS, p. 192).

E, apesar do desconforto da enxerga dura de palha, a primeira noite de Jacinto em Tormes, foi dormida profundamente entre os lençóis frescos e cheirosos. Morria assim o Príncipe e nascia o Administrador activo, entusiasta e inovador que iria transformar Tormes num espaço modelar, onde a tradição se aliava à modernidade, onde a miséria dava lugar à abundância, que bem cedo adoptou os hábitos rurais, levantando-se cedo [“Ando aí pelas terras desde o romper da alva!” (CS, p. 137)], indo à pesca no rio [“Pesquei já hoje quatro trutas” (CS, p. 137)], adaptando-se ao costume natural do beber água sem cerimónias “água da fonte, bebida pela telha ou numa folha de couve” (CS, p. 137) e a fazer tal como o povo uma pausa nas horas de maior calor “sob o peso da sesta” (CS, p. 158).

Ao decorar a casa de Tormes, Jacinto privilegia o artesanato português, mobiliário e acessórios de estilo rústico duma extrema simplicidade e frescura [“As cadeiras de verga da Madeira (...) com almofadinhas de chita. (...) um candeeiro de metal de três bicos” (CS, p.135), “toalhas de linho de Guimarães e a louça forte” (CS, p.138), louça de Barcelos, num convívio amigável com algumas antiguidades “um tinteiro de frade

armado de penas de pato, um vaso de capela transbordando de cravos (...) uma cómoda antiga (...) com ferragens lavradas, recebera (...) um Presépio, onde Reis Magos, (...) duas espingardas (...) nobres livros (...) cadeiras de palhinha” (CS, p.135)].

A mudança de carácter, hábitos, maneira de ser, estar, agir no dia-a-dia de Jacinto, é notória, mesmo na sua postura física [“Jacinto já não corcovava” (CS, p.136)], notando-se no entusiasmo posto na remodelação da Quinta de Tormes, alegria de viver [“Dos olhos, (...), saltava agora um brilho”, (CS, p. 157)] e felicidade, um interesse por tudo o que o cerca e uma espiritualidade que nunca sentira em Paris (CS, p. 157-158):

entreter toda uma manhã, caminhar por entre um pinheiral, de tronco a tronco, calado, embebido no silêncio, na frescura, no resinoso aroma, empurrando com o pé as agulhas e as pinhas secas. Qualquer água corrente o retinha, enternecido naquela serviçal actividade, que se apressa, cantando para o torrão que tem sede, e nele se some, e se perde.

O encontro de Jacinto com “um rapazito muito rotinho, muito magrinho, com uma carita miúda, toda amarela sob a porcaria” (CS, p.168) fá-lo despertar para a dura realidade da serra duriense, já que habituado a uma existência de luxo e debruçado sobre si mesmo, nunca pensara na dor e sofrimento dos outros, não admitindo que nas suas terras pudesse haver fome, pobreza e doença, decide impulsivamente conhecer a casa da criança que surge aos seus olhos como um covil feito de “grossa pedra solta, sem reboco, com um vago telhado de telha, musgosa e negra, um postigo no alto e a rude porta que servia para o ar, para a luz, para o fumo e para a gente” (CS, p. 170) e cujo recheio se resumia a “trapos, cacos, restos” (CS, p. 179) a fim de pôr fim a essa injustiça social concretizada de imediato com a vinda do médico “para os caldos, para a dieta, uns dez ou quinze mil réis” (CS, p.172) e pagamento de despesas a que futuramente acrescentou a construção de “vinte e sete” casas para todos os trabalhadores dele dependente “uma casa simples, mas limpa e confortável” (CS, p. 172), escola “Já encomendara ao seu arquitecto de Paris, o plano perfeito” (CS, p. 177), posteriormente e paulatinamente cresceria uma biblioteca, “construiria currais perfeitos” (CS, p.154), espaço fechado destinado para vacas, as quais jorrariam leite que conduziria à “instalação de uma queijaria, fresca moda holandesa, toda branca e reluzente, de azulejos e de mármore, para fabricar os Camemberts, os Bries... os Coulommiers” (CS, p. 154) e acabando assim com a “chaga” da miséria, entre outras – uma escola “. Daqui nasceu a sua fama de “Pai dos Pobres” (CS, p.201) que o cumulavam de bênçãos:

“Ai! Nosso Senhor lhe dê muito boa sorte! Nosso Senhor o acompanhe” (CS, p.171)
 Guarde-o Deus, meu Senhor! (CS, p. 181).

E como o povo gosta de presentear quem lhes faz bem, os trabalhadores da quinta demonstram o seu respeito, gratidão e afectividade por Jacinto, oferecendo-lhe presentes simples, como vasos de manjerição, ramalhetes de cravos ou um “gordo pato” atenções que ele retribui, distribuindo “cavacas e merengues de Guiães” (CS, p.182) pelas raparigas e crianças e “infusas de vinho branco” (CS, p.182), mas a generosidade de Jacinto era pródiga também com os amigos a quem gostava de surpreender com presentes como aconteceu com Zé Fernandes, no dia do seu aniversário: “um alfinete de gravata, de safira, uma cigareira de aço fosco, com um florido ramo de macieira em delicado esmalte, uma faca para livros de velho lavor chinês (CS, p. 182) e com a “caldeirinha de água benta”¹⁸² oferecida à tia Vicência.

A linguagem popular visível na alimentação: “Estou com uma fome de lobo!” (CS, p. 171) i.e. estou com imenso apetite; fórmulas sociais: “Suas Incelências” (CS, p.125) i.e. Suas excelências; “recados do Sr. Pimentinha” (CS, p. 133) i.e. cumprimentos do Sr. Pimentinha; aparência: “gordalhufo” (CS, p. 130) i.e. pessoa forte; “acaçapado” (CS, p.132) i.e. acocorar-se; convicção: “ferrenho” (CS, p.133) i.e. intransigente, acções: “natalício” (CS, p.185) i.e. dia de aniversário, “enxerguei” (CS, p.134) i.e. avistei, “abeirar” (CS, p.134) i.e. aproximar-se, “cavaqueira” (CS, p. 130) i.e. conversa, “gazeta” (CS, p.133) i.e. faltar aos compromissos, “esfalfou” (CS, p.142) i.e. esforçou-se, “tornejar o vento” (CS, p.177) i.e. o vento virou; família “filharada” (CS, p.168) i.e. muitos filhos, estado material “são muito pobrinhos” (CS, p.169) i.e. muito pobrezinhos, aquela franqueza (CS, p.172) i.e. aquela abundância; saúde “isso foi friagem” (CS, p.179) i.e. foi corrente de ar ou frio, um leicença (CS, p.183) i.e. um furúnculo; espaço: “comedouro” (CS, p.147) i.e. sala de jantar. Podemos igualmente observar no insulto: “Que animal!” (CS, p.130; balada cavalheiresca: “Manda-lhe o servo dizendo:/ «Bem hajas dona formosa!»/ E que lhe entregue um anel/ E com um anel uma rosa” (CS, p. 196), provérbio: “Em Janeiro mete obreiro, Mês meante que não ante” (CS, p.161); alcunhas de Manuel Hortelão, Ana Vaqueira, O Torto, João Torrado, Manuel da Porta; sabedoria rural por meio da previsão da meteorologia: “Sudoeste! Gralhas a grasnar (...) temos muita água” (CS, p. 166); saudação: “Eh! Tia Maria... Ó rapariga” (CS, p. 170) e, por último, ditos: “A gente vê os corpos, mas não vê as almas que estão dentro” (CS, p.198) e “Corpo é vestido, alma é pessoa” (CS, p. 198).

O espírito religioso do povo duriense imerge das fórmulas de acção de graças no pedido de benções “Deus seja louvado”, (CS, p. 132), “Santíssimo nome de Deus!” (CS, p.134), “Santo Deus!” (CS, p.168), na referência a um lugar de devoção “romaria da Senhora da Roqueirinha” (CS, p.133) e no ritual de iluminar o Senhor “acender duas velas costumadas no oratório e rezar o terço, com a Gertrudes” (CS, p. 194).

Das numerosas tarefas campestres destacam-se a ceifa, a vindima, a sementeira, o corte de mato e a apanha de espargos, assim como, o vocabulário rural relacionado com as medidas das colheitas das ceifas, o alqueire e o “alguidar da lavagem” (CS, p.134), utensílio indispensável para a higiene dos animais, estando estes no “curral” (CS, p.134) após as longas e árduas tarefas diárias.

A natureza que na sua infinita variedade e riqueza oferece a frescura amiga das árvores “na sombra de grandes faias (CS, p. 200), “vetustos carvalhos”, o colorido e o perfume das flores “seara (...) toda entremeada de papoulas” (CS, p.149) e o odor “Os cravos rescendiam” (CS, p.146), o murmurar de “um regatinho palreiro” (CS, p.141), a frescura salutar dos legumes da horta “couvinha na horta, a beldroega, os espinafres” (CS, p.152), a doçura das frutas “laranjas (...) muito doces e muito finas” (CS, p.152), a cura dos males “cardos (...) em xarope” (CS, p. 150) e “emplastrozinho de folhas de alecrim” (CS, p.184).

Para os aldeãos se movimentarem pelos campos, tornam-se imprescindíveis os meios de transporte rurais que assentam no gado cavalar e mular, “carroças” (CS, p. 101), “carruagens ou carroções” (CS, p. 181) - o Dr Alípio possuía “uma das éguas da caleche que era escabreada” (CS, p.192) o que dificultava a locomoção pelos caminhos da terra e o “Jacinto de grande chapéu de palha na sua égua seguido do Grilo que se escarranchava, sobre o albardão da velha égua do Melchior” (CS, p.186).

No âmbito da limpeza e como curiosidade, anotamos “o lavadouro” público ao ar livre, local onde as mulheres se reúnem, sem marcação, a fim de tratarem manualmente das suas roupas num tanque público, aproveitando para actualizar os assuntos da “aldeia” e partilhar experiências. É de salientar que as raparigas começam a acompanhar a mãe desde cedo, a “lavar” ou “cuidar” a roupa, de forma a se preparem para “donas de casa”. Também nos é fornecida a referência à carqueja aliada à lavagem dos “soalhos remendados, esfregados a carqueja” (CS, p. 134) de casa, bem como ingrediente à confecção dos alimentos.

Em concatenação com o lavadouro, destaca-se o vestuário feminino pelo colorido de “lenço de ramagens” (CS, p.125) e do saiote escarlate (CS, p.171) que casa com o colorido festivo da natureza nortenha, enquanto no material de confecção predomina o linho e a estopa quinzena de linho (CS, p.138), “camisa de estopa com folhos (CS, p. 132) guarda-pó de lustrina (CS, p.135 tamancos (CS, p.131), reservando-se o preto às viúvas “lenços pretos (CS, p. 148). Surpreendendo-nos pela originalidade dos grandes guarda-sóis verde “Melchior de chapéu de palha, e abrigado sob um imenso guarda-sol verde” (CS, p.184) guarda-sóis vermelho “e como enorme papoula (...) rutilava o guarda-sol de paninho aberto pelo sacristão para abrigar o abade” (CS, p.149).

Na mesma linha de ideias acerca da mulher, surge a imperiosa análise sobre o modo de Jacinto ver as mulheres parisienses, que nos é retratada pela hipocrisia, assemelhando-as a uma figura de cera, nomeadamente, na figura de madame de Trèves [“ela somente se ocupara em exercer, com proveito e com perfeição, a Arte de Agradar. Toda ela era uma sublime falsidade” (CS, p. 44)], quer no aspecto físico [“Dos ombros para cima tem pó-de-arroz” (CS, p. 37) e “Dos ombros para baixo nem sei se tem a pele cor de neve ou cor de limão” (CS, p. 37)], quer moral [“uma *cocotte* com os seus vestidos, os seus diamantes, os seus cavalos, os seus lacaios, os seus camarotes, as suas festas, o seu palacete, a sua publicidade, a sua insolência” (CS, p.37) e “Sob o véu cerrado, apenas percebi a brancura da face empoadada, e a escuridão dos olhos largos. E com aquelas sedas e veludos negros, e um pouco do cabelo louro, de um louro quente (...) toda ela derramava uma sensação de macio e de fino” (CS, pp. 38-39)] e as vizinhas da Quinta de Tormes que compara a produtos da horta (CS, p. 178):

há aqui falta de mulher, com M grande. Mas essas senhoras aí das casas dos arredores... (...) se devem parecer com legumes. Sãs, nutritivas, excelentes para a panela – mas, enfim, legumes. (...) E evidentemente não há perfume, nem graça, nem elegância, nem requinte, numa cenoura ou numa couve... Não devem ser interessantes as senhoras da minha serra.

acabando por se apaixonar pela “lavradeira rechonchuda” da fotografia que Zé Fernandes tinha em Paris, a “Joaninha, de Sandofim, da Casa da Flor da Malva” (CS, p. 100) que surge aos seus olhos como uma visão de “luminosos olhos negros” (CS, p. 202), saudável “corada do passeio e do vivo ar” (CS, p. 202), bela [“o esplendor branco da sua pele, e o louro ondeado dos seus belos cabelos” (CS, p. 202)], feliz [“lindamente risonha” (CS, p. 202)] e “trazendo ao colo uma criancinha, gorda e cor-de-rosa, apenas

coberta com uma camisinha, de grandes laços azuis” (CS, p. 202) o que corresponde à tipificação de mulher aldeã que aprecia a vida no seu esplendor, ocupando o seu tempo ao serviço do bem estar dos mais necessitados.

Jacinto “casou, em Maio, na capelinha de azulejos, quando o grande pé de roseira se cobria já de rosas” (CS, p. 202) com Joanhina e que lhe deu “dois filhos” (CS, p. 206) pelo que “O meu Príncipe já não é o último Jacinto, Jacinto ponto final” (CS, p. 202).

A casa de Tormes considera-se portanto um espaço antropológico, porque confere ao homem uma identidade [“Passeara por toda aquela magnificiência da serra com pensamentos ligeiros de liberdade e de paz” (CS, pp. 136-137)], define a sua relação com o meio [“se sentira de repente como desanuviado, desenvencilhado!” (CS, pp. 136-137)], bem como o situa num contexto estável, histórico e familiar. As circunstâncias desencadeadas em Jacinto pelo espaço exigem, portanto, um processo de aprendizagem “como se produzem as risonhas messes, e sob que signo se casa a vinha ao olmo, e que cuidados necessita a abelha provida” (CS, p. 138), leitura dos meios de informação por exemplo, nos “Jornais da Agricultura”.

Os espaços aldeãos são denominados de “extracelestes” (CS, p. 196), pois representam autenticidade e naturalidade, pelo hábito de conversar, para que Jacinto tenha conhecimento do seu espaço novo, Tormes, “demoraria a conversar com os moços, quando à borda de um caminho ou num campo em monda” (CS, p. 162), pelos frutos que oferecem nos raminhos de flores “para cheirar” (CS, p. 201), fruta “pomar, que dá os pêssegos mais deliciosos de Portugal (CS, p. 196), produtos da terra: “delicioso vinho” na taverninha do Torto (CS, p. 197), além dos legumes, em espaço humanizado: “quintalinhos umbrosos” (CS, p. 148)

Os costumes ligados às características dos meios rurais, entre os quais destacamos as árvores, o adro, pátio e a adega como locais de encontros “parámos num souto de carvalheiras, onde esperava a velhíssima égua do abade” (CS, p. 150), o “adro” onde “Jacinto acendia regaladamente um cigarro” (CS, p. 149), local de actualização de conhecimentos ao domingo “no pátio debaixo da figueira” (CS, p. 217). A adega local de reunião de amigos, família e conhecidos para “a famosa pipa, que tinha, em relevo, na madeira do tampo as complicadas armas dos Sandes” (CS, p. 184).

Os serões constituem um dos momentos mais fascinadores para os aldeãos, desde jogar, conversar, fiar, tecer, costurar, e, no caso de Jacinto, “desde que nele entrasse paz e doçura” (CS, p. 163) já estava feliz, por exemplo, com histórias “muito simples e muito

caseiras” (CS, p. 163) relativas ao campo, às localidades, aos “parentes”. O que o encantava mais era “atravessar as casas, pé ante pé, até uma saleta que dava para o pomar, e aí ficar encostado à janela, sem luz, num enlevado sossego, a escutar longamente, languidamente, os rouxinóis que cantavam no laranjal (CS, p. 163).

Atente-se ao facto do principal motivo da deslocação de Jacinto, à quinta e casa senhorial de Tormes, ser a “cerimónia da trasladação dos ossos dos velhos jacintos” (CS, p. 146) dever, que como bom neto cumpriu, num acto caracterizado pela sobriedade e dignidade numa “cerimoniazinha muito simples, muito sóbria” (CS, p. 147), decorrida na “capelinha do vale da Carriça (...) toda nova” (CS, p. 146) devido às obras implementadas por Jacinto.

A figura do bom sacerdote conotado com a doçura das suas palavras, bem como pela espiritualidade emanada da compostura do seu sacristão, faz-nos pensar na grandeza que Cristo assume na Cruz. De salientar a distinção da figura sacerdotal, do padre queirosiano, da de Fialho de Almeida, em *Contos*, pela postura, que no primeiro se pontua pela dignidade e simplicidade e no último “um carrancudo alarve na face” (C, p. 118) é marcada pelo ar imperativo e pose arrogante.

IV. CONCLUSÃO

Não se trata aqui de fazer um estudo exaustivo do romance rústico, mas, apenas observar em que medida os vários autores estudados: Rodrigo Paganino, Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Júlio Dinis e Eça de Queirós se apropriaram das mesmas temáticas, para as refazer em a seu modo, refundindo-as, dentro de si, para nos conduzir em a uma versão original e única, ou seja, a sua versão de um tema que pretende, nada mais, nada menos, que pintar o viver rural nos seus vários espaços exteriores e interiores, nas múltiplas tarefas do dia-a-dia, personagens-tipo, hábitos, crenças, tradições...

A acção das obras de Rodrigo Paganino, Trindade Coelho, Júlio Dinis e Eça de Queirós têm como cenário a paisagem fresca e verdejante do Minho e Alto Douro, enquanto Fialho de Almeida localiza a acção dos seus contos num Alentejo dourado e ardente. Uma actividade comum a todas as obras é a pastorícia, com a imagem padrão do pastor encostado ao seu cajado, enrolado na sua manta, protegido pelo seu chapéu dos ardores

do Verão ou das inclemências do Inverno, cuja única companhia é o seu cão e, por vezes, uma flauta que enche de sons bucólicos a solidão das pastagens. Por oposição, Eça de Queirós não faz referência a pastores nem boieiros, de guarda, a rebanhos e manadas avistados por Jacinto nas encostas do Douro. Mas, na medida em que as personagens se movimentam num ambiente campestre, quer as actividades primárias, quer as secundárias estão conectadas de um modo geral com o campo, de que se destacam pela sua simbologia de abundância e alegria, a ceifa com as suas desfolhadas, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis e a vindima, além do arar, cavar, malhar, regar ...

Num meio rural, de baixa ou quase nula literariedade, destacam-se, pela sua cultura, os sacerdotes, dos quais sobressai o reitor, de *As Pupilas do Senhor Reitor* de Júlio Dinis, modelo de caridade e espírito de justiça; em *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis; o professor, fonte de cultura, num ciclo de iletrados, desde sempre pouco valorizado pela sociedade, apesar do seu trabalho ser a base de todo o conhecimento, na medida em que desbravando as mentes, faz nascer o culto da ciência. Tomemos como exemplo, a desvalorização do professor Augusto, em *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis, vítima da traição de Bento Pertunhas, que lançou sobre ele o estigma da infâmia e da desconsideração do Conselheiro, que tendo prometido dar-lhe o lugar de mestre-escola da aldeia o oferece a outro, como compra de favores no acto eleitoral a que ia concorrer, ainda o hostiliza com o preconceito da sua inferioridade social numa união com a filha. Já Margarida, a mestra de *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis, embora não tivesse saído da aldeia para cursar qualquer carreira científica pelo seu auto didactismo e ajuda do Sr. Álvaro, o mestre-escola, uma rapariga culta capaz de alfabetizar e educar as crianças da aldeia. Em as “Quatro épocas”, de *Contos*, de Fialho de Almeida, encontramos um Biólogo, que percorria os campos em busca de exemplares de insectos para sua colecção. Por sua vez, Jacinto, de *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, um descendente da nobreza duriense era um homem culto, dono de uma Biblioteca admirável, conhecedor de arte, coleccionador, frequentador de eventos culturais e artísticos, assim como Zé Fernandes, que tendo sido expulso da Universidade de Coimbra, por ter agredido um professor, foi estudar nas Escolas do Bairro Latino, em Paris, onde acamaradou com Jacinto. Já Henrique de Souselas, em *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis, era um homem que dividia o seu tempo entre a política, a

literatura e a frequência assídua do Teatro de S. Carlos, enquanto o Conselheiro, pai da Morgadinha, é político eleito deputado da Nação. Na classe médica, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis, destaca-se pelo seu humanismo o Dr. João Semana, um médico da velha escola que faz da medicina um apostolado a ponto de, em vez de cobrar os seus serviços junto dos doentes, lhes deixar uma ajuda financeira para a compra dos medicamentos e dos caldos de galinha que tem como colegas de profissão, Daniel das Dornas, clínico da nova escola, para quem a medicina é um mero passatempo, destacando-se por defender uma nova farmacologia de que se destaca o arsénico e ser um galanteador, capaz de romper com a ética médica, para cortejar uma paciente, a Francisquinha, que ingenuamente acredita ter despertado sentimentos sérios no jovem médico. Em “As apreensões de Uma Mãe” d’ *Os Serões da Província* de Júlio Dinis, o materialismo do velho médico da aldeia que temia ver os seus rendimentos reduzidos com a chegada do novo colega é tranquilizado pela notícia de que Tomás apenas pretende ajudar os mais necessitados, exercendo clínica de forma gratuita. Aos já referidos, acrescentam-se todos os médicos lisboetas consultados por Henrique de Souselas e o que o assiste após a queda do cavalo e consequente “profunda comoção cerebral” (MC, p. 338) em *A Morgadinha dos Canaviais* de Júlio Dinis.

O clero surge como uma medalha de duas faces, o negativo e o positivo, o primeiro simbolizado nos missionários que pelo seu fanatismo e doutrina de terror espalhavam na aldeia um clima de terror; o segundo pelo cura da aldeia que indignado ergue a sua voz vibrante para interrogar “Que querem daqui (...) com que fins vieram perturbar com desordens de taberna, as cerimónias religiosas? (MC, pp. 326-327), esclarecer “Julgam que Deus não receberá as almas cujos corpos não estejam lá dentro” (MC, p. 327) e finalmente ameaçar, com voz vibrante e temível, os amotinados que se propunham tocar no caixão de Ermelinda, gritando “A justiça de Deus caia sobre o ímpio, que com as mãos impuras tocar nesse cadáver que está abençoado pela Igreja” (MC, p. 327), indo posteriormente pôr-se corajosamente ao lado de Madalena, a fim de impedir que o grupo de desordeiros profanasse a sepultura de sua mãe, evitando assim uma grande desgraça. Em *Serões da Província*, d’ “Os novos da tia Filomela”, de Júlio Dinis, dois sacerdotes de carácter antagónico opõem-se na sua postura de pastores de almas, relativamente à velha ostracizada pelo povo; o que pastoreava a aldeia no momento da sua chegada e que contribui para o ódio do povo ao dizer que ela era suspeita de todo o mal que acontecia na aldeia, e que tudo fazia crer “ser ela bruxa refinada” (SP, 189) e o

jovem padre que o vai substituir, modelo de bom pastor, que defende e protege as suas ovelhas: reza missa só para ela, ouve-a de confissão e assiste-a na hora da morte; em “Sempre Amigos” em *Contos*, de Fialho de Almeida, um padre insensível, desumano, capaz de bater e insultar numa criança de três anos, responsabilizando-a pelos erros do pai; materialista, ao lamentar a perda do homem que tratava das suas terras; desrespeitoso em relação à viúva ao considerar que ela era ainda uma rica mulher. Em “Apreensões de uma mãe”, dos *Serões da Província*, de Júlio Dinis, tomamos contacto com uma visita da casa, padre da Ordem Beneditina de Singeverga, cujo maior pecado era a gula. Em “O Milagre do Convento”, dos *Contos*, de Fialho de Almeida, só alguém como o Padre Nazaré, homem de baixa índole moral, rude, grosseiro, sensual, amigo da pândega, capaz das maiores mentiras poderia imaginar a fraude do Senhor dos Passos que prometia ser uma boa fonte de proveitos materiais; por antítese, o prior, homem bom, simples, calado que condenava os escândalos do clero em todas as suas vertentes acaba por ser transferido para um pobre lugarejo, sem recursos, no meio da aridez da serra.

Em *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, a figura do bom sacerdote que preside à cerimónia da transladação, conota-se com a doçura das suas palavras e a espiritualidade emanada da compostura do seu sacristão e faz-nos meditar na grandeza que assume o Cristo na Cruz. Salientamos a distinção a nível da figura do padre entre o padre desta obra e da do Fialho de Almeida em *Contos*, em que o padre na morte de Jerolmo desencadeia uma postura despropositada, simulada, fingida.

Em *Os Contos do Tio Joaquim*, de Rodrigo Paganino, constatamos nos meios rurais que o Sr. prior, com a capacidade estupenda de cativar o povo, pelas homilias, pelos preceitos para “pescar homens” para a sua Igreja, sendo visto como exemplo pelas palavras proferidas, porém, o tio Joaquim afirma que não se pode acreditar nos padres, pois não sabem o que dizem, que vem de encontro à maneira de ser e estar de determinados padres apresentados nas obras estudadas de Fialho de Almeida, Trindade Coelho e Júlio Dinis.

A atitude do “velho e corcuvado sacristão” (CS, p. 148) que caminhava ao lado do abade, segurando “pensativamente a caldeirinha de água benta” (CS, p. 148), é a

imagem do crente nortenho na devoção e respeito pelo sagrado. De notar também a sua atenção e solicitude em relação ao velho abade, abrindo solicitamente o grande guarda-sol de paninho vermelho, mal o sol raiou, para o abrigar das inclemências solares, deixa completamente arrasadas as imagens do sacristão trapaceiro de “O Milagre do Convento” e do profanador e licencioso sacrista do “Sempre Amigos”, textos inseridos em *Contos*, de Fialho de Almeida.

Comparando agora as duas cerimónias fúnebres, salientamos desde logo a diferente carga emocional presente num e noutra, pois, enquanto o funeral alentejano representa a morte violenta dum jovem pai de família, a cerimónia fúnebre do Douro é despida de qualquer sentimento de dor, na medida em que se trata da trasladação dos ossos dos avoengos de Jacinto que ele nunca conhecera. À modéstia do funeral do trabalhador rural alentejano assinalada por um horrível “esquife de pau preto com balaústres delgados” (C, p. 118) e com um Cristo “de ferro com resplendor de lata” (C, p.118) cravado na cabeceira, que seguia aberto, deixando ver o morto amortalhado no seu traje de Saragoça e “sapatos de bezerro” (C, p. 119) aos ombros de quatro mendigos, opõe-se o requinte de “os oito caixões pequeninos, cobertos de um veludo mais de festa que de funeral, com molhos de rosas espalhados” (CS, p. 147) transportados “aos ombros dos coveiros de Tormes e dos moços da quinta” (CS, p. 147), levando à frente uma “velha cruz prateda” (CS, p. 148) erguida por um moço de sobrepeliz. Também os acompanhantes dos féretros se distanciam pela sua apresentação, pois, se os alentejanos usavam os seus fatos de domingo de áspera Saragoça, chapéus de Braga, com borla redonda e “capotes de baetão das mulheres aos ombros” (C, p. 116), os de Tormes ostentavam fatos de circunstância de que se destacava o imenso peitilho do Silvério, a casaca do Grilo, o fato preto de Zé Fernandes a que se juntavam os lenços pretos das mulheres do campo “desfiando longos rosários (...) através de espaçados suspiros tão doridos como (...) lhes doesse a perda” (CS, p. 148), única marca negativa da cerimónia, contudo, aliada à tradição rural das carpideiras.

Na comparação subjacente registe-se o facto das mulheres alentejanas assistirem à passagem do cortejo fúnebre das soleiras das portas, ao passo que as do norte caminham lado a lado dos homens.

A condução do serviço religioso também é diferenciada, pois se a voz do prior alentejana soava “imperativa e cheia de sabedoria de latins” (C, p. 121), o bom abade de

S. José “movia os lábios numa lenta, murmurosa reza que ia pelo doce ar espalhando mais doçura” (CS, p. 147) e “murmurava um suave latim” (148).

Apesar de ambas as cerimónias se realizarem na época estival, note-se o contraste entre o calor alentejano “a torridez do sol” (C, p. 122) e “a calma picava. Sentia-se zumbirem os insectos e ao longe nas oliveiras o sicar das cigarras punha um ruído seco” (C, p. 123) e a frescura do duriense “pelas várzeas entrecorridas de regueiros (...) rebrilhando por vezes num breve raiozinho de sol” (CS, p. 147), sendo de realçar o facto de ambos os priores se abrigarem do calor com enormes chapéus de sol.

Para finalizar, saliente-se a postura absolutamente antagónica do respeitável sacristão duriense e a do dissoluto Zé do Ó que sem respeito pela cerimónia fúnebre “caminhava piscando o olho às mulheres que (...) viam da soleira marchar a procissão da morte” (C, p. 116).

Das personagens-tipo do mundo rural, destacamos os coscuvilheiros que, de acordo com o provérbio – “Quem conta um conto, aumenta um ponto” – acumulam invariavelmente o pecado da mentira e da calúnia, exemplarmente definido nas obras de Júlio Dinis, nomeadamente, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, no diálogo travado entre o casal João e Teresa da Esquina e a beata Zefa da Graça, procurando denegrir a imagem de Margarida: “Afinal retirou-se também da loja para ir contar a outra parte o escândalo da noite passada, já mais ampliado talvez” (PSR, p. 249). Também em *Os Fidalgos da Casa Mourisca* têm os seus exemplares nos fidalgos do Cruzeiro que maldosamente lançam suspeitas contra a integridade moral de Jorge, Berta e Tomé da Póvoa. Já em *A Morgadinha dos Canaviais* são réus do mesmo crime os frequentadores da taberna do Canada. Em *Os Serões da Província*, o povo que atribuía poderes maléficis à tia Filomela e também a todos que acusavam a irmã de Cipriano de ser rica e tão avarenta como o irmão. Nos *Contos*, da autoria de Fialho de Almeida, através da Mónica de “A Ideia da Comadre Mónica” e em *Os Meus Amores*, de Trindade Coelho, na tia Aniceta de “A lareira”, realçando que ambas acumulam o estatuto de coscuvilheiras e interesseiras. Por sua vez, o velho Inácio barbeiro em *Os Contos do Tio Joaquim*, de Rodrigo Paganino, associa a coscuvilhice à hipocrisia, pois fazia grandes “barretadas” (CTJ, p. 16) ao padre prior que não gostava muito de ver na loja, por ele censurar a sua má língua.

O regedor, símbolo de autoridade no mundo rural no conto “Sempre Amigos”, de *Contos*, de Fialho de Almeida, aparece com os seus cabos a deter o Estragado, responsável pela morte de Jerolmo num crime de arma branca; o mesmo acontece com António Fraldão após a morte de José Cherugaço e Manuel Maçores a quem traiçoeiramente é imputada a morte do pastor José Candana; no conto “O Sultão”, de Trindade Coelho, em *Os Meus Amores*, o regedor que era compadre do Tomé da Eira vai com os seus cabos em busca do jumento desaparecido; contudo, o que parece menos preparado para o desempenho das suas funções é o regedor de “O espólio do Senhor Cipriano” em *Serões da Província*, de Júlio Dinis, pelo seu analfabetismo patente no atestado por ele redigido; finalmente, e, por oposição, surge Clemente, filho de Ana de Vedor, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, de Júlio Dinis, que obedecendo aos seus princípios morais renuncia ao cargo na impossibilidade de fazer cumprir a lei aos senhores do Cruzeiro que, além de demonstrarem um enorme desrespeito pelos bens da comunidade, acoitavam na sua casa criminosos e refractários.

Os barbeiros que acumulavam à arte de fazer a barba e cortar o cabelo, o exercício da medicina que baseada na experiência empírica, recolhe a confiança do povo ignorante, capaz de optar, muitas vezes, pela sua ajuda, em detrimento da do médico, por ventura, dado o nivelamento social. Entre os referidos, conta-se o “colega de contrabando” (PSR, p. 79) de João Semana e Daniel das Dornas; José Bernardo em “A lareira” de Fialho de Almeida; e Eusébio, “o barbeiro sangrador do lugar” (CTJ, p. 137) a que ligamos por extensão os endireitas, que sobretudo na província concorrem com o saber dos maiores ortopedistas em *Serões da Província*, de Júlio Dinis “olha que nem os médicos da cidade têm que lhe dizer” (SP, p. 186).

A cidade que como centro de ociosidade, vício e doença leva Henrique de *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis e Jacinto em *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós, a interiorizar o mesmo vazio, a mesma melancolia, depressão, solidão, falta de interesse pela vida empurra-os por motivos diferentes para o campo, onde reencontram o interesse pela vida, saúde, paz de espírito, a ponto de se converterem à vida simples, tranquila e sã da vida rural.

Um ponto comum entre a gente do Norte e a do Sul, é a crença em almas penadas presente em *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis; em “Sempre Amigos”, de *Contos* de Fialho de Almeida; “Vae Victis” e “A Lareira” de *Os Meus Amores*, de Trindade Coelho e “Os Novelos da Tia Filomela”, em *Serões da Província*, de Júlio Dinis.

A ida à fonte sempre presente na faina quotidiana da mulher do campo, levava a que as mães delegassem essa tarefa nas filhas adolescentes, pelo que o lugar se tornou um espaço de convívio entre jovens e de encontro de namorados. A cena junto à fonte, onde Clara é surpreendida pela presença premeditada de Daniel numa tentativa de sedução e o encontro amoroso de Luísa e Tónio, em “Vae Victis”, de *Meus Amores*, de Trindade Coelho, enquadram-se nesta linha temática.

À fonte, lugar exterior público, podemos somar outros de interesse colectivo, a nível social, religioso ou lúdico, como a igreja, lugar de culto “O Santo Amaro fora festejado com espavento na freguesia da sua invocação. Vésperas, missa cantada, duplo sermão e procissão à volta da igreja” (MC, p. 260) que excepcionalmente vai funcionar como assembleia de voto em *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis. A capela de Nossa Senhora da Saúde, lugar de peregrinação [“Havemos de ir (...) há-de ser à ermida da Senhora da Saúde” (PSR, p. 260)] e a Capela da Quinta dos Canaviais, lugar de cumprimento de votos [“a Cristinita prometeu rezar na capela dos Canaviais as estações da meia-noite” (MC, p. 347)] e diversão: o arraial [“música e fogo de vistas, sermão, tourada e procissões garridas à roda da igreja, ou as mais das vezes até ao povoado e ao som duma foguetaria atroadora” (C, p. 224)] em “O Milagre do Convento” na obra *Contos*, de Fialho de Almeida. Por sua vez, o adro surge como ponto de encontro e de convívio, de novos e velhos [“na tarde de um domingo e no largo onde se reunia para dançar, rir, cantar e falar de amores, a parte jovem da população; e para rezar, dormir e falar do passado e das vidas alheias, a outra porção mais favorecida de anos” (SP, p. 157)] em “Os Novelos da Tia Filomela” em *Serões da Província*, de Júlio Dinis. Já a feira está relacionada como lugar de negócios e encontros [“ambos tinham voltado juntos da feira dos Caniços. – Por sinal que nem rês se vendeu!” (MA, p. 18)] em “Idílico Rústico” d’*Os Meus Amores*, de Trindade Coelho, [“Foi obra do acaso avistarem-se ambos no cabeço das eiras, num dia de feira” (MA, p. 277)] em “António

Fraldão” de Trindade Coelho e, por fim, a eira – espaço de trabalho e de convívio [“A esfolhada fez-se na eira espaçosa e desafogada de José das Dornas” (PSR, p. 168) e “Ao fundo da eira, rente aos castanheiros escuros, um rancho de mulheres cantava alegremente, em coro” (MA, p. 37)] em “O Sultão”.

Os lugares antropológicos, referidos ao longo deste trabalho, interagem e relacionam-se com os diferentes elementos que se cruzam no percorrer das personagens, conferindo-lhes uma identidade rural conotada com o labor da terra, na multiplicidade das suas fainas, como a ceifa, a desfolhada e a vindima; a actividade da pastorícia inserida na amplitude dos grandes espaços não humanizados, que vão do úbere vale verdejante à árida montanha, desde os fartos lameiros às míseras palhas calcinadas, pela calma alentejana, que os animais tasquinham ou do moleiro que, ao transformar em farinha o grão, fruto do suor do lavrador, leva a fartura à mesa do povo. Noutra perspectiva, a identificação da fé popular com as inúmeras ermidas que do alto dos montes parecem abençoar os trabalhadores, dando-lhes forças para enfrentar a dureza do trabalho agrícola, acenando-lhes fagueiramente, com a perspectiva de um dia de descanso e diversão passado à sombra protectora dos seus muros e das árvores seculares que a cercam. Apenas mais uma referência para a toponímia dos lugares, exemplificando pela referência geográfica “A quinta do Valle do Freixo”, “Rua da Várzea”, “Lugar do Cabeço”, “Rua da Cal”, “Rua da Igreja”, “Lugar do Moinho”, “Rua dos Barreais”, “Rua da Frágua”; identificação do local, relativamente aos proprietários “Quinta dos Fuis”, “Quinta do tio Joaquim de Mattos”, satirizando a nível social “Rua das Lingoeiras”; as alcunhas populares denunciadoras do conhecimento que existe entre o núcleo populacional que se conhecem tão bem: Tomé da Eira, José das Dornas, André Pimenta, O Estragado, O Grilo, O Zé do Ó, O Coxo e, sublinhemos ainda a transversalidade do rústico no tratamento familiar que parece irmanar o povo numa Grande Família, em que todos são Tios e Primos.

V. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia Primária

Almeida, Fialho (1956). *Contos*. Revista e prefaciada por Álvaro J. Da Costa Pimpão. Lisboa, Livraria Clássica Editora [1881].

Almeida, Fialho (1936). *O País das Uvas*. Lisboa, Livraria Clássica Editora. 8ª ed. [1882]

Almeida, Fialho (1959). *A Cidade do Vício*. Lisboa, Livraria Clássica Editora [1882].

Coelho, Trindade (1968). *Os Meus Amores*. Lisboa, Portugália Editora. [1891].

Dinis, Júlio (1964). *As Pupilas do Senhor Reitor*. Porto, Livraria Civilização [1866]

Dinis, Júlio (1879). *Serões da Província*. Porto, Editores Lello. Vol. II. 3ª ed. [1870].

Dinis, Júlio (s/d). *A Morgadinha dos Canaviais*. Introdução por M. Ema Tarracha Ferreira. Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2ª ed. [1868].

Dinis, Júlio (1879). *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Porto, Editores Lello. Vol. II. 3ª ed. [1871].

Paganino, Rodrigo (s/d). *Os Contos do Tio Joaquim*. Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 2ª ed. [1861].

Queirós, Eça (1981). *A Cidade e as Serras*. Lisboa, Círculo de Leitores [1901].

2. Bibliografia Secundária

A.A.V.V. (1942). *Livro do Segundo Congresso Transmontano*. Lisboa: Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Aguiar e Silva, Vítor Manuel (2006). *Teoria da Literatura*. Coimbra, Livraria Almedina. 8ª ed.

Aguiar e Silva, Vítor Manuel (1974). *A estrutura do romance*. Coimbra, Livraria

Amaral, Eloy do e Martha, M. Cardoso (1947). *Eça de Queirós In Memoriam*. Coimbra, Atlântida.

Augé, Marc (2007). *NÃO-LUGARES. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa, Editora 90º. Tradução de Miguel Serras Pereira.

Bachelet, Bernard (1998). *L'espace*. Paris, Press Universitaire Française. Collection Que sais-je?

- Bakhtine, Mikhaël (1978). *Esthétique et théorie du roman*. Paris, Gallimard.
- Barradas, António e Saavedra, Alberto (org) (1917). *In Memoriam*. Porto, Tipografia da Renascença.
- Blanchot, Maurice (1955). *L'espace littéraire*. Paris, Editions Gallimard.
- Bourneuf, Roland e Ouellet, Réal (1976). *O universo do romance*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Brandão, Raúl (1998). *Memórias*. Relógio d'Água. Tomo I, vol. I, p. 70.
- Butor, Michel (1995). *Essais sur le roman*. Paris, Editions Gallimard.
- Camões, Luís de (1973). *Rimas*. Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Coimbra, Atlântica [1595].
- Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain (1982). *Dicionário de Símbolos*. Lisboa, Teorema.
- Claval, Paul (1995). *La Géographie Culturelle*. Paris, Nathan.
- Coelho, Jacinto Prado (dir.) (1978). *Dicionário de Literatura*. Porto, Livraria Figueirinhas, 3º vol.
- Coelho, Trindade (1910). *Autobiografia e Cartas*. Lisboa, A Editora.
- Coelho, Trindade (s/d). *Os Meus Amores*. Lisboa, Portugalíia Editora. 16ª ed.
- Coelho, Trindade (1961). *O Senhor Sete*. Lisboa, Portugalíia Editora.
- Costa, Jorge, Rita, Paulo e Águas, Paulo (2001). *Tendências Internacionais em Turismo*. Lisboa, Lidel – Edições Técnicas.
- Cruz, Liberto (2002). *Júlio Dinis, biografia*. Lisboa, Quetzal Editores.
- Cunha, Celso e Cintra, Lindley (1997). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, Edições João Sá da Costa. 13ª ed.
- Dias, Augusto da Costa (1977). *A crise da consciência pequeno-burguesa – o nacionalismo literário da geração de 90*.
- Dicionário da Língua Portuguesa* (1977). Porto, Porto Editora. 5ª ed.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) – Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, Verbo.
- Dicionário de Provérbios, Adágios, Ditados, Máximas, Aforismos e Frases Feitas* (2000). Porto, Porto Editora.
- Dinis, Júlio (1979). *Cartas e Esboços Literários*. Porto, Livraria Civilização.
- Dinis, Júlio (1925). *Inéditos e Esparsos*. Lisboa, J. Rodrigues & Cª.
- Enciclopédia Moderna Larousse (2009). Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores. Vol.4.

- GAMA, Sebastião da (1996). *Diário*. Lisboa, Edições Ática.
- Genette, Gérard (1966). *Figures I*. Paris, Seuil.
- Gil, José (2007). *Portugal, Hoje: O medo de Existir*. Lisboa, Relógio d'Água. 11ª ed.
- Gordo, Armando da Silva (1995). *A escrita e o espaço no romance de Vergílio Ferreira*. Porto, Porto Editora.
- Goyanes, Mariano Baquero (1995). *Estructuras de la novela actual*. Madrid, Editorial Castalia.
- Huyghe, René (1955). *Diálogo com o Visível*. Lisboa, Bertrand.
- Lefebvre, Henri (2000). *La production de l'espace*. Paris, Anthropogs. 4ª ed.
- Lefebvre, Henri (2000). *Espace et politique*. Paris, Anthropogs. 2ª ed.
- Lopes, Fernão (1644). *Crónica del Rei Dom João I, da Boa Memória*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda p.1 [1973]
- Kayser, Wolfgang (1970). *Análise e Interpretação da obra literária*. Tradução de Paulo Quintela, Arménio Amado, Coimbra, Vol.II.
- Machado, José Pedro (1987). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte. 4ª ed..
- Matoré, Georges (1976). *L'espace humain*. Paris, Nizet.
- Matos, A. Campos (2002). *Sobre Eça de Queirós*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Matos, A. Campos (organização e coordenação) (1988). *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa, Caminho.
- Melo, Alípio de e Ferreira, Vergílio (2003). *de Melo a cidadão do mundo*. Câmara Municipal de Gouveia.
- Oliveira, Alberto (1964). *Palavras Loucas*. Porto, Livraria Civilização Editora.
- Oliveira, Maria Luísa R. e Mouta, Margarida Gírio (2006). *Navegar na Língua Portuguesa, 7º Ano*. Lisboa, Didáctica Editora.
- Queirós, Eça (s/d). *Notas Contemporâneas*. Lisboa, Livros do Brasil.
- Queirós, Eça (s/d). *Correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa, Publicações Europa-América, Livros de Bolso nº 256.
- Ramos, Feliciano (1947). *Trindade Coelho Homem de Letras, O Contista, o Esteta e o Pedagogista*. Coimbra.
- Real, Miguel (2006). *O último Eça*. Lisboa, Quidnovi.
- Reis, Carlos (1990). *As Conferências do Casino*. Lisboa, Publicações Alfa.

- Reis, Carlos e Lopes, Ana Cristina M. (1996). *Dicionário de Narratologia*. Coimbra, Livraria Almedina. 3ª ed.
- Reis, Carlos (2001). *O Conhecimento da Literatura*. Coimbra, Almedina. 2ª ed.
- Roquete, J. I. e Fonseca, José da (s/d). *Dicionário de sinónimos poético e de epítetos*. Porto, Lello & Irmão.
- Saraiva, A. J. e Lopes, Óscar (2005). *História da Literatura Portuguesa*. Porto, Porto Editora. 17ª ed.
- Séneca (1991). *Cartas a Lucílio*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. [1780]
- Simões, João Gaspar (1987). *Perspectiva Histórica de Ficção Portuguesa*. Lisboa, Edições Dom Quixote.
- Wellek, René e Warren, Austin (1976). *Teoria da Literatura*. Mem Martins, Publicações Europa-América.